



Programa aprovado pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFPA – Resolução 2545/98. Reconhecido nos termos das Portarias N°. 84 de 22.12.94 da Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e No. 694 de 13.06.95 do Ministério da Educação e do Desporto. Doutorado autorizado em 1999.

Forças de Caráter e Reincidência Penitenciária: um estudo na perspectiva da psicologia positiva

Marcos Antonio Santos Machado

Belém – Pará
2026



Marcos Antonio Santos Machado

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Teoria e Pesquisa do Comportamento.
Área de Concentração: ECOETOLOGIA.
Orientador: Prof. Dr. Amauri Gouveia Júnior.

Belém – Pará
2026

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

UFPA/Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento/Biblioteca

M149f Machado, Marcos Antonio Santos, 1988-
 Forças de caráter e reincidência penitenciária: um estudo na
 perspectiva da psicologia positiva / Marcos Antonio Santos Machado —
 2026.
 104 f.: il.

Orientador: Amauri Gouveia Júnior

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Teoria
e Pesquisa do Comportamento, Programa de Pós- Graduação em Teoria
e Pesquisa do Comportamento, Belém, 2026.

1. Análise do comportamento. 2. Ecoetologia. 3. Psicologia positiva.
4. Caráter e personalidade (Adolescentes e jovens). 5. Reincidência
infracional. 6. Medidas scioeducativas. I. Título.

CDD - 23. ed. — 155.24

Catalogação na fonte: Maria Célia Santana da Silva – CRB2/780

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

Marcos Antonio Santos Machado, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, Brasil.

Contato: Marcos Antonio Santos Machado

E-mail: marcos@smachado.adv.br



Programa aprovado pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFPA – Resolução 2545/98. Reconhecido nos termos das Portarias Nº. 84 de 22.12.94 da Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e No. 694 de 13.06.95 do Ministério da Educação e do Desporto. Doutorado autorizado em 1999.

Defesa de Doutorado

“Forças de Caráter e Reincidência Penitenciária: um estudo na perspectiva da psicologia positiva.”

Aluno: Marcos Antonio Santos Machado.

Data da Defesa: 01 de setembro de 2026.

Resultado: Aprovado.

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
gov.br AMAURI GOUVEIA JÚNIOR
Data: 30/09/2026 09:27:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^o Dr^o Amauri Gouveia Júnior (orientador – UFPA).

Documento assinado digitalmente
gov.br EDGAR TOSCHI DIAS
Data: 01/09/2026 17:07:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^o Dr^o Edgar Toschi Dias (membro 1 – UNISANTOS).

Documento assinado digitalmente
gov.br LAURO FRANCISCO DA SILVA FREITAS JÚNIOR
Data: 02/09/2026 09:12:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^o Dr^o Lauro Francisco da Silva Freitas Júnior (membro 2 – MPPA).

Documento assinado digitalmente
gov.br JANARI DA SILVA PEDROSO
Data: 30/09/2026 08:53:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^o Dr^o Janari da Silva Pedrosa (membro 3 - UFPA).

Documento assinado digitalmente
gov.br EDSON JÚNIOR SILVA DA CRUZ
Data: 03/09/2026 09:02:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^o Dr^o Edson Júnior Silva da Cruz (membro 4 – UFPA).

**Termo de Autorização e Declaração de Distribuição não exclusiva para Publicação Digital
no Repositório Institucional da UF**

IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR E DA OBRA

Autor*: Marcos Antonio Santos Machado

Vínculo com a UFPA: () Servidor; (X) Discente Unidade: Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento

Sub Unidade: Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento

Tipo do documento: (X) Tese; () Dissertação; () Livro; () Capítulo de Livro; () Artigo de Periódico;

() Trabalho de Evento; () Outro. Especifique: _____

Título do Trabalho: Forças de Caráter e Reincidência Penitenciária: um estudo na perspectiva da psicologia positiva

Data da Defesa: 01/06/2026

Área do Conhecimento: Ecoetologia

Agência de Fomento: CAPES

*Para cada autor, uma autorização preenchida e assinada.

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO EXCLUSIVA

O referido autor:

- a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.
- b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Federal do Pará os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros, está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal do Pará, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a UFPA a disponibilizar de acordo com a licença pública *Creative Commons* Licença 3.0 *Unported*, e de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra citada, conforme permissões abaixo por mim assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a partir desta data.

Permitir o uso comercial da obra?

() Sim

(X) Não

Permitir modificações em sua obra?

() Sim, contanto que compartilhem pela mesma licença

(X) Não

O documento está sujeito ao registro de patente?

() Sim

(X) Não

A obra continua protegida conforme a Lei Direito Autoral.



Documento assinado digitalmente

MARCOS ANTONIO SANTOS MACHADO

Data: 30/09/2026 13:47:52-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Belém (PA), 30 / 09 / 2026

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos do Autor

Dedico este trabalho àqueles que deram e dão sentido à minha vida e fazem parte de cada conquista alcançada.

Aos meus pais, Fátima e Mário Machado, que partiram durante a pandemia de Covid-19, antes de me verem alcançar o título de mestre. Dedico-lhes esta conquista com amor e saudade. Embora não estejam presentes para compartilhar este momento, sua memória acompanha minha trajetória e permanece viva em quem sou.

Ao meu filho, que deu um novo sentido à minha vida e à minha caminhada. Que esta conquista seja também uma expressão do meu amor e do desejo de construir um mundo melhor para você.

À minha esposa, por compartilhar comigo a vida e esta trajetória. Dedico-lhe este trabalho com amor e gratidão.

À minha irmã, que foi minha bússola durante muitos anos e hoje é minha força e meu orgulho.

Agradecimentos

A realização desta tese contou com a contribuição de pessoas às quais expresso meu reconhecimento e minha gratidão.

Agradeço especialmente ao professor Dr. Edson Júnior Silva da Cruz, cuja colaboração foi decisiva para que eu tivesse acesso aos dados necessários à pesquisa. Sem sua contribuição, não teria sido possível concluir este trabalho. Meu agradecimento pelo apoio e pela confiança ao longo dessa trajetória.

Ao meu orientador, professor Dr. Amauri, agradeço pela orientação essencial à construção desta tese e pela oportunidade de aprender com ele. A convivência ao longo do doutorado ampliou minha admiração por sua atuação como docente e permitiu que nossa relação se tornasse também uma grande amizade. Levo comigo tanto os aprendizados acadêmicos, e não acadêmicos, quanto o valor dessa aproximação pessoal.

Aos membros da banca, professores doutores Janari da Silva Pedroso, Edson Júnior Silva da Cruz, Edgar Toschi Dias e Lauro Freitas Júnior, agradeço pela leitura cuidadosa, pelos comentários e pelas reflexões compartilhadas. Suas contribuições me ajudaram a aprofundar a compreensão dos resultados, esclarecer aspectos do texto e aprimorar este trabalho.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), pelo financiamento que tornou essa pesquisa possível e contribuiu com minha formação profissional.

À minha esposa e ao meu filho, agradeço por fazerem parte desta caminhada e por darem sentido à vida que vai além da tese. A vocês, meu amor e minha gratidão.

E aqueles que não foram citados mais contribuíram direta ou indiretamente no meu dia-a-dia e propiciaram me dedicar ao Doutorado.

Machado, Marcos Antonio Santos. (2026). Forças de Caráter e Reincidência Penitenciária: um estudo na perspectiva da psicologia positiva. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém-PA, Brasil. 104 p.

RESUMO

A reincidência infracional envolve fatores individuais, familiares, sociais e institucionais. Este estudo examinou relações entre forças de caráter, características sociodemográficas, trajetória infracional e reincidência em adolescentes e jovens internados. Adotou-se abordagem mista, exploratória e transversal, com 46 participantes (idade média = 16,02 anos), dos quais 76,1% eram reincidentes. Analisaram-se dados sociodemográficos e infracionais, escores da Escala de Forças de Caráter Ampliada (EFC-A) e entrevistas semiestruturadas. Aplicaram-se comparações grupais, regressões logísticas e análise lexical pelo IRAMUTEQ. Nenhuma força, virtude ou variável sociodemográfica e infracional associou-se significativamente à reincidência. Justiça apresentou sinal exploratório, não mantido após ajuste para comparações múltiplas. A análise qualitativa classificou 554 segmentos em quatro campos: dinâmica infracional e violência patrimonial; drogas, rua e socialização infracional; projeto de vida, autopercepção e reinserção; e suporte familiar, visitas e aconselhamento. O histórico de reiteração e as narrativas mostraram a coexistência de vulnerabilidades, recursos subjetivos, vínculos e expectativas de reorganização; o estudo não acompanhou novas ocorrências após a internação. Na amostra, tipo de ato, características individuais e forças de caráter não discriminaram de modo estável os grupos definidos pelo histórico de reiteração. As forças constituem recursos a desenvolver, não marcadores de risco ou proteção. Defende-se intervenção socioeducativa integrada, articulando responsabilização, cuidado relacionado ao uso de substâncias, vínculos, escolarização, qualificação profissional e projetos futuros.

Palavras-chave: forças de caráter; reincidência infracional; adolescentes; psicologia positiva; medidas socioeducativas.

Machado, Marcos Antonio Santos. (2026). Character Strengths and Prison Recidivism: A Study from the Perspective of Positive Psychology. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém-PA, Brasil. 104 pages.

ABSTRACT

Recidivism reflects individual, family, social, and institutional factors. This study examined associations among character strengths, sociodemographic characteristics, offending history, and recidivism among detained adolescents and young adults. An exploratory, cross-sectional mixed-methods design included 46 participants (mean age = 16.02 years), of whom 76.1% had a history of recidivism. Sociodemographic and offense-related data, scores on the Expanded Character Strengths Scale (EFC-A; Portuguese acronym), and semi-structured interviews were analyzed through group comparisons, logistic regressions, and IRAMUTEQ lexical analysis. No character strength, virtue, sociodemographic characteristic, or offense-related variable was significantly associated with recidivism. Fairness showed an exploratory signal that did not survive correction for multiple comparisons. Qualitative analysis classified 554 segments into four lexical classes: offending dynamics and violent property offenses; drugs, street life, and socialization into offending; life projects, self-perception, and reintegration; and family support, visits, and guidance. Past reoffending and the narratives revealed coexisting vulnerabilities, subjective resources, social ties, and expectations of life reorganization; no post-detention offending was observed. In this sample, offense type, individual characteristics, and character strengths did not consistently distinguish groups defined by past reoffending. Character strengths constitute resources to be developed, not markers of risk or protection. The findings support integrated youth justice interventions combining accountability, substance use care, stronger social ties, education, vocational training, and future planning.

Keywords: character strengths; recidivism; adolescents; positive psychology; youth justice.

Lista de Tabelas, Figuras e Anexos

Figura 1. <i>Mapa das 24 forças de caráter nas seis virtudes</i>	11
Figura 2. <i>Processo de seleção dos artigos</i>	19
Figura 3. <i>Etapas da análise quantitativa e do refinamento dos modelos exploratórios</i>	33
Figura 4. <i>Etapas da análise qualitativa</i>	35
Figura 5. <i>Análise Fatorial de Correspondência</i>	60
Figura 6. <i>Síntese dos contextos de vulnerabilidade e dos recursos de reorganização identificados nas narrativas dos adolescentes</i>	81
Tabela 1. <i>Caracterização sociodemográfica e infracional da amostra segundo o histórico de reiteração</i>	38
Tabela 2. <i>Categorias jurídico-criminológicas dos atos infracionais registrados na amostra</i>	39
Tabela 3. <i>Comparação das forças de caráter segundo histórico de reiteração infracional pelo teste U de Mann-Whitney</i>	41
Tabela 4. <i>Comparação das virtudes segundo histórico de reiteração infracional pelo teste U de Mann-Whitney</i>	42
Tabela 5. <i>Regressões logísticas univariadas das forças de caráter e virtudes</i>	43
Tabela 6. <i>Modelos logísticos exploratórios parcimoniosos para histórico de reiteração infracional</i>	44
Tabela 7. <i>Consistência interna da EFC-A, das virtudes e de forças</i>	45
Tabela 8. <i>Regressão logística exploratória para ato patrimonial com violência</i>	50

Lista de Abreviaturas

AFC	Análise Fatorial de Correspondência
EFC-A	Escala de Forças de Caráter Ampliada
BFP	Bateria Fatorial de Personalidade
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal Nível Superior
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CHD	Classificação Hierárquica Descendente
CNS	Conselho Nacional de Saúde
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FASEPA	Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará
IPP	Intervenção de Psicologia Positiva
IRAMUTEQ	<i>Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires</i>
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
PERMA	<i>Positive emotion, Engagement, Relationships, Meaning, Accomplishment</i>
ROC	<i>Receiver Operating Characteristic</i>
SEAP-PA	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Pará
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
TCC	Terapia Cognitiva Comportamental
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPA	Universidade Federal do Pará
VIF	<i>Variance Inflation Factor</i>

Sumário

1	Introdução.....	14
2	Revisão sistemática contextual sobre saúde mental e reincidência.....	23
2.1	Transtorno por uso de substâncias como fator associado ao aumento da reincidência	26
2.2	Transtornos concomitantes e reincidência.....	27
2.3	Tratamento em saúde mental e reincidência: alcance dos estudos	28
2.4	Discussão da revisão sistemática	29
2.5	Limitações da revisão sistemática.....	30
3	Objetivos da pesquisa.....	31
3.1	Objetivo geral	31
3.2	Objetivos específicos.....	31
4	Método	32
4.1	Delineamento da Pesquisa.....	32
4.2	Pesquisa de origem.....	33
4.3	Local da pesquisa	34
4.4	Participantes	34
4.5	Instrumentos utilizados	35
4.6	Procedimento de Coleta de Informações.....	36
4.7	Preparação e tratamento do corpus textual	37
4.8	Procedimento de análise dos dados quantitativos.....	38
4.9	Procedimento de análise dos dados qualitativos	41
4.10	Cuidados Éticos.....	42
4.11	Declaração de uso de Inteligência Artificial Generativa.....	43
5	Resultados	44
5.1	Caracterização da amostra.....	44
5.2	Análise exploratória e verificação da normalidade	45
5.3	Associação entre reincidência e variáveis categóricas	46
5.4	Comparação das forças de caráter e virtudes entre reincidentes e não reincidentes....	46
5.5	Correlações bivariadas.....	48
5.6	Regressão logística	49
5.7	Confiabilidade interna da EFC-A.....	50
5.8	Categorização das Infrações.....	52
5.9	Associação entre reincidência e as categorias dos atos infracionais.....	53

5.10	Escolaridade, bondade e ato infracional patrimonial com violência	55
5.11	Resultados qualitativos da análise pelo IRAMUTEQ	56
5.12	Classe 1: Dinâmica do ato infracional e violência patrimonial.....	57
5.13	Classe 2: Drogas, trajetória de rua e socialização infracional.....	59
5.14	Classe 3: Projeto de vida, autopercepção e reinserção	61
5.15	Classe 4: Suporte familiar, visitas e aconselhamento	63
5.16	Organização fatorial das classes	65
5.17	Síntese dos resultados qualitativos.....	67
6	Discussão.....	68
6.1	A reincidência como fenômeno relacional e processual.....	68
6.2	Alcance dos achados quantitativos.....	71
6.3	Forças de caráter, psicologia positiva e alcance dos achados	72
6.4	Justiça como sinal exploratório	74
6.5	Expectativas de futuro, família e oportunidades concretas	77
6.6	Família, suporte social e vínculos primários.....	79
6.7	Drogas, rua e socialização infracional: o risco que não apareceu apenas nos números81	
6.8	Implicações para intervenções de psicologia positiva.....	83
6.9	Contribuições dos resultados para a compreensão da reincidência	86
6.10	Limitações e alcance dos achados	89
7	Conclusão	92
	Referências.....	94
	Anexo A.....	99
	Anexo B.....	100

1 Introdução

Entre os indicadores de sucesso da reabilitação está a redução da reincidência, a qual sinaliza o progresso a longo prazo das medidas adotadas e a desistência do ato infracional (McNeill, 2012). A reincidência infracional constitui um dos principais desafios da política socioeducativa, sobretudo quando se considera que o retorno daquele em conflito com a norma à prática de atos infracionais não pode ser compreendido apenas como repetição de uma conduta ilícita. A desistência, por sua vez, refere-se ao processo de afastamento sustentado da prática infracional por um determinado período, enquanto a reinserção envolve condições de participação social do indivíduo. Logo, trata-se de fenômeno complexo, atravessado por fatores individuais, familiares, comunitários, institucionais e sociais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê, entre as medidas socioeducativas, advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação (Brasil, 1990, art. 112). Assim, a internação é privativa de liberdade e sujeita aos princípios de brevidade e excepcionalidade (art. 121). No caso de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, a complexidade do fenômeno da reincidência se torna ainda mais evidente, pois a internação representa a medida mais gravosa do sistema socioeducativo e, em regra, está associada a atos de maior gravidade, à reiteração infracional ou a trajetórias marcadas por maior exposição a situações de vulnerabilidade.

A análise da reincidência, por muito tempo, foi conduzida principalmente a partir de fatores de risco, déficits comportamentais, traços antissociais, histórico criminal e condições psicopatológicas. Essa abordagem é relevante, pois permite identificar elementos associados à continuidade infracional, como uso de substâncias, transtornos mentais, vínculos infracionais, baixa escolarização e instabilidade familiar. Estudos sobre reincidência em populações

privadas de liberdade indicam, por exemplo, que o uso e a dependência de substâncias podem aumentar o risco de retorno ao sistema de justiça, especialmente quando associados a outros transtornos ou a contextos de vulnerabilidade persistente (Aebi et al., 2021; Houser et al., 2019; Zgoba et al., 2020). Em uma coorte de réus diagnosticados com psicose, Weatherburn e outros (2021) encontraram evidências de menor risco de novos delitos associado ao tratamento em saúde mental. Fahmy & Mitchell (2022), por sua vez, examinaram dimensões de saúde e bem-estar na reinserção de homens adultos, sem testar a eficácia de um programa de tratamento. Esses resultados justificam atenção às necessidades de saúde, mas não podem ser transpostos diretamente aos adolescentes desta pesquisa.

Outro aspecto relevante diz respeito à presença de transtornos mentais concomitantes. Estudos recentes indicam que a reincidência tende a ser mais complexa quando o indivíduo apresenta mais de um diagnóstico psiquiátrico ou quando o transtorno por uso de substâncias aparece associado a outras condições de saúde mental. Essa sobreposição não deve ser compreendida apenas como soma de diagnósticos, mas como expressão de maior vulnerabilidade clínica, social e situacional, capaz de afetar a continuidade da trajetória criminal ou infracional. Ainda que os achados não sejam lineares e variem conforme o tipo de transtorno, o contexto e as características da população estudada, a literatura sugere que transtornos concomitantes exigem intervenções integradas, voltadas não apenas à contenção do comportamento infracional, mas também ao cuidado em saúde mental, ao uso de substâncias e às condições de reinserção social (Comartin et al., 2022; Jacobs et al., 2021; Noland & Strandh, 2021; Zgoba et al., 2020).

No contexto de adolescentes envolvidos em trajetórias infracionais, convém distinguir o consumo de substâncias da participação no comércio de drogas. Pesquisas qualitativas com adolescentes em medidas socioeducativas mostram que o tráfico pode ser narrado como fonte de renda ou trabalho e estar associado a pertencimento entre pares, reconhecimento e restrições

de oportunidades, sem que esses significados sejam uniformes ou eliminem a violência da atividade (Costa & Barros, 2019; Quinelatto & Campos, 2022).

Apesar da importância dessas contribuições, uma compreensão centrada apenas nos déficits pode produzir uma leitura parcial do adolescente em conflito com a lei. Ao enfatizar exclusivamente risco, falha, impulsividade, desvio ou patologia, corre-se o risco de reduzir o sujeito ao ato praticado e de negligenciar recursos pessoais e relacionais que podem favorecer a mudança. A psicologia positiva surge, nesse contexto, como uma perspectiva complementar, voltada ao estudo das características humanas positivas, do bem-estar, das virtudes e das condições que possibilitam o florescimento individual e social (Peterson & Seligman, 2004; Seligman, 2011; Seligman & Csikszentmihalyi, 2000).

A psicologia positiva não nega a existência de sofrimento, vulnerabilidade ou risco. Sua contribuição está em ampliar o campo de análise, permitindo investigar também forças pessoais, vínculos significativos, expectativas positivas, sentido de vida, engajamento, realização e possibilidades de desenvolvimento. O modelo PERMA, proposto por Seligman (2011), organiza o bem-estar a partir de cinco dimensões: emoções positivas, engajamento, relacionamentos, sentido e realização. Essas dimensões se articulam com as forças de caráter, compreendidas como características positivas expressas em pensamentos, sentimentos e comportamentos, capazes de sustentar formas mais saudáveis de relação consigo, com os outros e com a comunidade (Harzer & Ruch, 2015; Peterson & Seligman, 2004; Seligman, 2011).

As forças de caráter foram organizadas por Peterson e Seligman (2004) em 24 dimensões agrupadas em seis virtudes: sabedoria e conhecimento, coragem, humanidade, justiça, temperança e transcendência. Entre elas estão criatividade, curiosidade, amor pelo aprendizado, bravura, persistência, autenticidade, vitalidade, amor, bondade, inteligência social, trabalho em equipe, justiça, liderança, perdão, modéstia, prudência, autorregulação,

apreciação da beleza e da excelência, gratidão, esperança, humor e espiritualidade. Para facilitar a visualização da organização conceitual adotada neste estudo, a Figura 1 apresenta a distribuição das 24 forças de caráter nas seis virtudes propostas por Peterson e Seligman (2004). A Escala de Forças de Caráter foi adaptada por Noronha et al. (2015) para o contexto brasileiro, oferecendo instrumento para mensuração dessas medidas em população local.

Figura 1

Mapa das 24 forças de caráter nas seis virtudes



As forças mais proeminentes em determinado indivíduo são denominadas forças de assinatura. Sua utilização favorece o desenvolvimento pessoal e o bem-estar, contribuindo para aquilo que a literatura da psicologia positiva denomina florescimento. O florescimento sintetiza uma condição de desenvolvimento saudável e positivo, envolvendo dimensões biológicas, psicológicas e sociais, e não apenas a ausência de sofrimento ou de comportamento problemático. Nesse sentido, as forças de caráter não devem ser compreendidas somente como traços individuais desejáveis, mas como recursos que podem ser reconhecidos, mobilizados e desenvolvidos ao longo da trajetória de vida (Littman-Ovadia et al., 2017; Peterson & Seligman, 2004; Scorsolini-Comin & Santos, 2010; Seligman, 2011).

Batista e Noronha (2021) observaram associações entre forças de caráter e dimensões

da autorregulação emocional em uma amostra de adultos. Esse resultado sugere uma relação entre recursos pessoais e manejo das emoções, mas não demonstra, por si, proteção contra depressão, ansiedade ou obsessão, tampouco redução da reiteração infracional em adolescentes. Nesta pesquisa, as forças são examinadas como dimensão psicológica exploratória, cujo alcance deve ser definido pelos dados obtidos.

As intervenções de psicologia positiva, nesse contexto, podem ser compreendidas como práticas estruturadas voltadas ao fortalecimento de emoções positivas, gratidão, esperança, sentido, engajamento, relações positivas, reconhecimento de forças pessoais e satisfação com a vida. Essas intervenções não substituem abordagens clínicas, educacionais ou socioeducativas tradicionais, mas podem atuar de forma complementar, ampliando o repertório subjetivo do participante e favorecendo a identificação de recursos pessoais que, muitas vezes, permanecem encobertos por trajetórias marcadas por vulnerabilidade, violência ou institucionalização. Na metanálise de Sin e Lyubomirsky (2009), intervenções de psicologia positiva apresentaram efeitos sobre bem-estar e sintomas depressivos, com resultados que variaram conforme características dos participantes e o formato e a duração das atividades. Esses achados não demonstram, por si, eficácia no contexto de internação socioeducativa ou sobre a reincidência.

No contexto correcional, essa perspectiva tem recebido atenção crescente. A psicologia positiva pode contribuir para a reabilitação ao deslocar parte do foco exclusivo nos déficits e nos fatores criminógenos para o desenvolvimento de bem-estar, forças pessoais e possibilidades de vida socialmente integradas. Essa mudança não significa desconsiderar o ato praticado ou os riscos associados à trajetória infracional, mas reconhecer que a responsabilização tende a ser insuficiente quando não acompanhada da construção de recursos internos e externos capazes de sustentar a mudança (Morse et al., 2022).

O estudo de Huynh et al. (2015), realizado com homens privados de liberdade, avaliou

o *Positive Re-Entry in Corrections Program*, intervenção baseada em princípios de psicologia positiva destinada a facilitar a reintegração comunitária. O programa foi desenvolvido por meio de encontros semanais, discussões e tarefas voltadas ao fortalecimento de gratidão, esperança e satisfação com a vida. Os participantes apresentaram melhora significativa nessas dimensões após a intervenção, sem diferença entre o grupo de 8 semanas e o de 12 semanas, o que sugere que práticas breves e estruturadas podem produzir mudanças positivas em contexto prisional.

Em sentido semelhante, Mak e Chan (2018), ao avaliarem intervenções com mulheres privadas de liberdade em Hong Kong, verificaram que tanto a Terapia Cognitivo-Comportamental quanto a Intervenção de Psicologia Positiva produziram redução de sofrimento psicológico e aumento de bem-estar em comparação ao grupo controle. O tratamento combinado, composto por TCC e IPP, apresentou efeitos superiores em dimensões específicas, como redução de pensamentos automáticos depressivos, aumento da satisfação global com a vida, maior percepção das próprias forças e fortalecimento de um estilo de pensamento mais esperançoso. Esses achados são relevantes porque indicam que a intervenção sobre cognições negativas pode ser potencializada quando acompanhada do fortalecimento de recursos positivos.

Em pesquisa sobre supervisão de pessoas submetidas ao sistema penal, Woldgabreal e outros (2016) observaram associação inversa entre um construto de estados psicológicos positivos, formado por flexibilidade psicológica, autoeficácia, otimismo e esperança, e desfechos como violações técnicas e novas acusações. Esses estados não equivalem às forças de caráter avaliadas nesta tese, e o resultado não demonstra que uma força isolada reduza a reiteração de adolescentes internados.

No campo da justiça criminal e socioeducativa, a psicologia positiva ainda é menos frequente do que abordagens centradas em risco e déficit. No entanto, sua aplicação em contextos de privação de liberdade tem sido apontada como promissora. Intervenções de

psicologia positiva podem fortalecer gratidão, esperança, satisfação com a vida, bem-estar e reconhecimento de forças pessoais, oferecendo recursos subjetivos para a reorganização da trajetória de vida (Huynh et al., 2015; Mak & Chan, 2018). Morse et al. (2022) defendem que a psicologia positiva pode contribuir para humanizar a reabilitação correcional, ao deslocar parte do foco daquilo que falta no indivíduo para aquilo que pode ser desenvolvido, ampliado e utilizado como recurso de mudança.

Essa perspectiva é particularmente importante na adolescência, período marcado por transformações cognitivas, afetivas, identitárias e relacionais. É nessa fase que o adolescente passa a elaborar com maior intensidade a própria identidade, seus vínculos, suas expectativas e possibilidades de futuro. A literatura sobre otimismo disposicional contribui para esse debate ao indicar que expectativas positivas sobre o futuro têm papel relevante na juventude, já que pode ser visto como uma tendência a esperar resultados favoráveis no futuro, vinculada à autorregulação e à persistência na busca de objetivos e se relaciona com processos de enfrentamento, adaptação e engajamento em metas (Carver et al., 2010; Carver & Scheier, 2001, 2014).

Uribe et al. (2021), em revisão sistemática e metanálise sobre otimismo disposicional e depressão em jovens, identificaram associação negativa significativa entre otimismo e sintomas depressivos, com efeito mais forte entre adolescentes. Embora a depressão não seja o desfecho desta tese, a metanálise mostra que expectativas positivas constituem uma dimensão relevante para a saúde psicológica de jovens. Ela não permite concluir que o otimismo, isoladamente, modifique trajetórias infracionais; aqui, as expectativas de futuro são analisadas como conteúdo das narrativas dos participantes.

Nesse mesmo sentido, Renaud et al. (2019) indicam que o otimismo disposicional pode ter origem e desenvolvimento relevante na transição para a vida adulta, enquanto Iovu et al. (2018) discutem a construção de expectativas futuras na adolescência a partir de características

individuais e recursos ecológicos presentes na família e nos amigos. Essas contribuições permitem compreender que projetos de mudança não dependem apenas de decisão individual. Eles também se vinculam à existência de suporte, reconhecimento, oportunidades, relações significativas e condições concretas para reorganização da vida.

O suporte familiar, nesse ponto, ocupa lugar relevante, visto que visitas e vínculos em contextos prisionais ou socioeducativos mostram que o contato com familiares pode se associar a melhores indicadores de ajustamento, bem-estar e redução de reincidência, embora não se possa afirmar que a simples presença familiar seja suficiente para produzir mudança. Todavia, a literatura aponta que estudos encontraram associação entre visitas e menor reincidência em adultos privados de liberdade, além de efeitos sobre bem-estar, comportamento institucional e reincidência (Bales & Mears, 2008; De Claire & Dixon, 2017). Monahan et al. (2011), por sua vez, observaram que o contato familiar se associa ao ajustamento de adolescentes internados. Assim, vínculos familiares podem funcionar como recursos de pertencimento, direção e continuidade afetiva, desde que acompanhados de qualidade relacional e suporte efetivo.

Essa abordagem é necessária porque o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa frequentemente apresenta trajetórias marcadas por sobreposição de vulnerabilidades. Uso de drogas, inserção em grupos infracionais, exposição à violência, baixa escolarização, conflitos familiares e ausência de oportunidades concretas podem compor o mesmo percurso biográfico. Nesses casos, a reincidência não deve ser interpretada apenas como escolha individual, mas como continuidade de uma trajetória em que o ato infracional se articula a modos de pertencimento, sobrevivência, reconhecimento e circulação social.

Por outro lado, mesmo em trajetórias atravessadas por violência e vulnerabilidade, podem existir recursos subjetivos e relacionais relevantes para a mudança. A presença de vínculos familiares, a formulação de projetos de futuro, o desejo de estudar ou trabalhar, a capacidade de reconhecer características pessoais positivas e a abertura para novas

possibilidades de vida são elementos que merecem investigação. A psicologia positiva permite formular essa pergunta sem negar a gravidade do ato infracional: como forças, vínculos e expectativas aparecem nas narrativas sobre possíveis mudanças de trajetória?

Registra-se que o projeto de pesquisa, em sua formulação inicial, tinha como público-alvo pessoas adultas privadas de liberdade, em estabelecimentos penais da Região Metropolitana de Belém. Contudo, durante o trâmite para realização da coleta, surgiram entraves institucionais relacionados à autorização de acesso ao sistema penitenciário, especialmente em razão de questões administrativas e de segurança pública. A demora e a inviabilidade prática de aprovação da pesquisa junto à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Pará exigiram a reformulação do campo empírico, com redirecionamento do estudo para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Essa alteração não modificou o eixo central da investigação, voltado à relação entre forças de caráter, trajetórias de privação de liberdade e reincidência, mas exigiu adequação terminológica, metodológica e teórica, substituindo-se o enfoque inicial na reincidência penitenciária adulta pela análise da reincidência infracional no contexto socioeducativo.

Partindo dessa reformulação, o presente estudo busca investigar a relação entre forças de caráter, características sociodemográficas, trajetória infracional e reincidência infracional em adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Para isso, articula uma dimensão quantitativa, por meio da mensuração das forças de caráter e de variáveis sociodemográficas e infracionais, com uma dimensão qualitativa, voltada à análise dos relatos dos adolescentes sobre trajetória de vida, ato infracional, vínculos familiares, uso de drogas, projetos de futuro e possibilidades de mudança.

A opção por essa articulação metodológica decorre da própria natureza do fenômeno estudado. A reincidência pode ser analisada estatisticamente, por meio da comparação entre grupos e da identificação de variáveis associadas, mas também exige compreensão narrativa,

pois as trajetórias infracionais são construídas e reinterpretadas pelos próprios adolescentes. Assim, a análise quantitativa permite verificar padrões de associação entre forças de caráter e reincidência, enquanto a análise qualitativa permite compreender os campos de sentido que organizam as experiências relatadas.

Assim, o estudo examina a associação entre forças de caráter e histórico de reiteração infracional e descreve, nas entrevistas, vulnerabilidades, vínculos e expectativas de mudança. A hipótese exploratória é que tais dimensões coexistam nas trajetórias dos participantes. O delineamento transversal permite comparar grupos e interpretar narrativas formuladas durante a internação, mas não testar se recursos pessoais ou sociais reduzem ocorrências futuras.

2 Revisão sistemática contextual sobre saúde mental e reincidência

Antes do redirecionamento do campo empírico, foi realizada revisão sistemática sobre transtornos mentais e reincidência penitenciária ou criminal. Ela é mantida como contexto do percurso da pesquisa e da discussão sobre necessidades de saúde e uso de substâncias. Como os estudos incluídos se concentram em populações adultas e não examinam forças de caráter como objeto principal, seus resultados não fundamentam inferências específicas sobre a reincidência dos adolescentes internados nesta tese. O estudo empírico, seus objetivos e suas conclusões são apresentados de forma independente dessa revisão.

A revisão sistemática foi conduzida com referência às diretrizes de relato PRISMA 2020 (Page et al., 2021), ao protocolo PRISMA-P (Clarke et al., 2015) e às orientações do *Interim Guidance from the Cochrane Rapid Reviews Methods Group* (Garritty et al., 2020). O protocolo foi registrado no *International Prospective Register of Systematic Reviews* — PROSPERO, sob o número CRD42022369450. Foram incluídos estudos empíricos quantitativos, com delineamentos transversais, longitudinais ou de caso-controle, publicados em inglês, entre janeiro de 2017 e julho de 2023, que analisassem associação, risco, influência,

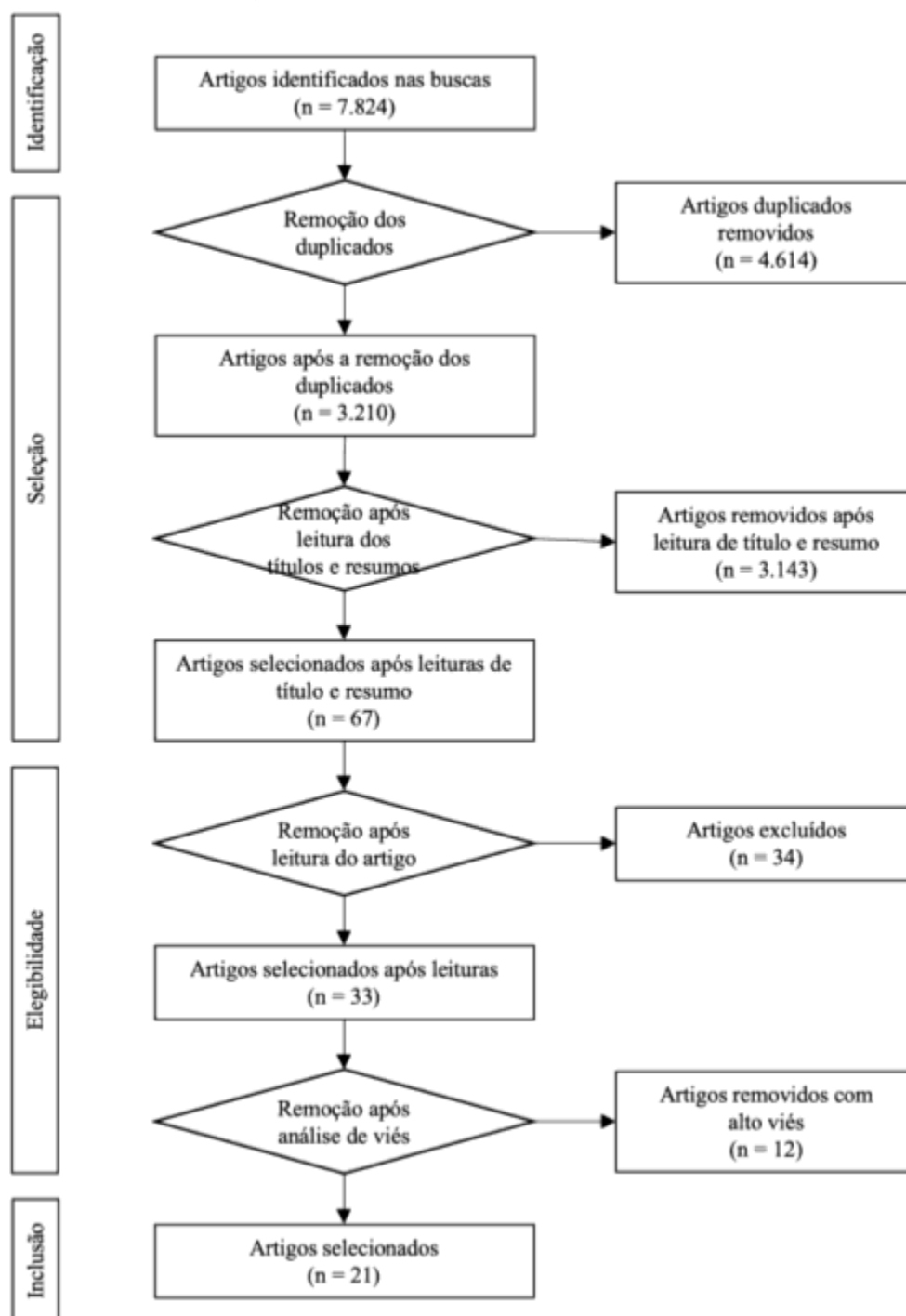
predição ou prevalência entre transtornos mentais e reincidência penitenciária ou criminal.

A população de interesse foi composta por homens e mulheres com idade superior a 12 anos que passaram pelo sistema penitenciário ou correcional, independentemente de pertencerem ou não a populações clínicas. Foram excluídos manuscritos de literatura cinzenta, como dissertações, livros, capítulos, relatórios, materiais de conferência, comentários, resenhas e artigos de opinião; estudos de validação de instrumentos e escalas; estudos sem avaliação de reincidência penitenciária ou criminal; estudos sem medida de efeito ou análise de interação entre as variáveis; e pesquisas com resultados exclusivamente qualitativos, reflexivos ou teóricos.

As buscas foram realizadas nas bases APA PsycNet, Embase, *Cochrane Library*, *Web of Science*, PubMed Central e Scopus, com descritores relacionados a presos, reincidência e transtornos mentais. A escolha dessas fontes buscou reunir estudos indexados em psicologia, saúde e áreas interdisciplinares relacionadas ao sistema de justiça. Os registros foram gerenciados no Mendeley, com exclusão de duplicatas. Para reduzir a dependência de uma decisão individual de elegibilidade, dois revisores realizaram independentemente a triagem por título e resumo e, depois, a leitura integral e, por fim, as divergências foram resolvidas por consenso. Os dados dos estudos incluídos foram extraídos em planilha padronizada, contemplando delineamento, objetivos, participantes, contexto, método, resultados e conclusões.

A qualidade metodológica dos estudos foi avaliada por meio da Escala Newcastle-Ottawa, adaptada para estudos transversais (Herzog et al., 2013). A partir da pontuação obtida, os estudos foram classificados como alto risco de viés, quando atingiram até 6 pontos, médio risco de viés, quando alcançaram 7 ou 8 pontos; e baixo risco de viés, quando obtiveram 9 ou 10 pontos. Para a análise final, foram mantidos apenas os estudos classificados com baixo ou médio risco de viés.

Figura 2
Processo de seleção dos artigos



As buscas iniciais identificaram 7.824 registros. Após a exclusão de duplicatas, permaneceram 3.210 estudos para triagem por título e resumo. Nessa etapa, 67 artigos foram selecionados para leitura integral. Após a aplicação dos critérios de elegibilidade, 33 artigos atenderam aos objetivos da revisão. Desses, 12 foram excluídos por apresentarem alto risco de viés, resultando em 21 estudos incluídos na síntese final, conforme se verifica no Anexo B.

Os 21 estudos incluídos foram publicados entre 2017 e 2023 e envolveram 65.468 participantes, com idades entre 13 e 98 anos, provenientes de diferentes países, como Estados Unidos, Portugal, Finlândia, Holanda, Austrália, Turquia, Suíça, Suécia e Brunei. As pesquisas incluíram populações adultas e juvenis, homens e mulheres, pessoas com e sem diagnóstico psiquiátrico prévio, além de estudos comparando grupos submetidos ou não a programas de tratamento. A predominância de participantes adultos e a heterogeneidade dos desfechos impedem uma comparação confiável dos achados por faixa etária ou sua transposição à amostra desta tese. A caracterização individual dos estudos incluídos, incluindo país, delineamento, participantes, condição de saúde mental analisada, definição de reincidência, principais resultados e classificação da qualidade metodológica, encontra-se apresentada no Anexo B.

Entre os transtornos identificados nos estudos, destacaram-se depressão, esquizofrenia, transtorno de déficit de atenção/hiperatividade, transtornos de personalidade, transtorno de estresse pós-traumático, psicopatia, transtorno de personalidade borderline, transtornos de humor, transtornos psiquiátricos graves, transtornos mentais em geral e transtorno por uso de substâncias. Para padronização terminológica, adota-se neste texto a expressão transtorno por uso de substâncias, conforme a nomenclatura do DSM-5, sem prejuízo de que alguns estudos primários tenham utilizado expressões como abuso de substâncias ou dependência de substâncias, vide Anexo B.

2.1 Transtorno por uso de substâncias como fator associado ao aumento da reincidência

Dentre as condições analisadas, o transtorno por uso de substâncias foi a mais recorrente, sendo investigado em 10 dos 21 estudos incluídos. Em quase todos eles, foram encontradas evidências estatísticas indicando associação entre uso problemático de substâncias e aumento do risco de reincidência penitenciária ou criminal (Aebi et al., 2021; Carr et al., 2021; Fahmy & Mitchell, 2022; Houser et al., 2019; Jacobs et al., 2021; King et al., 2018; Li

et al., 2022; Tuominen et al., 2017; Weatherburn et al., 2021; Zgoba et al., 2020).

Essa associação foi observada por diferentes indicadores. Tuominen et al. (2017), por exemplo, identificaram relação entre dependência de substâncias e maior número de condenações. Carr et al. (2021) verificaram que o diagnóstico de transtorno por uso de substâncias se relacionou à elevação do risco de reincidência em avaliações por instrumentos estruturados, como o LSI-R. Houser et al. (2019), por sua vez, observaram que o uso de substâncias, isoladamente ou associado a outros transtornos mentais, aumentou o risco geral de reincidência.

Entre os estudos com população juvenil, Aebi et al. (2021) indicaram que a probabilidade de reincidência foi 3,3 vezes maior quando o uso de substâncias envolvia drogas diferentes do álcool. Esse achado merece destaque porque foi o único estudo que permitiu diferenciar, de modo mais específico, o impacto do uso de substâncias não alcoólicas em jovens. Em conjunto, os resultados sugerem que o transtorno por uso de substâncias ocupa posição central na compreensão da reincidência, especialmente quando associado a trajetórias de vulnerabilidade, impulsividade, violência ou envolvimento com grupos infracionais.

2.2 Transtornos concomitantes e reincidência

Outro eixo da revisão diz respeito à presença de transtornos mentais concomitantes. Cinco estudos permitiram analisar situações em que o indivíduo apresentava mais de um diagnóstico psiquiátrico ou transtorno por uso de substâncias associado a outras condições de saúde mental (Comartin et al., 2022; Houser et al., 2019; Jacobs et al., 2021; Noland & Strandh, 2021; Zgoba et al., 2020). Em dois desses estudos, a presença de transtornos concomitantes aumentou a possibilidade de reincidência (Comartin et al., 2022; Houser et al., 2019).

Zgoba et al. (2020) verificaram que indivíduos com transtornos mentais associados ao transtorno por uso de substâncias cometeram mais crimes do que aqueles com diagnóstico

apenas de transtorno mental ou aqueles sem transtorno por uso de substâncias. Esse achado reforça a hipótese de que a sobreposição entre sofrimento psíquico e uso problemático de substâncias pode aumentar a vulnerabilidade à continuidade criminal. Por outro lado, Noland e Strandh (2021) encontraram resultado específico no qual indivíduos diagnosticados apenas com psicose apresentaram maior probabilidade de reincidência do que aqueles com psicose associada a transtornos de personalidade, indicando que a relação entre diagnóstico psiquiátrico e reincidência não é linear e depende do tipo de transtorno, do contexto e das variáveis clínicas e situacionais envolvidas.

O estudo de Jacobs et al. (2021) também reforça essa complexidade, ao demonstrar que a reincidência de pessoas com transtornos psiquiátricos graves e transtornos concomitantes é influenciada por maior número de fatores do que a reincidência de pessoas com apenas um diagnóstico. Assim, a presença de comorbidades ou transtornos concomitantes não deve ser tratada apenas como soma de diagnósticos, mas como expressão de maior complexidade clínica e social, exigindo intervenções integradas.

2.3 Tratamento em saúde mental e reincidência: alcance dos estudos

Os artigos incluídos abordaram de maneiras distintas a relação entre cuidado em saúde e reincidência. Fahmy e Mitchell (2022) utilizaram dados longitudinais de homens adultos em reinserção para examinar dimensões de saúde e bem-estar e propor um modelo holístico. O estudo não estimou o efeito de um programa de tratamento sobre novas prisões. Weatherburn e outros (2021), por sua vez, avaliaram a relação entre tratamento em saúde mental e novos delitos em uma coorte de réus com diagnóstico de psicose. Encontraram evidência de menor risco nessa população específica. Embora os estudos não tenham examinado adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, o resultado de Weatherburn e outros (2021) indica que o cuidado em saúde mental pode ser relevante para a compreensão da reiteração em

determinados grupos. Sua possível contribuição no contexto socioeducativo, contudo, ainda precisa ser investigada em pesquisas longitudinais com essa população.

2.4 Discussão da revisão sistemática

A revisão sistemática identificou uma associação entre transtornos mentais, sobretudo o transtorno por uso de substâncias, e diferentes indicadores de reincidência penitenciária ou criminal. O uso problemático de substâncias foi o achado mais recorrente, aparecendo relacionado ao número de condenações, à violação de liberdade condicional, ao risco estimado por instrumentos de avaliação e ao retorno ao sistema de justiça. Em conjunto, os estudos indicam que o uso problemático de substâncias é uma dimensão relevante para compreender a reincidência nas populações investigadas. Contudo, como examinaram populações e desfechos distintos, seus resultados não permitem presumir a mesma associação, nem sua magnitude, entre adolescentes em medida socioeducativa de internação.

Os estudos sobre transtornos concomitantes apresentaram resultados distintos, conforme os diagnósticos, as populações e os desfechos examinados. Em parte deles, a coexistência de transtornos esteve associada a indicadores mais desfavoráveis de reincidência; em outros, a direção da associação variou. Essa heterogeneidade recomenda considerar conjuntamente necessidades de saúde mental, uso de substâncias e condições sociais, sem atribuir à presença de mais de um diagnóstico um efeito uniforme. No que diz respeito ao tratamento, Weatherburn e outros (2021) encontraram evidência de menor risco de novos delitos entre réus com psicose submetidos a cuidados em saúde mental. Fahmy e Mitchell (2022) examinaram dimensões de saúde e reinserção, sem avaliar a eficácia de um programa de tratamento. Esses estudos reforçam a pertinência de considerar o cuidado em saúde, mas não demonstram que programas de tratamento, em geral, reduzam a reincidência em todas as populações.

Para a presente tese, a revisão oferece contexto sobre necessidades de saúde de pessoas submetidas ao sistema de justiça, inclusive aquelas relacionadas ao uso problemático de substâncias. Como os estudos incluídos se concentram em adultos e examinam desfechos distintos, não é possível transpor seus resultados aos adolescentes desta amostra. A análise empírica permanece circunscrita ao histórico de reiteração registrado e às narrativas produzidas durante a internação. Nesse contexto, a revisão contribui para situar a importância de examinar as trajetórias infracionais sem reduzir sua compreensão ao ato praticado, considerando também dimensões subjetivas, familiares e socioeducativas. Assim, o estudo das forças de caráter, dos vínculos familiares e das expectativas de futuro complementa a análise dos fatores de risco ao investigar recursos presentes nas narrativas dos participantes. Essa abordagem permite considerar tais recursos em conjunto com experiências de sofrimento psíquico, uso de substâncias e condições sociais relatadas pelos adolescentes. A pesquisa, contudo, não verificou se esses recursos reduzem a reiteração infracional após a medida.

2.5 Limitações da revisão sistemática

A interpretação dos resultados desta revisão deve considerar algumas limitações. A primeira refere-se ao delineamento dos estudos incluídos, uma vez que a maioria apresentou desenho transversal, o que impede inferências causais entre transtornos mentais e reincidência. Assim, embora os estudos indiquem associação entre essas variáveis, não é possível afirmar que a presença de transtorno mental, isoladamente, cause reincidência.

A segunda limitação decorre da heterogeneidade metodológica dos estudos, especialmente quanto aos instrumentos utilizados para avaliar transtornos mentais, às definições de reincidência, aos períodos de acompanhamento e às características das populações analisadas. Essa variação dificultou a realização de síntese quantitativa por metanálise e justificou a opção por síntese narrativa dos achados. A terceira limitação refere-

se ao risco de viés. Ainda que os estudos com alto risco tenham sido excluídos da síntese final, parte dos artigos incluídos apresentou médio risco de viés, sobretudo em razão de limitações amostrais, diferenças nos métodos de mensuração e restrições nos modelos estatísticos empregados. Dessa forma, os resultados devem ser compreendidos como indicativos consistentes de associação, mas não como evidência definitiva de predição causal.

A revisão reúne evidências sobre saúde mental e reincidência em populações submetidas ao sistema de justiça, com predomínio de estudos em adultos. Sua utilidade para esta tese limita-se à contextualização de necessidades de cuidado e ao registro do percurso teórico anterior à mudança do campo. A extrapolação de associações ou efeitos de tratamentos para adolescentes em internação socioeducativa não é autorizada por essa síntese.

3 Objetivos da pesquisa

3.1 Objetivo geral

Investigar a relação entre forças de caráter, características sociodemográficas, trajetória infracional e reincidência infracional em adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, articulando dados quantitativos da Escala de Forças de Caráter Ampliada (EFC-A) com a análise qualitativa dos relatos dos participantes.

3.2 Objetivos específicos

- Caracterizar o perfil sociodemográfico dos adolescentes participantes, considerando idade, gênero, escolaridade e reincidência infracional;
- Identificar as pontuações das forças de caráter e das virtudes avaliadas pela Escala de Forças de Caráter Ampliada (EFC-A) e compará-las entre participantes com e sem histórico de reiteração infracional;
- Analisar a associação entre reincidência infracional e características da trajetória infracional, incluindo tipo de ato praticado, cometimento de múltiplos atos, presença

de tentativa, emprego de violência ou grave ameaça e categorias jurídico-criminológicas dos atos infracionais;

- Verificar, de forma exploratória, se forças de caráter e variáveis sociodemográficas ou infracionais se associam à chance de reincidência infracional;
- Analisar qualitativamente os relatos dos adolescentes, identificando campos lexicais relacionados à trajetória infracional, uso de drogas, violência, vínculos familiares, apoio, autopercepção, projetos de futuro e possibilidades de mudança;
- Integrar os achados quantitativos e qualitativos, distinguindo as associações observadas com o histórico de reiteração das narrativas e expectativas de mudança e reinserção formuladas durante a internação.

4 Método

4.1 Delineamento da Pesquisa

O presente estudo possui delineamento exploratório, transversal e de abordagem mista, com integração de dados quantitativos e qualitativos. Trata-se de recorte analítico de dados provenientes de pesquisa realizada com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, a partir da qual foram examinadas variáveis sociodemográficas, infracionais, psicológicas e discursivas relacionadas à reincidência infracional.

A dimensão quantitativa foi composta pela análise de dados sociodemográficos e infracionais dos participantes, bem como das pontuações obtidas na Escala de Forças de Caráter Ampliada (EFC-A). A dimensão qualitativa foi constituída pelos relatos obtidos em entrevistas semiestruturadas, posteriormente analisadas com auxílio do software IRAMUTEQ, a fim de identificar campos lexicais relacionados à trajetória infracional, uso de drogas, vínculos familiares, autopercepção, projetos de futuro e possibilidades de mudança.

Inicialmente, o projeto de doutorado previa a realização da coleta com pessoas adultas privadas de liberdade em estabelecimentos prisionais da Região Metropolitana de Belém,

vinculados à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Pará (SEAP-PA). Contudo, durante o trâmite para autorização do campo empírico, surgiram entraves institucionais relacionados à segurança pública e à viabilidade de acesso às unidades prisionais, o que resultou na demora e na inviabilidade prática de realização da pesquisa naquele contexto. Diante disso, o estudo foi redirecionado para o contexto socioeducativo, utilizando dados oriundos de pesquisa já autorizada com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação.

Essa alteração exigiu adequações terminológicas, metodológicas e instrumentais. O enfoque inicial na reincidência penitenciária adulta foi substituído pela análise da reincidência infracional em adolescentes e jovens vinculados ao sistema socioeducativo. Embora o campo empírico tenha sido modificado, manteve-se o eixo central da investigação, voltado à relação entre forças de caráter, trajetória de privação de liberdade, características sociodemográficas e continuidade da prática infracional.

4.2 Pesquisa de origem

Os dados analisados nesta tese derivam da pesquisa intitulada “Forças de caráter e traços de personalidade de adolescentes em medida socioeducativa”, desenvolvida no âmbito da Universidade Federal do Pará, com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Essa pesquisa, por sua vez, integra o projeto mais amplo “Adolescentes em desenvolvimento: aspectos individuais, sociais e perspectivas de futuro”, elaborado por Janari da Silva Pedroso, Edson Júnior Silva da Cruz e Niamey Granhen Brandão da Costa.

No presente estudo, foram utilizados apenas os dados pertinentes aos objetivos da tese, especialmente aqueles relacionados às forças de caráter, reincidência infracional, características sociodemográficas, trajetória infracional e relatos dos adolescentes. Dados referentes a instrumentos da pesquisa de origem que não integraram os objetivos desta tese não

foram incluídos nas análises aqui apresentadas. Os aspectos éticos relacionados à pesquisa de origem, ao uso secundário dos dados e à proteção dos participantes são apresentados na subseção “Cuidados Éticos”.

4.3 Local da pesquisa

A pesquisa de origem foi realizada em centros de internação juvenis, masculinos e femininos, da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA), localizados na Região Metropolitana de Belém, Estado do Pará. O campo empírico, portanto, corresponde ao contexto socioeducativo de internação, isto é, à modalidade mais gravosa entre as medidas socioeducativas, aplicada em situações que envolvem maior gravidade do ato infracional, reiteração ou circunstâncias que justificam a privação de liberdade.

4.4 Participantes

Participaram da pesquisa 46 adolescentes e jovens adultos em cumprimento de medida socioeducativa de internação. A amostra foi composta por conveniência, considerando a disponibilidade institucional, os critérios definidos na pesquisa de origem e a aceitação voluntária dos participantes. Na amostra efetivamente analisada, foram considerados os participantes vinculados às unidades socioeducativas durante a coleta que aceitaram participar voluntariamente. O projeto da pesquisa de origem previa a exclusão de adolescentes com diagnóstico de deficiência intelectual e neurológica autodeclarada na entrevista e daqueles que não aceitassem participar. O banco de dados da pesquisa de origem não contém registros individualizados sobre a avaliação da compreensão das instruções pelos participantes, nem sobre avaliações institucionais de suas condições de participação. Por essa razão, esses procedimentos não são descritos como critérios de inclusão ou exclusão efetivamente aplicados à amostra analisada nesta tese.

A pesquisa de origem previa adolescentes na faixa etária de 12 a 18 anos incompletos.

Contudo, no banco de dados efetivamente analisado nesta tese, foram identificados participantes com idade superior a 18 anos, o que é compatível com a permanência de jovens no sistema socioeducativo após a maioridade civil, desde que ainda vinculados ao cumprimento da medida. Por essa razão, neste estudo optou-se por descrever a amostra como composta por adolescentes e jovens adultos em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Essa permanência após os 18 anos não torna os participantes equivalentes a adultos do sistema penal.

Para análise, foram consideradas variáveis sociodemográficas, como idade, gênero e escolaridade, e relativas à trajetória infracional, incluindo reincidência infracional, tipo de ato praticado, presença de tentativa, cometimento de múltiplos atos, emprego de violência ou grave ameaça e categorização jurídico-criminológica dos atos infracionais. Para fins operacionais, foi classificado como reincidente o participante que apresentava registro de internação socioeducativa anterior ou de mais de um ato infracional acompanhado de apreensão prévia. Essa classificação expressa o histórico de reiteração identificado nos registros disponíveis e não corresponde, necessariamente, à reincidência penal em sentido técnico-jurídico.

4.5 Instrumentos utilizados

Foram utilizados, para os fins desta tese, três conjuntos de informações: ficha sociodemográfica e infracional, Escala de Forças de Caráter Ampliada (EFC-A) e entrevistas semiestruturadas. A ficha sociodemográfica e infracional foi utilizada para caracterizar os participantes e levantar informações relacionadas à trajetória socioeducativa. Foram considerados dados como idade, gênero, escolaridade, naturalidade, configuração familiar, ato infracional cometido, existência de reincidência e demais informações necessárias à classificação das condutas. A partir desses dados, os atos infracionais foram organizados em categorias jurídico-criminológicas mais amplas, como atos patrimoniais sem violência grave, atos patrimoniais com violência ou grave ameaça, atos contra a vida ou integridade física, atos

relacionados a drogas, atos contra a dignidade sexual e outros.

A Escala de Forças de Caráter Ampliada (EFC-A) foi utilizada para avaliar as forças de caráter dos participantes. O instrumento é composto por 71 itens, respondidos em escala tipo *Likert* de cinco pontos, variando de “nada a ver comigo” (0) a “tudo a ver comigo” (4). A escala permite mensurar 24 forças de caráter, conforme o modelo teórico de Peterson e Seligman (2004). Cada força é composta por três itens, com exceção da apreciação da beleza e da excelência, composta por dois itens.

Também foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, voltadas à compreensão da trajetória de vida, do ato infracional, dos vínculos familiares, da adaptação à instituição, do uso de drogas, das expectativas de futuro, das características pessoais e das possibilidades de mudança. As entrevistas tiveram finalidade qualitativa e foram analisadas de forma complementar aos dados quantitativos. A pesquisa de origem também previa a aplicação da Bateria Fatorial de Personalidade (BFP).¹ Contudo, como o objetivo desta tese está centrado na relação entre forças de caráter, trajetória infracional e reincidência, os dados da BFP não foram incorporados às análises.

4.6 Procedimento de Coleta de Informações

A coleta dos dados foi realizada no âmbito da pesquisa de origem, após autorização ética e institucional. Inicialmente, foram adotadas providências para obtenção das autorizações necessárias ao acesso às unidades socioeducativas, aos participantes e aos documentos relacionados à trajetória dos adolescentes. Os pesquisadores estabeleceram contato com a

¹ A inclusão da Bateria Fatorial de Personalidade na pesquisa de origem mostrou-se teoricamente pertinente, pois forças de caráter e traços de personalidade constituem construtos distintos, embora relacionados. No contexto brasileiro, Noronha e Zanon (2018) investigaram a estrutura da EFC e suas relações com os Cinco Grandes Fatores da personalidade, identificando associações dos domínios de forças com conscienciosidade, extroversão e neuroticismo.

instituição participante e, posteriormente, com os adolescentes.

A abordagem ocorreu individualmente, com apresentação dos objetivos e procedimentos da pesquisa. Os adolescentes foram orientados sobre a participação voluntária, a possibilidade de desistência a qualquer momento e a garantia de sigilo das informações. A coleta incluiu o preenchimento da ficha sociodemográfica e infracional, a aplicação da Escala de Forças de Caráter Ampliada e a realização das entrevistas semiestruturadas. Os dados quantitativos foram posteriormente organizados em banco de dados próprio e analisados com auxílio do software *IBM SPSS Statistics 32.0 (Trial)*. Os relatos das entrevistas foram transcritos, revisados e preparados para análise lexical com auxílio do IRAMUTEQ (v. 0.8 alpha 7), com retirada de informações potencialmente identificadoras.

4.7 Preparação e tratamento do corpus textual

Para a análise qualitativa, as entrevistas foram inicialmente transcritas e revisadas, preservando-se o sentido das falas dos participantes. Em seguida, o material textual foi submetido a processo de preparação para utilização no IRAMUTEQ. Essa etapa envolveu a retirada de informações que pudessem permitir a identificação dos adolescentes, a padronização de nomes próprios por marcadores genéricos, a correção de erros de digitação e a uniformização de expressões recorrentes, sem alteração do conteúdo semântico dos relatos.

As falas dos entrevistadores, quando não necessárias à compreensão da resposta, foram retiradas do corpus, mantendo-se apenas os trechos correspondentes às respostas dos participantes. Fragmentos inaudíveis, interrupções sem conteúdo interpretável e marcas conversacionais sem relevância lexical também foram excluídos. Por outro lado, foram preservadas expressões próprias da fala dos adolescentes quando relevantes para a compreensão da trajetória narrada, evitando-se uma correção excessiva que descaracterizasse o conteúdo do discurso.

Após essa revisão, o corpus foi organizado em arquivo de texto compatível com o IRAMUTEQ, em codificação UTF-8. Cada entrevista foi identificada por uma linha de comando específica, iniciada por quatro asteriscos, seguida de variáveis descritivas dos participantes e de sua trajetória, como identificação numérica, gênero, escolaridade, reincidência infracional e categorias relacionadas ao ato infracional. Essa organização permitiu que as classes lexicais fossem posteriormente relacionadas às variáveis sociodemográficas, infracionais e psicológicas selecionadas para o estudo.

Também foram padronizadas expressões compostas de interesse analítico, unindo-se seus termos por *underline*, a fim de evitar que o software interpretasse separadamente unidades semânticas que deveriam ser analisadas em conjunto. Assim, expressões como *ato_infracional*, *arma_de_fogo*, *medida_socioeducativa*, *mudar_de_vida* e outras semelhantes foram mantidas como unidades lexicais compostas quando apresentavam relevância para os objetivos da pesquisa. Essa estratégia buscou preservar a coerência semântica dos relatos e melhorar a qualidade da análise lexical.

Concluída a preparação, o corpus foi submetido ao IRAMUTEQ para processamento textual. O software realizou a segmentação do material em unidades de texto e a identificação das formas lexicais mais frequentes e estatisticamente associadas às classes resultantes. Foram então realizadas a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e a Análise Fatorial de Correspondência (AFC), possibilitando a identificação dos principais campos lexicais presentes nas entrevistas e sua relação com as variáveis previamente definidas.

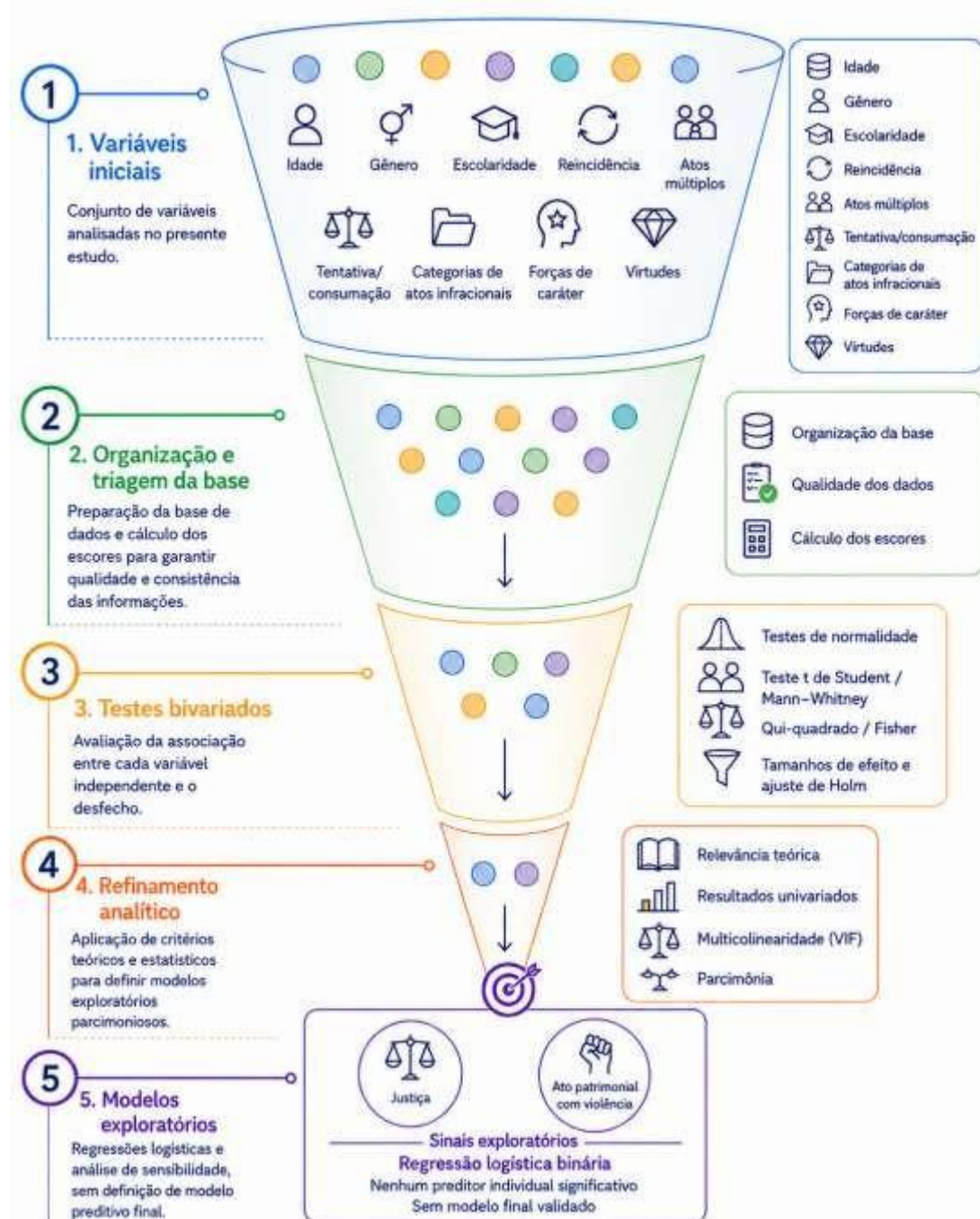
4.8 Procedimento de análise dos dados quantitativos

A análise quantitativa foi organizada em etapas sucessivas, desde a preparação da base de dados e o cálculo dos escores da EFC-A até as comparações entre grupos, os testes de associação e a modelagem exploratória da reincidência infracional. Em razão do tamanho da

amostra e do caráter exploratório do estudo, a seleção das variáveis considerou simultaneamente critérios estatísticos e teóricos, buscando parcimônia e adequação dos modelos exploratórios. Para facilitar a compreensão desse percurso analítico, a Figura 3 apresenta o processo de afunilamento das variáveis até a estimação dos modelos e realização da análise de sensibilidade.

Figura 3.

Etapas da análise quantitativa e do refinamento dos modelos exploratórios.



Como se observa na Figura 3, o processo analítico partiu de um conjunto mais amplo de variáveis sociodemográficas, infracionais, forças de caráter e virtudes, que foram progressivamente refinadas. Inicialmente, procedeu-se à organização e inspeção da base de dados. Em seguida, foram realizadas análises descritivas das variáveis sociodemográficas, infracionais e psicológicas, com cálculo de frequências, percentuais, médias, desvios-padrão e valores mínimos e máximos. Em seguida, foi avaliada a distribuição das pontuações das forças de caráter e das virtudes, utilizando-se testes de normalidade e inspeção dos dados.

Para comparação entre adolescentes reincidentes e não reincidentes, foram utilizados testes paramétricos ou não paramétricos, conforme a distribuição das variáveis. Nas variáveis quantitativas, foram empregados teste t de Student ou teste de Mann-Whitney. Nas variáveis categóricas, foram utilizados qui-quadrado de Pearson ou teste exato de Fisher, quando as frequências esperadas eram reduzidas. Foram observadas medidas de tamanho de efeito, quando pertinentes, a fim de qualificar a magnitude das diferenças ou associações encontradas.

Posteriormente, foram realizadas análises exploratórias por regressão logística binária, tendo a reincidência infracional como variável dependente. As variáveis sociodemográficas, infracionais e psicológicas foram testadas em modelos sucessivos, respeitando critérios de parcimônia em razão do tamanho da amostra. Também foram avaliados indicadores de ajuste e capacidade discriminativa dos modelos, como teste de Hosmer-Lemeshow, pseudo- R^2 , tabela de classificação e curva ROC. Considerando o tamanho da amostra e a distribuição desigual do desfecho, a construção dos modelos logísticos observou o princípio da parcimônia. Inicialmente, foram realizadas regressões univariadas com as forças de caráter, as virtudes e as variáveis sociodemográficas e infracionais consideradas relevantes. Não foram utilizados procedimentos automáticos de seleção de variáveis, e nenhum modelo foi previamente definido como modelo preditivo final.

A consistência interna das forças de caráter incluídas nas análises principais foi

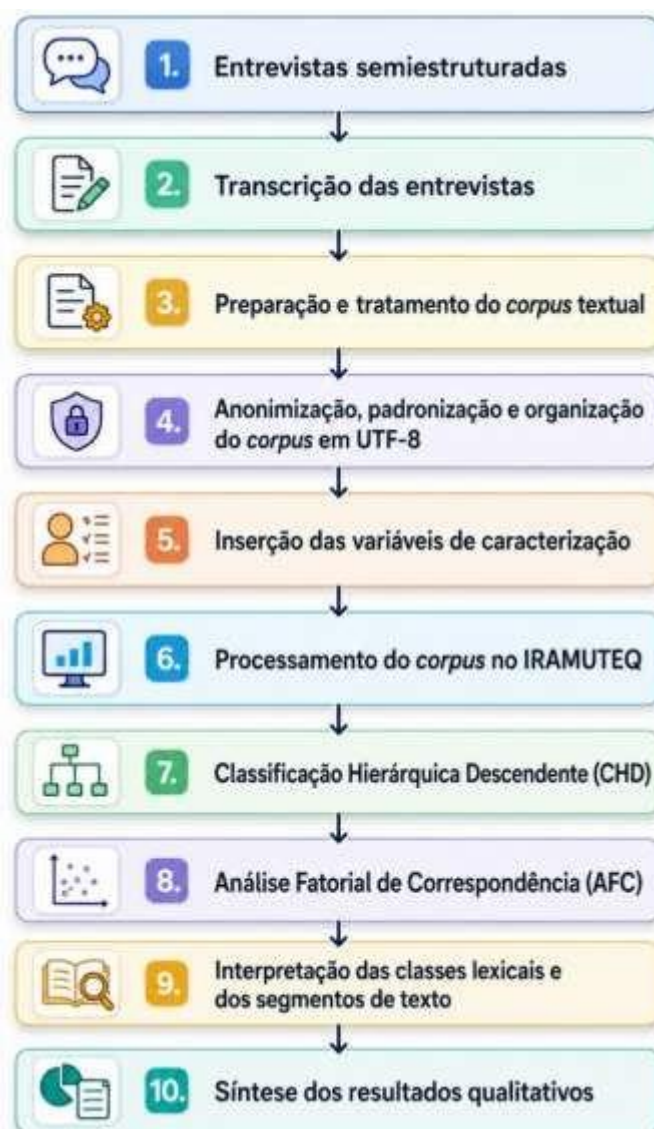
examinada por meio do alfa de *Cronbach*, considerando-se a limitação decorrente do reduzido número de itens em algumas subescalas. Os resultados foram interpretados de forma exploratória, evitando inferências causais ou generalizações indevidas.

4.9 Procedimento de análise dos dados qualitativos

Na análise qualitativa, os registros textuais das entrevistas foram organizados e preparados para processamento no software IRAMUTEQ. O percurso envolveu a preparação do corpus, a inserção das variáveis de caracterização, o processamento lexical e a interpretação das classes e dos posicionamentos obtidos na AFC. A Figura 4 sintetiza essas etapas.

Figura 4

Etapas da análise qualitativa



As entrevistas foram submetidas à análise lexical com auxílio do software IRAMUTEQ. O corpus textual foi organizado a partir das transcrições das entrevistas, com padronização de termos, retirada de identificadores pessoais e preparação do material conforme as exigências do programa.

Foi realizada Classificação Hierárquica Descendente (CHD), com o objetivo de identificar classes lexicais formadas por segmentos de texto com vocabulário semelhante. As classes resultantes foram interpretadas a partir das palavras com maior associação estatística, dos segmentos de texto mais representativos e da relação com as variáveis sociodemográficas, infracionais e psicológicas. Também foi utilizada Análise Fatorial de Correspondência, permitindo visualizar a distribuição das classes em eixos de oposição e proximidade lexical.

A análise qualitativa buscou compreender os campos de sentido que estruturavam os relatos dos adolescentes, especialmente em relação à dinâmica do ato infracional. Os resultados qualitativos foram posteriormente integrados aos achados quantitativos, permitindo interpretação mais ampla da reincidência infracional.

4.10 Cuidados Éticos

A pesquisa observou os princípios éticos previstos nas Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, bem como as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD, Lei nº 13.709/2018. Foram adotados procedimentos de sigilo, anonimização dos dados e proteção da identidade dos participantes.

Conforme a pesquisa de origem, o estudo integra o projeto “Adolescentes em desenvolvimento: aspectos individuais, sociais e perspectivas de futuro”, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa por meio do Parecer Consubstanciado do CEP nº 4.003.324, aprovado em 02 de maio de 2020, sob CAAE nº 30212120.9.0000.0018.

Os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa, a voluntariedade da

participação, a possibilidade de desistência a qualquer momento e a inexistência de qualquer consequência institucional em caso de recusa. Também foram prestados esclarecimentos sobre os instrumentos utilizados, a forma de registro das informações e os cuidados adotados para preservação da confidencialidade.

Por se tratar de pesquisa com adolescentes em contexto de privação de liberdade, foram observadas cautelas adicionais relacionadas à vulnerabilidade dos participantes, evitando qualquer forma de constrangimento, coerção ou indução à participação. Os dados foram utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e analisados de forma agrupada, sem identificação individual dos participantes.

4.11 Declaração de uso de Inteligência Artificial Generativa

Declara-se que, durante a elaboração desta tese, foram utilizadas ferramentas de Inteligência Artificial Generativa, especialmente o ChatGPT e, em ocasiões pontuais, o Microsoft *Copilot*, como recursos de apoio à organização textual, à revisão linguística, à estruturação de seções, ao aprimoramento da coerência argumentativa e à adequação formal da redação acadêmica.

As ferramentas também foram utilizadas como apoio à elaboração de figuras destinadas à síntese visual dos conteúdos abordados. As imagens foram produzidas a partir de descrições fornecidas pelo autor e posteriormente revisadas quanto à exatidão do conteúdo e à adequação científica. Sua utilização não substituiu nem modificou os dados ou os resultados analíticos da pesquisa.

O uso das ferramentas não substitui a atuação autoral, crítica e interpretativa do pesquisador. A definição do problema de pesquisa, a seleção dos referenciais teóricos, as decisões metodológicas, a organização e o tratamento dos dados, as análises estatísticas e qualitativas, a interpretação dos resultados, a conferência das referências e a redação final são

de responsabilidade integral do autor.

Declara-se, ainda, que todas as sugestões, correções ou formulações geradas pelas ferramentas foram criticamente avaliadas, revisadas e validadas pelo autor, que assume integral responsabilidade pela veracidade, integridade, originalidade e adequação científica do conteúdo final da tese.

5 Resultados

5.1 Caracterização da amostra

A Tabela 1 apresenta a caracterização sociodemográfica e infracional dos 46 participantes, com a distribuição descritiva segundo o histórico de reiteração. As médias de idade foram 15,91 anos no grupo sem reiteração e 16,06 anos no grupo com reiteração. Predominaram participantes do gênero masculino e da faixa etária de 15 a 16 anos.

Tabela 1.

Caracterização sociodemográfica e infracional da amostra segundo o histórico de reiteração.

Variável	Categoria/estatística	Total N = 46 (%)	Sem reiteração n = 11 (%)	Com reiteração n = 35 (%)
Idade	Média (DP)	16,02 (1,18)	15,91 (1,58)	16,06 (1,06)
	Mínimo–máximo	13–20	14–20	13–18
Faixa etária	13–14 anos	3 (6,5)	1 (9,1)	2 (5,7)
	15–16 anos	27 (58,7)	8 (72,7)	19 (54,3)
	17–18 anos	15 (32,6)	1 (9,1)	14 (40,0)
	19 anos ou mais	1 (2,2)	1 (9,1)	0 (0,0)
Gênero	Masculino	34 (73,9)	6 (54,5)	28 (80,0)
	Feminino	9 (19,6)	3 (27,3)	6 (17,1)
	Trans/T	3 (6,5)	2 (18,2)	1 (2,9)
Escolaridade	Ensino Fundamental	27 (65,9)	4 (44,4)	23 (71,9)
	Ensino Médio	14 (34,1)	5 (55,6)	9 (28,1)
Reiteração infracional	Sem reiteração	11 (23,9)	—	—
	Com reiteração	35 (76,1)	—	—
Número de atos infracionais	Apenas um ato	33 (73,3)	8 (80,0)	25 (71,4)
	Mais de um ato	12 (26,7)	2 (20,0)	10 (28,6)
Situação do primeiro ato	Consumado	41 (91,1)	9 (90,0)	32 (91,4)
	Tentado	4 (8,9)	1 (10,0)	3 (8,6)
Ato registrado ¹	Assalto/roubo	23 (50,0)	4 (36,4)	19 (54,3)
	Homicídio	15 (32,6)	5 (45,5)	10 (28,6)

Nota. N = 46. DP = desvio-padrão. Os percentuais usam os casos válidos em cada coluna. Escolaridade: N = 41 (9 sem e 32 com reiteração). Número de atos e situação do primeiro ato: N = 45 (10 sem e 35 com reiteração). O número de atos registrados não define, isoladamente, o histórico de reiteração. O número de atos refere-se aos registros disponíveis nessa variável do banco analisado; a classificação do histórico de reiteração também considerou internação socioeducativa anterior ou ato acompanhado de apreensão prévia, conforme a definição operacional descrita no Método. Por isso, “apenas um ato” nessa variável não equivale necessariamente a “sem reiteração”. ¹ Os atos registrados podem coexistir.

A Tabela 2 apresenta a distribuição dos atos infracionais por categorias jurídico-criminológicas no total da amostra e em cada grupo. Os atos patrimoniais com violência ou

grave ameaça foram a categoria mais frequente no grupo com reiteração (23 de 35; 65,7%), enquanto, no grupo sem reiteração, os atos contra a vida, a integridade física ou envolvendo ameaça foram os mais frequentes (5 de 11; 45,5%). As categorias podem coexistir para o mesmo participante; essas diferenças são descritivas e não indicam, por si, associação estatisticamente significativa.

Tabela 2

Categorias jurídico-criminológicas dos atos infracionais registrados na amostra

Categoria jurídico-criminológica	N = 46 (%)	Sem reiteração	Com reiteração
		n = 11 (%)	n = 35 (%)
Patrimoniais sem violência grave	3 (6,5)	0 (0,0)	3 (8,6)
Patrimoniais com violência ou grave ameaça	27 (58,7)	4 (36,4)	23 (65,7)
Contra a vida, integridade física ou ameaça	16 (34,8)	5 (45,5)	11 (31,4)
Relacionados a drogas	1 (2,2)	0 (0,0)	1 (2,9)
Contra a dignidade sexual	3 (6,5)	1 (9,1)	2 (5,7)
Outros atos infracionais	5 (10,9)	0 (0,0)	5 (14,3)
Ato com violência ou grave ameaça ²	42 (91,3)	10 (90,9)	32 (91,4)

Nota. As categorias não são mutuamente exclusivas. O caso de pornografia infantil registrado como crime cibernético integra a categoria ampla de dignidade sexual. ² Indicador amplo reconstruído a partir dos registros de assalto/roubo, latrocínio, homicídio, agressão, ameaça, abuso sexual, estupro de vulnerável e pornografia infantil, conforme a sintaxe da análise.

5.2 Análise exploratória e verificação da normalidade

Após a caracterização da amostra, foi realizada análise exploratória das pontuações da Escala de Forças de Caráter Ampliada, com o objetivo de verificar a distribuição dos escores e orientar a escolha dos testes comparativos. Essa etapa foi importante porque as pontuações da EFC-A são variáveis numéricas, mas isso não significa, necessariamente, que apresentem distribuição normal.

A distribuição dos 24 escores de forças de caráter e das seis virtudes foi examinada pelo teste de Shapiro-Wilk. Onze dos 30 escores não apresentaram evidência de afastamento da normalidade: pensamento crítico, sensatez, inteligência social, trabalho em equipe, perdão, autorregulação e as virtudes justiça, sabedoria, temperança, humanidade e coragem. Os demais 19 escores apresentaram $p < 0,05$. Considerando a predominância de distribuições não normais, a natureza limitada dos escores, o tamanho reduzido e o desequilíbrio entre os grupos, o teste *U* de Mann-Whitney foi adotado como análise principal nas comparações. Os testes paramétricos foram utilizados apenas como verificação de sensibilidade quando pertinente.

5.3 Associação entre reincidência e variáveis categóricas

Em seguida, foram avaliadas associações entre a reincidência infracional e variáveis categóricas, como faixa etária, gênero, escolaridade, múltiplos atos infracionais e indicadores de atos infracionais. Para isso, foram utilizados testes de associação por meio do qui-quadrado de Pearson e, quando necessário, considerada a adequação do teste exato de Fisher, especialmente diante de frequências esperadas reduzidas. Essa etapa teve como finalidade verificar se características sociodemográficas ou infracionais se associavam diretamente à reincidência antes da construção de modelos preditivos. De modo geral, não foram observadas associações estatisticamente significativas entre histórico de reiteração infracional e faixa etária [$\chi^2 (3) = 6,27; p = 0,099$], gênero [$\chi^2 (2) = 4,19; p = 0,123$] ou escolaridade [$\chi^2 (1) = 2,35; p = 0,125$; teste exato de Fisher: $p = 0,231$].

As duas primeiras análises apresentaram células com frequências esperadas inferiores a cinco e, por isso, seus resultados devem ser interpretados com cautela. Também não houve associação significativa com registro de múltiplos atos [Fisher: $p = 0,705$], tentativa em ao menos um ato [Fisher: $p = 0,374$], participação como cúmplice [Fisher: $p = 0,425$] ou ato qualificado [Fisher: $p = 1,000$]. Esses resultados indicaram que, na amostra analisada, as variáveis categóricas sociodemográficas e infracionais não apresentaram evidência estatística suficiente para explicar isoladamente a reincidência. Além disso, a baixa frequência de algumas categorias reforçou a decisão de não incluir muitos indicadores infracionais nos modelos de regressão logística, evitando instabilidade estatística.

5.4 Comparação das forças de caráter e virtudes entre reincidentes e não reincidentes

Considerando que o objetivo central do estudo foi investigar a relação entre forças de caráter, virtudes e reincidência infracional, foram realizadas comparações entre os grupos de participantes reincidentes e não reincidentes. Embora inicialmente tenham sido examinados

testes t para amostras independentes, a não normalidade observada em parte das variáveis recomendou a adoção do teste U de Mann-Whitney como procedimento principal de comparação entre os grupos.

A Tabela 3 apresenta os resultados referentes às 24 forças de caráter. Foram considerados 46 participantes, nenhuma das 24 forças de caráter apresentou diferença estatisticamente significativa entre os grupos. Justiça apresentou a maior diferença padronizada, com escores mais altos no grupo sem reiteração [$M = 10,64$; $DP = 1,57$] do que no grupo com reiteração [$M = 9,23$; $DP = 2,37$], mas o resultado permaneceu apenas exploratório [$U = 126,0$; $p = 0,083$; $rrb = -0,345$]. Após correção de Holm para 24 comparações, todos os valores ajustados foram 1,000. A direção observada indicou escores mais elevados no grupo sem reiteração, mas não houve evidência estatística suficiente para afirmar associação entre justiça e reincidência. As demais forças não apresentaram diferenças estatisticamente significativas entre os grupos.

Tabela 3.

Comparação das forças de caráter segundo histórico de reiteração infracional pelo teste U de Mann-Whitney.

Forças de Caráter	Média dos não reincidentes (DP)	Média dos reincidentes (DP)	U	n	rrb
Criatividade	8,09 (2,84)	8,14 (2,20)	178,0	0,715	-0,075
Curiosidade	9,55 (2,62)	10,03 (2,12)	173,0	0,616	0,101
Pensamento crítico	8,09 (2,51)	8,31 (2,13)	187,0	0,896	-0,029
Amor pelo aprendizado	9,64 (2,62)	9,97 (2,27)	178,0	0,712	0,075
Sensatez	7,18 (4,35)	6,83 (3,14)	172,0	0,605	-0,106
Autenticidade	9,09 (2,77)	8,40 (3,01)	169,5	0,558	-0,119
Bravura	8,18 (3,28)	8,74 (2,34)	177,5	0,706	0,078
Persistência	10,64 (1,50)	10,71 (1,62)	179,5	0,736	0,068
Vitalidade	9,45 (3,45)	9,80 (2,03)	172,0	0,599	-0,106
Bondade	9,82 (1,40)	8,83 (1,99)	133,5	0,126	-0,306
Amor	9,82 (2,04)	8,80 (2,42)	147,0	0,241	-0,236
Inteligência social	7,00 (2,53)	8,00 (2,49)	156,5	0,357	0,187
Justiça	10,64 (1,57)	9,23 (2,37)	126,0	0,083	-0,345
Liderança	6,91 (3,70)	8,20 (2,69)	154,5	0,330	0,197
Trabalho em equipe	8,36 (2,46)	8,23 (2,33)	186,5	0,886	-0,031
Perdão	7,36 (3,23)	6,06 (3,37)	147,0	0,244	-0,236
Modéstia	9,91 (1,92)	10,60 (1,63)	153,5	0,298	0,203
Prudência	9,36 (1,80)	8,63 (2,78)	169,0	0,550	-0,122
Autorregulação	8,18 (2,48)	7,89 (2,51)	179,5	0,745	-0,068
Apreciação da beleza e da excelência	5,09 (3,24)	5,74 (1,74)	188,0	0,917	0,023
Gratidão	10,55 (2,34)	10,46 (1,75)	171,0	0,561	-0,112
Esperança e otimismo	10,00 (2,57)	9,77 (2,70)	177,0	0,691	-0,081
Humor	8,00 (3,10)	8,37 (2,50)	182,5	0,805	0,052
Espiritualidade	8,73 (2,45)	9,20 (2,60)	169,0	0,548	0,122

Nota: $N = 46$; não reincidentes = 11; reincidentes = 35. U = estatística U de Mann-Whitney. Valores de p bilaterais. rrb = correlação bisserial por postos, orientada como grupo com reiteração menos grupo sem reiteração.

A Tabela 4 apresenta a comparação das seis virtudes. As seis virtudes também não apresentaram diferenças significativas. Os valores de p variaram de 0,544, para temperança, a 0,949, para sabedoria e conhecimento; após correção de Holm, todos foram 1,000.

Tabela 4.

Comparação das virtudes segundo histórico de reiteração infracional pelo teste U de Mann-Whitney.

Virtudes	Média dos não reincidentes (DP)	Média dos reincidentes (DP)	U	n	r_{hb}
Sabedoria e conhecimento	42,55 (12,03)	43,29 (8,13)	189,5	0,949	-0,016
Coragem	37,36 (8,50)	37,66 (6,18)	185,0	0,857	-0,039
Humanidade	26,64 (3,98)	25,63 (5,30)	170,0	0,570	-0,117
Justiça	25,91 (5,68)	25,66 (5,61)	185,5	0,867	-0,036
Temperança	34,82 (5,83)	33,17 (7,18)	168,5	0,544	-0,125
Transcendência	42,36 (10,23)	43,54 (7,66)	186,5	0,887	0,031

Nota: N = 46; não reincidentes = 11; reincidentes = 35. U = estatística U de Mann-Whitney. r_{hb} = correlação bisserial por postos. Valores de p bilaterais.

5.5 Correlações bivariadas

Também foram analisadas correlações bivariadas entre idade, forças de caráter e virtudes. Essa etapa teve dois objetivos, sendo o primeiro observar o padrão geral de associação entre as dimensões da EFC-A. O segundo foi de verificar se haveria forte inter-relação entre os escores, o que poderia gerar problemas de multicolinearidade em modelos regressivos.

De forma geral, observou-se predominância de correlações positivas entre forças e virtudes. Esse padrão era esperado, considerando que as dimensões da EFC-A pertencem a um mesmo campo teórico e tendem a compartilhar variância. As maiores aproximações foram observadas para modéstia [$\rho = 0,290$; $p = 0,051$] e perdão [$\rho = -0,261$; $p = 0,080$].

As correlações mais elevadas ocorreram entre forças e as virtudes das quais fazem parte, como inteligência social e humanidade [$\rho = 0,810$], liderança e justiça [$\rho = 0,809$], sensatez e sabedoria [$\rho = 0,807$] e esperança e transcendência [$\rho = 0,803$], todas com $p < 0,001$. Essas associações são parcialmente esperadas, pois os escores das virtudes são somas que incluem as respectivas forças, não devendo ser interpretadas como evidência de independência entre construtos.

5.6 Regressão logística

Como a variável dependente do estudo, a reincidência infracional, foi codificada de forma binária, 0 para não reincidente e 1 para reincidente, a técnica de modelagem escolhida foi a regressão logística binária. Essa análise é adequada quando se pretende estimar a chance de ocorrência de um desfecho dicotômico a partir de variáveis explicativas.

Foram estimadas regressões logísticas univariadas para as 24 forças e as seis virtudes, tendo como desfecho o histórico de reiteração infracional. Nenhum preditor psicológico apresentou coeficiente individual com $p < 0,05$. As maiores aproximações ocorreram para justiça [OR = 0,712; IC95% (0,484; 1,045); $p = 0,083$] e bondade [OR = 0,735; IC95% (0,490; 1,102); $p = 0,136$].

Tabela 5.

Regressões logísticas univariadas das forças de caráter e virtudes.

Preditor	B	EP	p	OR	IC95% para OR
Criatividade	0,010	0,149	0,948	1,010	[0,754; 1,353]
Curiosidade	0,095	0,151	0,528	1,100	[0,818; 1,478]
Pensamento crítico	0,047	0,158	0,766	1,048	[0,769; 1,429]
Amor pelo aprendizado	0,061	0,145	0,675	1,062	[0,800; 1,411]
Sensatez	-0,031	0,103	0,763	0,969	[0,791; 1,187]
Autenticidade	-0,084	0,124	0,494	0,919	[0,721; 1,171]
Bravura	0,086	0,136	0,525	1,090	[0,836; 1,422]
Persistência	0,031	0,218	0,885	1,032	[0,674; 1,581]
Vitalidade	0,058	0,139	0,675	1,060	[0,807; 1,392]
Bondade	-0,308	0,207	0,136	0,735	[0,490; 1,102]
Amor	-0,218	0,175	0,213	0,804	[0,570; 1,134]
Inteligência social	0,169	0,147	0,250	1,184	[0,888; 1,578]
Justiça	-0,340	0,196	0,083	0,712	[0,484; 1,045]
Liderança	0,144	0,116	0,213	1,155	[0,921; 1,450]
Trabalho em equipe	-0,025	0,150	0,866	0,975	[0,726; 1,309]
Perdão	-0,124	0,110	0,260	0,884	[0,712; 1,096]
Modéstia	0,234	0,201	0,243	1,264	[0,853; 1,874]
Prudência	-0,120	0,146	0,408	0,887	[0,666; 1,179]
Autoregulação	-0,050	0,142	0,727	0,952	[0,720; 1,258]
Apreciação da beleza e da excelência	0,136	0,156	0,384	1,146	[0,844; 1,557]
Gratidão	-0,026	0,188	0,891	0,975	[0,674; 1,409]
Esperança e otimismo	-0,035	0,137	0,801	0,966	[0,738; 1,264]
Humor	0,054	0,130	0,679	1,055	[0,817; 1,363]
Espiritualidade	0,074	0,137	0,588	1,077	[0,824; 1,407]
Virtude – Sabedoria e conhecimento	0,009	0,038	0,811	1,009	[0,936; 1,088]
Virtude – Coragem	0,007	0,052	0,898	1,007	[0,910; 1,114]
Virtude – Humanidade	-0,042	0,071	0,557	0,959	[0,835; 1,102]
Virtude – Justiça	-0,008	0,063	0,895	0,992	[0,877; 1,122]
Virtude – Temperança	-0,036	0,052	0,485	0,964	[0,871; 1,068]
Virtude – Transcendência	0,017	0,042	0,676	1,018	[0,938; 1,104]

Nota: N = 46; não reincidentes = 11; reincidentes = 35. Desfecho: histórico de reiteração infracional, codificado como 0 = não e 1 = sim. B = coeficiente logístico; EP = erro-padrão; OR = razão de chances; IC95% = intervalo de confiança de 95%.

Além das regressões univariadas, foram examinadas exploratoriamente combinações de justiça com covariáveis sociodemográficas e infracionais disponíveis no banco, observadas a pertinência teórica e as frequências de cada categoria. A apresentação detalhada foi concentrada nos modelos parcimoniosos que incluíram idade, escolaridade ou ato patrimonial com violência, pois o tamanho e o desequilíbrio da amostra não sustentavam modelos com muitos parâmetros. As demais combinações examinadas não alteraram a conclusão de que não foi obtido um modelo preditivo final validado.

Em seguida, foram examinados três modelos exploratórios parcimoniosos, cada um com justiça e uma covariável. O modelo com idade não foi significativo [$\chi^2(2) = 3,83$; $p = 0,148$; R^2 de Nagelkerke = 0,120], assim como o modelo com escolaridade [$\chi^2(2) = 4,69$; $p = 0,096$; R^2 de Nagelkerke = 0,166]. O modelo com ato patrimonial com violência apresentou teste global significativo [$\chi^2(2) = 6,72$; $p = 0,035$; R^2 de Nagelkerke = 0,204], mas nenhum coeficiente individual atingiu $p < 0,05$.

Embora o modelo que incluiu ato patrimonial com violência tenha apresentado teste global significativo, nenhum de seus coeficientes individuais atingiu significância estatística, e os intervalos de confiança indicaram baixa precisão das estimativas. Considerando o tamanho e o desequilíbrio da amostra, esses resultados não forneceram sustentação suficiente para a definição de um modelo preditivo final. Por essa razão, não se considerou apropriado estimar ou interpretar sua capacidade discriminativa por meio da curva ROC.

Tabela 6.

Modelos logísticos exploratórios parcimoniosos para histórico de reiteração infracional.

Modelo	Preditor	B	EP	p	OR	IC95% para OR
1	Justiça	-0,341	0,197	0,083	0,711	[0,484; 1,046]
	Idade	0,115	0,309	0,711	1,122	[0,612; 2,056]
2	Justiça	-0,300	0,209	0,151	0,741	[0,492; 1,116]
	Ensino Médio (ref.: Fundamental)	-1,059	0,803	0,187	0,347	[0,072; 1,673]
3	Justiça	-0,342	0,195	0,080	0,710	[0,484; 1,042]
	Patrimonial com violência	1,281	0,753	0,089	3,599	[0,822; 15,758]

Nota: Modelo 1: justiça e idade, $N = 46$, p global = 0,148. Modelo 2: justiça e escolaridade, $N = 41$, p global = 0,096. Modelo 3: justiça e ato patrimonial com violência, $N = 46$, p global = 0,035. Nenhum coeficiente individual apresentou $p < 0,05$. B = coeficiente logístico; EP = erro-padrão; OR = razão de chances; IC95% = intervalo de confiança de 95%.

5.7 Confiabilidade interna da EFC-A

Por fim, foi realizada análise de confiabilidade interna, por meio do alfa de *Cronbach*, para avaliar o comportamento psicométrico das subescalas da EFC-A na amostra. Esse procedimento foi importante porque a interpretação dos resultados da regressão depende, em parte, da qualidade de mensuração das forças utilizadas.

A consistência interna do conjunto dos 71 itens foi elevada [$\alpha = 0,922$]. Para as seis virtudes, os coeficientes variaram de 0,570, em humanidade, a 0,783, em sabedoria. Em contraste, os coeficientes das forças individuais variaram de 0,107, em modéstia, a 0,727, em esperança e otimismo. Entre as forças que apresentaram maior aproximação estatística com o desfecho, justiça obteve $\alpha = 0,440$ e bondade $\alpha = 0,167$. Apreciação da beleza e da excelência, composta por dois itens, apresentou $\alpha = 0,373$. Esses resultados recomendam cautela adicional na interpretação de efeitos referentes às forças individuais. Na tabela 7 é possível visualizar as forças

Tabela 7.

Consistência interna da EFC-A, das virtudes e de forças.

Preditor	Itens	α de Cronbach
Criatividade	3	0,318
Curiosidade	3	0,485
Pensamento crítico	3	0,145
Amor pelo aprendizado	3	0,448
Sensatez	3	0,689
Autenticidade	3	0,501
Bravura	3	0,492
Persistência	3	0,537
Vitalidade	3	0,620
Bondade	3	0,167
Amor	3	0,395
Inteligência social	3	0,306
Justiça	3	0,440
Liderança	3	0,663
Trabalho em equipe	3	0,335
Perdão	3	0,580
Modéstia	3	0,107
Prudência	3	0,484
Autorregulação	3	0,181
Apreciação da beleza e da excelência	2	0,373
Gratidão	3	0,367
Esperança e otimismo	3	0,727
Humor	3	0,443
Espiritualidade	3	0,474
Virtude – Sabedoria e conhecimento	15	0,783
Virtude – Coragem	12	0,723
Virtude – Humanidade	9	0,570
Virtude – Justiça	9	0,661
Virtude – Temperança	12	0,639
Virtude – Transcendência	14	0,769
Escala completa	71	0,922

5.8 Categorização das Infrações

Em razão da baixa frequência de alguns atos infracionais específicos e da consequente pulverização dos dados, optou-se pelo agrupamento dos atos em categorias jurídico-criminológicas mais amplas e não mutuamente exclusivas. Essa estratégia teve como finalidade aumentar a estabilidade das análises estatísticas, reduzir o número de células com frequências esperadas muito baixas e evitar modelos com excesso de parâmetros em relação ao tamanho da amostra.

Assim, os atos infracionais foram organizados de acordo com sua natureza jurídico-criminológica, distinguindo-se atos patrimoniais sem violência, atos patrimoniais com violência ou grave ameaça, atos contra a vida, a integridade física ou envolvendo ameaça, atos relacionados a drogas e atos contra a dignidade ou envolvendo violência sexual. Como essas categorias não eram mutuamente exclusivas, um mesmo participante poderia ser incluído em mais de uma delas quando houvesse registro de diferentes tipos de atos. Além disso, foram preservadas variáveis complementares, como tentativa, participação como cúmplice, qualificação do ato, emprego de violência ou grave ameaça e registro de múltiplos atos, de modo a conservar informações relevantes sem comprometer a viabilidade estatística das análises. O agrupamento, portanto, não teve por objetivo apagar as especificidades dos atos praticados, mas permitir uma leitura analítica mais consistente e adequada ao tamanho da amostra.

A classificação adotada mostrou que os atos patrimoniais com violência ou grave ameaça foram os mais frequentes, registrados para 27 participantes, correspondendo a 58,7% da amostra. Em seguida, apareceram os atos contra a vida, a integridade física ou envolvendo ameaça, registrados para 16 participantes (34,8%). Os atos contra a dignidade ou envolvendo violência sexual foram identificados em três participantes (6,5%), enquanto os atos relacionados a drogas foram registrados para um participante (2,2%). Na categoria de violência

ou exploração sexual foi incluído o caso de pornografia infantil originalmente registrado como crime cibernético, em razão da natureza do ato. Como as categorias admitiam sobreposição, suas frequências não devem ser somadas para a obtenção do total da amostra.

A categoria geral referente ao emprego de violência ou grave ameaça reuniu 42 participantes, correspondendo a 91,3% da amostra. Esse resultado evidencia que a amostra foi composta predominantemente por adolescentes envolvidos em atos com componente de violência ou grave ameaça. Contudo, justamente em razão dessa elevada concentração, a variável apresentou capacidade discriminativa reduzida, uma vez que apenas quatro participantes foram classificados na categoria “não”.

5.9 Associação entre reincidência e as categorias dos atos infracionais

Na análise da associação entre o histórico de reiteração infracional e a categoria principal do ato, o teste do qui-quadrado de Pearson não indicou associação estatisticamente significativa [$\chi^2(5) = 2,14$; $p = 0,830$; V de Cramer = 0,218]. Esse resultado, contudo, deve ser interpretado com cautela, pois 75% das células apresentaram frequência esperada inferior a cinco, circunstância que compromete a adequação do teste e reduz a estabilidade das estimativas.

Nas variáveis dicotômicas por classe, também não foram identificadas associações estatisticamente significativas com o histórico de reiteração. A maior aproximação foi observada na categoria ato patrimonial com violência ou grave ameaça: 85,2% dos participantes classificados nessa categoria possuíam histórico de reiteração, em comparação com 63,2% entre os que não apresentavam essa classificação. A diferença, entretanto, não atingiu significância estatística [$\chi^2(1) = 2,97$; $p = 0,085$; V de Cramer = 0,254; teste exato de Fisher bicaudal: $p = 0,159$].

As demais categorias também não apresentaram associação significativa com o histórico de reiteração. Para os atos contra a vida, a integridade física ou envolvendo ameaça, obteve-se $\chi^2 (1) = 0,73$; $p = 0,394$ e teste exato de Fisher $p = 0,477$. Para os atos contra a dignidade ou envolvendo violência sexual, os resultados foram $\chi^2 (1) = 0,16$; $p = 0,692$ e Fisher $p = 1,000$. A categoria relacionada a drogas igualmente não foi significativa [$\chi^2 (1) = 0,32$; $p = 0,571$; Fisher: $p = 1,000$].

A categoria geral referente ao emprego de violência ou grave ameaça apresentou proporções praticamente equivalentes entre os grupos: 75,0% de histórico de reiteração entre os participantes não classificados nessa categoria e 76,2% entre aqueles nela classificados. Consequentemente, essa variável não apresentou capacidade discriminativa [$\chi^2 (1) = 0,003$; $p = 0,957$; Fisher: $p = 1,000$]. A elevada concentração de participantes na categoria “sim”, correspondente a 91,3% da amostra, também limita a precisão dessa comparação.

Na regressão logística univariada, a classificação como ato patrimonial com violência ou grave ameaça apresentou OR = 3,35, indicando estimativa de maiores chances relativas de histórico de reiteração entre os participantes dessa categoria. Entretanto, o intervalo de confiança foi amplo e incluiu a unidade [IC95%: 0,82–13,78; $p = 0,093$], não havendo evidência estatística suficiente para considerar essa variável um preditor independente.

Como análise complementar, foi examinado um modelo logístico exploratório composto pela força justa e pela classificação do ato como patrimonial com violência ou grave ameaça. O modelo apresentou significância global [$\chi^2 (2) = 6,72$; $p = 0,035$; R^2 de Nagelkerke = 0,204]. Contudo, nenhum dos preditores apresentou contribuição individual estatisticamente significativa. Justiça apresentou OR = 0,710 [IC95%: 0,484–1,042; $p = 0,080$], enquanto ato patrimonial com violência ou grave ameaça apresentou OR = 3,599 [IC95%: 0,822–15,758; $p = 0,089$].

Embora o teste global desse modelo tenha apresentado valor de p inferior a 0,05, a ausência de significância dos coeficientes individuais, a amplitude dos intervalos de confiança e o reduzido número de participantes sem histórico de reiteração indicam baixa precisão e possível instabilidade das estimativas. Por essa razão, o modelo não foi definido como modelo preditivo final.

O agrupamento jurídico-criminológico permitiu organizar descritivamente os atos infracionais e reduzir a dispersão decorrente das categorias específicas. Entretanto, nenhuma das categorias examinadas apresentou associação estatisticamente significativa com o histórico de reiteração. Os resultados devem, portanto, ser compreendidos como exploratórios e não autorizam a identificação de uma categoria infracional como preditora independente da reiteração nesta amostra.

5.10 Escolaridade, bondade e ato infracional patrimonial com violência

Como análise complementar, foi estimado modelo de regressão logística binária para examinar a associação entre escolaridade, bondade e o cometimento de ato infracional patrimonial com violência. A escolaridade foi inserida como variável categórica dicotômica, tendo o Ensino Fundamental como categoria de referência. Foram considerados 41 participantes com informações completas para as variáveis incluídas no modelo.

Conforme a Tabela 8, o modelo não apresentou significância estatística [$\chi^2(2) = 4,01$; $p = 0,134$; R^2 de Nagelkerke = 0,125]. A escolaridade apresentou associação negativa apenas exploratória com o desfecho: participantes do Ensino Médio tiveram menores chances estimadas de cometimento de ato patrimonial com violência quando comparados aos participantes do Ensino Fundamental, mas o resultado não atingiu significância estatística [OR = 0,287; IC95% (0,073; 1,125); $p = 0,073$].

Bondade também não apresentou associação estatisticamente significativa com o desfecho [OR = 0,897; IC95% (0,644; 1,252); $p = 0,524$]. Assim, a análise complementar não forneceu evidência estatística suficiente de associação entre escolaridade, bondade e o cometimento de ato infracional patrimonial com violência na amostra analisada. A amplitude dos intervalos de confiança e o tamanho reduzido da amostra recomendam que as estimativas sejam interpretadas de forma exploratória.

Tabela 8.

Regressão logística exploratória para ato patrimonial com violência.

Preditor	B	EP	Wald	p	OR	IC95% para OR
Ensino Médio*	-1,248	0,696	3,209	0,073	0,287	[0,073; 1,125]
Bondade	-0,108	0,170	0,406	0,524	0,897	[0,644; 1,252]

Nota: Variável dependente: cometimento de ato infracional patrimonial com violência, codificado como 0 = não e 1 = sim. Modelo: $\chi^2(2) = 4,01$; $p = 0,134$; R^2 de Nagelkerke = 0,125. OR = razão de chances; EP = erro-padrão. * Categoria de referência: Ensino Fundamental. Os indicadores de tolerância e VIF não apontaram multicolinearidade relevante.

5.11 Resultados qualitativos da análise pelo IRAMUTEQ

A análise qualitativa foi realizada a partir do corpus textual constituído por 46 entrevistas, processadas no IRAMUTEQ por meio da Classificação Hierárquica Descendente, com posterior Análise Fatorial de Correspondência. A CHD organizou o material em quatro classes lexicais e classificou 554 segmentos de texto, correspondentes a 100% dos segmentos identificados. Esse percentual demonstra aproveitamento integral dos segmentos pelo procedimento adotado, mas não constitui, isoladamente, prova de estabilidade ou replicabilidade. Nenhuma classe apresentou associação significativa com a modalidade de reincidência (p entre 0,119 e 0,828).

Os resultados revelaram uma estrutura discursiva organizada em dois grandes eixos temáticos. De um lado, agruparam-se classes relacionadas à trajetória infracional, à prática do ato, ao uso de drogas, à circulação em contextos de violência e à socialização infracional. De outro, emergiram classes vinculadas ao suporte familiar, ao aconselhamento, à autopercepção, ao desejo de mudança e à construção de projetos de futuro. Desse modo, os relatos não se

organizaram apenas em torno do ato infracional em si, mas em torno de uma tensão mais ampla entre continuidade infracional e possibilidades de reorganização subjetiva, familiar e social.

A divisão apresentada no dendrograma do Anexo A reforça essa leitura. As classes 1 e 2 formaram um primeiro bloco, associado à dinâmica infracional, ao envolvimento com drogas e à trajetória de entrada na vida infracional. As classes 3 e 4, por sua vez, formaram um segundo bloco, relativo à reinserção, à reconstrução de perspectivas de vida e aos vínculos familiares. Essa organização mostra que a experiência socioeducativa aparece atravessada por dois movimentos simultâneos: a reconstrução narrativa da trajetória de envolvimento infracional e a elaboração de possibilidades de mudança.

5.12 Classe 1: Dinâmica do ato infracional e violência patrimonial

A classe 1 reuniu 144 segmentos de texto, correspondendo a 25,99% do corpus. Suas formas mais características foram “assalto”, “roubo”, “vítima”, “arma”, “participar”, “grupo”, “moto”, “passagem”, “planejar”, “parceiro”, “apreender”, “roubar”, “ato”, “ato_infracional”, “assassinar”, “pessoa”, “cometer”, “policial”, “facção”, “arrastão” e “arma_de_fogo”. Essas palavras apresentaram associação estatisticamente significativa com a classe, com destaque para “assalto”, “roubo”, “vítima” e “arma”, todas com valores elevados de qui-quadrado.

Essa classe representa o campo lexical mais diretamente relacionado à materialidade do ato infracional. Os relatos nela classificados descrevem a execução do delito, a participação em grupo, o planejamento da ação, o uso ou presença de armas, a abordagem da vítima, a fuga, a apreensão e a atuação policial. Trata-se, portanto, de uma classe centrada na cena infracional: quem participou, como a ação foi organizada, qual era o alvo, qual instrumento foi utilizado, como ocorreu a captura e quais consequências imediatas decorreram do fato.

A presença de termos como “grupo”, “parceiro” e “participar” indica que o ato infracional frequentemente é narrado como ação coletiva. O envolvimento com pares aparece

como elemento relevante da prática infracional, seja pela adesão a convites, seja pela divisão de funções, seja pela participação em atos planejados por terceiros. Ao mesmo tempo, palavras como “arma”, “arma_de_fogo”, “vítima”, “assaltar” e “roubar” evidenciam uma dimensão de violência ou grave ameaça, especialmente nos atos patrimoniais.

Outro aspecto importante é a proximidade entre o vocabulário da infração e o vocabulário da resposta institucional. Termos como “apreender”, “policial”, “preso”, “delegacia” e “internação” indicam que os adolescentes narram o ato infracional já articulado ao momento da captura e à entrada no sistema socioeducativo. O ato infracional, portanto, não aparece apenas como evento isolado, mas como episódio que desencadeia uma sequência institucional: abordagem, apreensão, responsabilização e internação.

Na Classe 1, os discursos abaixo exemplificam a centralidade da ação infracional, da participação coletiva, do uso de armas e da vitimização.

Participante 1

“(...) ele participaria de um assalto armado com faca, junto a outro indivíduo. Explicou que foi chamado em sua casa para participar da ação, a qual já havia sido planejada por outra pessoa (não quis especificar quem). Ficou estabelecido que receberia o pagamento em drogas”.

Participante 12

“(...) ele mais 2 amigos (maiores de idade), fizeram um “circuito de assaltos”. Primeiramente, foram assaltar uma residência em Santa Barbara, entretanto, devido acharem que a casa era de um policial não conseguiram completar o assalto. Segundo, foram em direção a uma assistência de celular em Benevides, local onde conseguiram completar o assalto, deixando um atendente baleado. Terceiro, e último, roubaram uma lanchonete”.

Essa classe pode ser interpretada como dinâmica do ato infracional e violência patrimonial, pois concentra o léxico da ação delitiva, especialmente de roubos, e evidencia a dimensão instrumental, grupal e violenta de parte das trajetórias analisadas. A associação com a modalidade “ato patrimonial com violência ou grave ameaça” reforça essa interpretação, pois indica proximidade entre essa classe e os participantes vinculados a atos patrimoniais com violência ou grave ameaça.

No plano das modalidades suplementares, a Classe 1 apresentou associação nominal com gênero masculino [$\chi^2 = 9,72$; $p = 0,002$], ato patrimonial com violência ou grave ameaça [$\chi^2 = 8,45$; $p = 0,004$] e Ensino Fundamental [$\chi^2 = 5,37$; $p = 0,021$]. Esses resultados indicam maior concentração relativa de segmentos desses perfis no campo lexical da execução do ato, mas não estimam efeitos individuais. Nenhuma modalidade de força de caráter se associou significativamente a essa classe.

5.13 Classe 2: Drogas, trajetória de rua e socialização infracional

A classe 2 foi a maior da análise, reunindo 189 segmentos de texto, o que corresponde a 34,12% do corpus. As formas mais características foram “ano”, “maconha”, “começar”, “droga”, “morar”, “cocaína”, “entrar”, “vender”, “consumir”, “vida”, “idade”, “tráfico”, “irmão”, “agredir”, “namorado”, “substância” e “conflituoso”. A presença dessas formas revela uma classe fortemente marcada por narrativas biográficas, especialmente relacionadas ao início precoce do uso de substâncias, à entrada progressiva em práticas ilícitas e à circulação por contextos familiares e territoriais instáveis.

Enquanto a classe 1 se concentra na descrição do ato infracional, a classe 2 reconstrói o percurso que antecede, acompanha e sustenta o envolvimento infracional. A recorrência das palavras “ano”, “começar” e “idade” mostra que os adolescentes frequentemente organizam suas narrativas em torno de marcos temporais: quando começaram a usar drogas, quando

passaram a vender, quando entraram na vida infracional, quando saíram de casa, quando tiveram contato com determinados pares ou territórios. Essa estrutura temporal indica que o envolvimento infracional é narrado como processo, e não apenas como fato episódico.

O uso de drogas aparece como elemento central dessa classe. Termos como “maconha”, “droga”, “cocaína”, “substância”, “consumir”, “vender” e “traficar” apontam para a articulação entre consumo, dependência, comércio ilícito e prática infracional. Em vários relatos, o uso de substâncias surge associado à circulação na rua, à aproximação com pares envolvidos em crimes e atos infracionais, à necessidade de dinheiro ou à inserção em redes de tráfico. Assim, a droga não aparece somente como comportamento individual, mas como eixo de socialização, pertencimento e vulnerabilidade.

A classe também concentra referências à moradia, família e relações afetivas, como indicam as formas “morar”, “irmão”, “namorado”, “casa” e “conflituoso”. Isso sugere que o uso de drogas e a entrada na criminalidade se entrelaçam com trajetórias familiares instáveis, mudanças de residência, vínculos afetivos frágeis ou conflituosos e exposição a ambientes de risco. A narrativa de “começar” a usar, vender ou traficar, muitas vezes ainda no início da adolescência, revela um processo de socialização infracional progressiva, no qual a infração se naturaliza como parte de uma rotina, consumo e sobrevivência.

Na Classe 2, os relatos abaixo evidenciam a entrada progressiva no uso de drogas, na venda de substâncias e na socialização infracional.

Participante 1

“Contou que começou a fumar cigarro aos seis anos e que cresceu em uma família desestruturada. Apesar de se considerar “neutro” (sem facção), desde cedo se envolveu com delitos: começou como “aviãozinho”, depois passou a cometer assaltos — o primeiro deles com uma faca, aos 11 anos, no bairro de São Brás. Em seguida, envolveu-se com extorsão e tráfico. Acrescentou que todos os delitos que praticava

eram pagos em drogas. Disse que consumia cocaína e maconha, e que o excedente vendia”.

Participante 9

“(...) disse que usa maconha desde os 13 anos, mesmo não consumindo nenhum tipo de droga além dessa, disse que usava diariamente. com 14 anos já assaltava, com 15 anos já vendia drogas, maconha e cocaína especificamente. Ademais, fazia ‘missões’ passadas pelo Comando Vermelho (C.V)”.

Essa classe foi denominada drogas, trajetória de rua e socialização infracional porque articula três dimensões recorrentes: o início precoce do contato com drogas, a circulação por contextos sociais vulneráveis e a entrada gradual em práticas ilícitas. Seu conteúdo permite compreender a continuidade infracional como parte de trajetórias marcadas por exposição prolongada a condições que, nos relatos, acompanham o envolvimento com drogas, a rua, os pares e as práticas ilícitas, sem que a análise lexical permita estabelecer relações causais.

Entre as modalidades suplementares, a Classe 2 apresentou associação nominal com Ensino Médio [$\chi^2 = 6,47$; $p = 0,011$] e com apreciação da beleza e da excelência baixa [$\chi^2 = 4,24$; $p = 0,040$]. Nesta última modalidade, 20 dos 41 segmentos foram classificados na classe, mas a categoria reunia apenas cinco participantes.

5.14 Classe 3: Projeto de vida, autopercepção e reinserção

A classe 3 reuniu 139 segmentos de texto, correspondendo a 25,09% do corpus. As formas mais características foram “futuro”, “característica”, “bom”, “positivo”, “pretender”, “comportamento”, “curso”, “melhorar”, “desejar”, “aprender”, “expressar”, “querer”, “estressar” e “estudar”. Esses termos indicam um campo lexical voltado à autopercepção, à avaliação de qualidades e defeitos, à formulação de projetos e à expectativa de mudança.

Essa classe, diferentemente das classes 1 e 2, desloca o foco da narrativa do passado infracional para um futuro possível. Os adolescentes passam a falar sobre o que desejam, o que pretendem fazer, quais cursos gostariam de realizar, como avaliam o próprio comportamento e quais características pessoais reconhecem como positivas ou negativas. A presença de verbos como “pretender”, “desejar”, “aprender”, “querer” e “melhorar” revela uma orientação prospectiva, indicando que o cumprimento da medida socioeducativa também funciona como espaço de elaboração sobre o futuro.

A palavra “comportamento” assume papel relevante nessa classe. Ela aparece vinculada à necessidade de controle, mudança, melhora e reflexão sobre atitudes. Isso sugere que parte dos adolescentes associa a reinserção não apenas à obtenção de trabalho ou estudo, mas também à transformação de modos de agir, de reagir a conflitos e de se relacionar com os outros. A classe, portanto, expressa uma dimensão de reorganização subjetiva, na qual o participante identifica aspectos que precisam ser modificados para que uma trajetória diferente seja possível.

Também são significativos os termos “curso”, “estudar” e “aprender”. Eles indicam que a educação e a profissionalização aparecem como elementos centrais na construção do projeto de futuro. Em alguns segmentos típicos, o desejo de concluir os estudos, realizar cursos, trabalhar ou desenvolver uma profissão surge como contraponto à trajetória infracional. Essa oposição é particularmente relevante, pois mostra que os adolescentes reconhecem a escola, o trabalho e a aprendizagem como caminhos possíveis de reorganização da vida, ainda que frequentemente marcados por dificuldades concretas.

Na Classe 3, os trechos de exemplo abaixo indicam processos de autopercepção, reconhecimento de limites e elaboração de projetos futuros.

Participante 2

“(...) disse que gostaria de trabalhar com carros e motos. Além disso, deseja retomar os estudos e construir uma relação mais saudável com sua família, demonstrando grande preocupação com ela. Mostrou ter perspectivas de mudança de vida”.

Participante 10

“(...) ele falou que é carinhoso com a mãe, entretanto disse que tem que mudar o jeito de ser e melhorar comportamento. Por fim, sobre seu futuro, ele falou que quer terminar os estudos e quer fazer faculdade, sabe que vai ser difícil, mas vai se esforçar”.

A classe 3 foi denominada projeto de vida, autopercepção e reinserção. Ela representa o campo lexical da mudança desejada, da avaliação pessoal e da construção de expectativas. Seu conteúdo se aproxima dos temas de responsabilização subjetiva e reinserção social, pois evidencia que muitos adolescentes conseguem formular, ainda que de forma incipiente, planos e desejos que se afastam da continuidade infracional.

Na Classe 3, a modalidade suplementar associada nominalmente foi gênero feminino [$\chi^2 = 4,31$; $p = 0,038$]. Essa associação indica maior concentração relativa dos segmentos das participantes no campo lexical relacionado a futuro, características pessoais, comportamento, curso, estudo, melhora, desejo, aprendizagem e projeto de vida. Bondade alta [$p = 0,096$] e apreciação da beleza e da excelência alta [$p = 0,114$] não alcançaram significância nominal; assim, nenhuma força de caráter foi interpretada como associada a essa classe.

5.15 Classe 4: Suporte familiar, visitas e aconselhamento

A classe 4 reuniu 82 segmentos de texto, correspondendo a 14,80% do corpus. Suas formas mais características foram “conselho”, “visitar”, “mãe”, “mantimento”, “visita”, “vir”, “irmão”, “pai”, “trazer”, “conversar”, “ligação”, “ouvir”, “família”, “aconselhar”, “comida”, “apoio” e “mudar_de_vida”. O conjunto lexical é bastante homogêneo e aponta diretamente para a presença da família durante o cumprimento da medida socioeducativa.

Essa classe expressa o papel dos vínculos familiares como fonte de apoio material, afetivo e normativo. As visitas, os mantimentos, as ligações, os conselhos e as conversas compõem uma rede de sustentação que permanece ativa mesmo após o ato infracional e a internação. A figura da mãe aparece como referência central, seguida por irmãos, pai, padrasto, avós e outros familiares. A família surge, assim, como instância que visita, aconselha, leva alimentos, oferece apoio e insiste na necessidade de mudança.

A recorrência de “conselho”, “aconselhar”, “ouvir” e “mudar_de_vida” mostra que o suporte familiar não se limita à presença física ou ao auxílio material. Ele também assume uma dimensão moral e educativa. Os familiares aparecem frequentemente como aqueles que orientam o adolescente a abandonar a vida infracional, retomar os estudos, trabalhar, evitar más companhias e reorganizar a trajetória. Em vários relatos, o adolescente reconhece que já recebia esses conselhos antes da internação, mas não os ouvia, porém, durante a medida, esses conselhos parecem adquirir novo peso simbólico.

Ao mesmo tempo, a classe 4 deve ser lida com cautela, pois a presença da família no *corpus* não demonstra, por si só, efeito protetivo. Em outras classes, especialmente na classe 2, surgem relatos de abandono, violência doméstica, conflitos, perdas, ausência paterna, uso de drogas por familiares e instabilidade residencial. A especificidade da classe 4 está no recorte da família como suporte durante a internação: familiares visitam, aconselham, mantêm contato, levam mantimentos e incentivam a mudança.

São exemplos estatisticamente importantes da presente classe, que mostram a presença da família como fonte de visita, apoio, mantimentos, conselho e incentivo à mudança de vida:

Participante 1

“(…) relatou que sua família — composta pela mãe, tias e irmãos — o visita, com exceção do pai, que sofreu um acidente e não tem condições de ir. Disse que recebe conselhos da mãe e do irmão mais velho para abandonar o crime”.

Participante 8

“Disse que toda família aconselhava ele a sair da vida do crime. Atualmente, mãe e avó vem me visitar e me diz para mudar de vida e trazem mantimentos para ele”.

A classe foi nomeada suporte familiar, visitas e aconselhamento porque reúne o vocabulário mais diretamente associado à permanência dos vínculos familiares e à tentativa de reorientação da conduta. Ela representa um polo importante da análise, pois mostra que a reinserção não é construída apenas por decisões individuais, mas também por redes relacionais que oferecem suporte, reconhecimento e direção. Na Classe 4, amor pelo aprendizado baixo apresentou associação nominal [$\chi^2 = 7,60; p = 0,006$]: oito dos 23 segmentos vinculados a essa modalidade foram classificados na classe. Contudo, a modalidade reunia somente dois participantes, cujos vários segmentos não constituem observações independentes.

5.16 Organização fatorial das classes

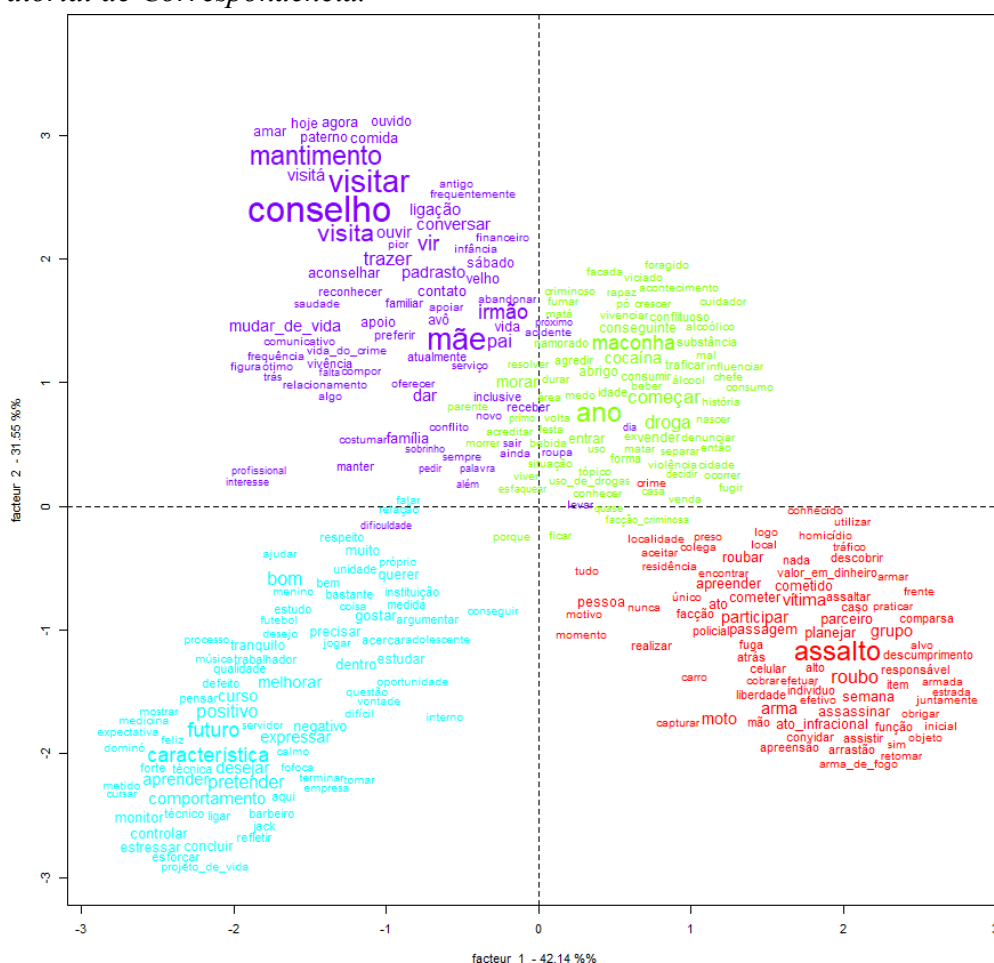
A Análise Fatorial de Correspondência permitiu visualizar a distribuição das quatro classes no plano fatorial. O fator 1 explicou 42,14% da inércia, enquanto o fator 2 explicou 31,56%. Juntos, os dois fatores representaram 73,70% da inércia total, permitindo uma leitura substantiva da organização das classes e de seus respectivos vocabulários no plano fatorial. O fator 1 opôs, de forma bastante clara, as classes relacionadas à trajetória infracional às classes relacionadas à reorganização subjetiva e sociofamiliar. À esquerda do plano, no polo negativo, posicionaram-se a Classe 1 (vermelho), centrada na dinâmica do ato infracional e na violência patrimonial, e a Classe 2 (verde), associada às drogas, ao início do consumo e à trajetória biográfica de envolvimento infracional. Na Classe 1, destacaram-se termos como “assalto”, “roubo”, “vítima”, “arma”, “grupo”, “parceiro”, “dinheiro”, “passagem”, “fuga” e “polícia”.

Na Classe 2 (Verde), sobressaíram termos como “droga”, “maconha”, “cocaína”, “consumir”, “começar”, “ano”, “vender” e “tráfico”. À direita do plano, no polo positivo,

posicionaram-se a Classe 3 (azul-ciano), relacionada à autopercepção, ao estudo e à construção de projetos futuros, e a Classe 4 (roxa), vinculada ao suporte familiar, às visitas e ao aconselhamento. Na Classe 3, destacaram-se os termos “futuro”, “curso”, “estudar”, “trabalhar”, “melhorar” e “comportamento”. Na Classe 4, apareceram com maior destaque “mãe”, “irmão”, “família”, “visita”, “conselho”, “apoio”, “manter” e “mudar_de_vida”.

Dessa forma, o fator 1 pode ser interpretado como um eixo de oposição entre trajetória infracional e exposição criminógena, de um lado, e reorganização socioafetiva e projeto de vida, de outro. Essa oposição é central para a interpretação dos resultados qualitativos, pois mostra que os relatos dos adolescentes se estruturam entre dois polos narrativos: o polo da infração, da violência, das drogas e da rua; e o polo da família, do estudo, da mudança e do futuro.

Figura 5.
Análise Fatorial de Correspondência.



O fator 2, por sua vez, diferenciou os conteúdos mais relacionados à ação e à projeção daqueles de natureza predominantemente biográfica e relacional. Na parte superior do plano, no polo positivo, aproximaram-se a Classe 1, centrada na execução do ato infracional, e a Classe 3, voltada à agência de mudança, ao comportamento e aos projetos futuros. Embora apresentem conteúdos distintos, ambas se organizam em torno de ações, escolhas, objetivos e formas de atuação, sejam elas relacionadas à prática infracional ou à possibilidade de reinserção.

Na parte inferior do plano, no polo negativo, aproximaram-se a Classe 2, relacionada ao início do uso de drogas, às experiências de vida e à trajetória de envolvimento infracional, e a Classe 4, marcada pelos vínculos familiares estabelecidos ou preservados durante a internação. Assim, o fator 2 pode ser compreendido como um eixo que opõe, de um lado, conteúdos relacionados à ação e à projeção e, de outro, conteúdos biográficos e relacionais. Essa disposição representa proximidade lexical entre os campos discursivos, não indicando sequência temporal nem relação de causalidade entre eles.

Essa configuração fatorial revela que o corpus não se organiza de maneira linear entre “crime” e “não crime”. Ao contrário, apresenta uma estrutura mais complexa, na qual a trajetória infracional se conecta ao uso de drogas, aos pares, à violência e às experiências biográficas, enquanto as possibilidades de mudança se articulam aos vínculos familiares, aos conselhos, ao estudo, ao trabalho e à elaboração subjetiva de novos projetos de vida.

5.17 Síntese dos resultados qualitativos

A organização das classes revela que os relatos dos adolescentes se estruturam em torno de uma tensão entre continuidade infracional e reorganização biográfica. De um lado, aparecem a violência, o roubo, a droga, o grupo e a rua, de outro, aparecem a família, o conselho, o estudo, o curso, o trabalho e o futuro. Essa oposição não deve ser lida como separação absoluta,

pois muitos adolescentes circulam entre os dois polos. O mesmo participante pode narrar uma trajetória de drogas e violência e, ao mesmo tempo, formular desejos de mudança, reconhecer vínculos familiares e projetar uma vida diferente.

O principal resultado qualitativo, portanto, é que a trajetória infracional aparece como processo, e não como evento isolado. O ato infracional é narrado dentro de histórias marcadas por iniciação precoce, vulnerabilidades familiares, uso de drogas, influência de pares, práticas coletivas e relação ambivalente com a medida socioeducativa. As possibilidades de reinserção aparecem, no plano narrativo, articuladas à formulação de projetos, ao reconhecimento de características pessoais, à valorização do apoio familiar e à busca por alternativas de estudo e trabalho. A análise não permite afirmar que esses conteúdos tenham diferenciado reincidentes e não reincidentes.

Esses achados sugerem que a intervenção socioeducativa considere, simultaneamente, os fatores de vulnerabilidade narrados nas trajetórias e os recursos subjetivos e relacionais mencionados pelos participantes. A análise lexical mostra que drogas, violência e pares estruturam parte expressiva dos relatos, mas também evidencia que família, aprendizagem, curso, trabalho e futuro constituem repertórios importantes na elaboração de saídas possíveis da trajetória infracional. Esses campos narrativos oferecem hipóteses para pesquisa e intervenção, e não evidência de fatores protetivos estatisticamente confirmados.

6 Discussão

6.1 A reincidência como fenômeno relacional e processual

Os resultados permitem retomar a questão orientadora do projeto de doutorado, que buscou verificar se fatores subjetivos, especialmente as forças de caráter, poderiam contribuir para a compreensão da reincidência e, ao mesmo tempo, indicar caminhos menos centrados no déficit e mais atentos às possibilidades de reinserção. A pergunta permanece pertinente, mas

os achados exigem uma resposta mais cuidadosa do que o estabelecimento de uma relação direta entre determinada força psicológica e a reincidência. De modo geral, as variáveis sociodemográficas, psicológicas e infracionais não apresentaram associações individuais estatisticamente significativas e consistentes com a reincidência. Por outro lado, a análise qualitativa evidenciou que a trajetória infracional não aparece como fato isolado, mas como processo construído em meio a drogas, rua, pares, violência, conflitos familiares e oportunidades limitadas. Assim, os dados deslocam a interpretação de uma causalidade individual e direta para uma compreensão mais relacional e processual da reincidência.

Esse resultado dialoga diretamente com a formulação inicial do projeto, que já indicava a reincidência como um dos principais indicadores da efetividade da reabilitação e da reinserção social, mas também apontava a necessidade de superar modelos explicativos limitados ao desvalor da conduta ou à identificação de déficits individuais. A perspectiva de McNeill (2012) sobre reabilitação e desistência permite compreender que a interrupção da trajetória infracional não se resume ao encerramento formal da medida ou ao não retorno ao sistema, mas envolve processos pessoais, sociais, morais e relacionais de reconstrução da identidade e do pertencimento. Nessa linha, os achados desta pesquisa reforçam que o adolescente não pode ser compreendido apenas pelo ato infracional cometido, mas também pela forma como narra sua trajetória, seus vínculos, seus projetos e suas possibilidades de mudança.

O fato de as categorias infracionais não terem apresentado associação robusta com a reincidência não significa que o tipo de ato seja irrelevante. A amostra apresentou forte concentração de atos cometidos com violência ou grave ameaça, circunstância que diminuiu a capacidade discriminativa dessas variáveis. O reagrupamento jurídico-criminológico tornou a descrição dos dados mais organizada e estatisticamente viável, mas as categorias resultantes não acrescentaram capacidade explicativa substantiva aos modelos analisados. Esse achado é

coerente com a própria condição institucional da amostra, composta por adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, o que já pressupõe a seleção de casos caracterizados por maior gravidade, reiteração ou outras circunstâncias legalmente relevantes. Portanto, o tipo de ato infracional não diferenciou suficientemente os participantes com e sem histórico de reincidência porque a maioria da amostra já se encontrava em um contexto de elevada gravidade infracional.

A ausência de associação estatisticamente significativa entre reincidência e categorias infracionais não autoriza concluir que violência, roubo, uso de armas ou tráfico sejam dimensões secundárias. Ao contrário, a análise lexical mostrou que esses elementos estruturam parte importante do corpus. A Classe 1, centrada na dinâmica do ato infracional e na violência patrimonial, revelou a força dos relatos relacionados a assalto, roubo, vítima, arma, grupo e parceiro. A Classe 2, por sua vez, reuniu conteúdos relacionados às drogas, ao início do consumo, à rua, à moradia instável e à socialização infracional. Esses resultados mostram que as variáveis infracionais não funcionaram adequadamente como preditores isolados da reincidência, mas constituíram parte importante do contexto social e biográfico no qual as trajetórias infracionais foram narradas.

A integração desses resultados deve considerar o alcance específico de cada abordagem. As análises quantitativas examinaram diferenças e associações entre as variáveis estudadas e a reincidência, enquanto a análise lexical identificou os campos de sentido empregados pelos adolescentes para narrar suas experiências. Por essa razão, os conteúdos das classes não demonstram, por si mesmos, diferenças entre reincidentes e não reincidentes. Eles permitem compreender como a infração, as drogas, os vínculos familiares, a internação e as perspectivas de mudança se articulam nas narrativas dos participantes. Nesse sentido, os resultados quantitativos e qualitativos não são contraditórios: enquanto os primeiros não sustentaram a

existência de um preditor individual confirmado, os segundos revelaram a complexidade relacional, biográfica e institucional que envolve as trajetórias infracionais.

6.2 Alcance dos achados quantitativos

As comparações entre reincidentes e não reincidentes não indicaram diferenças estatisticamente significativas nas 24 forças de caráter nem nas seis virtudes avaliadas. Após a aplicação do ajuste de Holm para controle das comparações múltiplas, todos os valores de significância ajustados foram iguais a 1,000, reforçando a ausência de evidência confirmatória. Do mesmo modo, as regressões logísticas univariadas não identificaram forças ou virtudes individualmente associadas à reincidência. Portanto, embora as forças de caráter possam contribuir para a compreensão das experiências subjetivas dos adolescentes, os resultados não permitem selecionar uma delas como fator explicativo ou preditor isolado da reincidência.

As características sociodemográficas, familiares e infracionais também não apresentaram associações individuais estatisticamente significativas com a reincidência. Entre as categorias examinadas, o ato infracional patrimonial com violência foi o que mais se aproximou do nível convencional de significância. Contudo, o teste do qui-quadrado resultou em $p = 0,085$, o teste exato de Fisher em $p = 0,159$ e a regressão logística univariada apresentou razão de chances de 3,35, com intervalo de confiança de 95% entre 0,82 e 13,78 e $p = 0,093$. Embora a estimativa pontual indique aumento das chances de reincidência, o intervalo de confiança foi amplo e incluiu o valor de ausência de associação, evidenciando considerável imprecisão. Assim, o resultado deve ser compreendido como um indicio exploratório a ser investigado em amostras maiores, e não como demonstração de que o ato patrimonial com violência constitua fator de risco para a reincidência.

Como análise complementar, o modelo composto por justiça e ato infracional patrimonial com violência apresentou significância estatística global ($p = 0,035$). Entretanto,

nenhum dos dois preditores apresentou coeficiente individual estatisticamente significativo. Embora o teste global indique que a inclusão conjunta das variáveis produziu melhora no ajuste em relação ao modelo contendo apenas a constante, esse resultado não permite identificar qual variável efetivamente contribuiu para essa melhora nem confirmar a estabilidade da associação. Essa limitação se torna especialmente relevante diante do tamanho da amostra e da distribuição desigual do desfecho, com apenas 11 participantes no grupo de não reincidentes. Os demais modelos parcimoniosos igualmente não produziram associações individuais significativas. Por essa razão, não se considerou adequado denominar qualquer combinação de variáveis como modelo preditivo final ou utilizá-la para classificar os adolescentes quanto ao risco de reincidência.

Em análise complementar, estimou-se um modelo de regressão logística tendo o cometimento de ato infracional patrimonial com violência como desfecho e escolaridade e bondade como preditores. O modelo não foi estatisticamente significativo em seu conjunto ($p=0,134$). A escolaridade aproximou-se do nível convencional de significância, sem apresentar efeito individual confirmado ($p = 0,073$), enquanto bondade permaneceu distante desse nível ($p = 0,524$). Não houve, portanto, evidência suficiente de associação entre essas variáveis e o cometimento de ato patrimonial com violência. A ausência de efeito da bondade também impede que seus escores sejam utilizados como explicações causais ou convertidos em juízos morais sobre a natureza dos atos praticados pelos participantes.

6.3 Forças de caráter, psicologia positiva e alcance dos achados

A literatura indica que os estudos sobre pessoas que cometem delitos frequentemente enfatizam falhas comportamentais, traços antissociais, dificuldades de autocontrole ou patologias individuais. Essa tradição pode produzir uma visão estreita da pessoa privada de liberdade ou do adolescente em conflito com a lei, reduzindo sua trajetória a déficit, risco e

desvio. A psicologia positiva surge, nesse contexto, como uma tentativa de identificar forças, virtudes, recursos e condições de florescimento, sem negar a existência do ato praticado ou a influência dos fatores de risco (Morse et al., 2022; Peterson & Seligman, 2004; Seligman & Csikszentmihalyi, 2000).

Na presente amostra, a hipótese de que as forças de caráter ou as virtudes fossem preditoras robustas da reincidência não foi confirmada. Nenhuma das 24 forças ou das seis virtudes apresentou diferença estatisticamente significativa entre reincidentes e não reincidentes, e as regressões logísticas univariadas igualmente não identificaram associações individuais com o desfecho. Esses achados delimitam o alcance da hipótese inicial e afastam a utilização das forças como marcadores estáveis de risco ou proteção ou como fatores determinantes da chance de reincidência.

Peterson e Seligman (2004) definiram as forças de caráter como características positivas expressas por pensamentos, sentimentos e comportamentos, agrupadas em virtudes mais amplas. Essa estrutura orientou a investigação sobre a possibilidade de determinados recursos subjetivos elevarem ou reduzirem as chances de reincidência. A ausência de associação estatística, porém, não retira a relevância das forças para o trabalho com adolescentes privados de liberdade, pois sua utilidade não se esgota na capacidade de prever um desfecho.

As forças podem representar recursos pessoais mobilizados no enfrentamento das dificuldades, na construção de projetos e na busca por reinserção social. Mesmo sem associação com a reincidência, podem contribuir para o bem-estar, o engajamento nas atividades socioeducativas, a elaboração de metas e a reorganização da trajetória de vida. A perspectiva baseada em forças permanece, assim, como alternativa aos modelos exclusivamente centrados no déficit, desde que seja utilizada para reconhecer e desenvolver recursos pessoais, e não para classificar adolescentes ou estimar individualmente o risco de novos atos. Sua aplicação deve

integrar-se à consideração das condições familiares, institucionais e sociais que interferem nas possibilidades concretas de mudança.

Os resultados psicométricos acrescentam outro limite à interpretação. Embora a escala total, composta por 71 itens, tenha apresentado consistência interna elevada ($\alpha = 0,922$), os coeficientes das forças específicas variaram entre 0,107 e 0,727. A apreciação da beleza e da excelência apresentou $\alpha = 0,373$, a força justa $\alpha = 0,440$ e bondade $\alpha = 0,167$. Esses valores podem estar relacionados ao pequeno número de itens destinados a cada força, ao tamanho reduzido da amostra e às suas características específicas. De todo modo, a baixa consistência interna aumenta o erro de medida e reduz a segurança das interpretações realizadas no nível das subescalas.

Na validação brasileira, a Escala de Forças de Caráter apresentou estrutura predominantemente unidimensional e consistência interna geral elevada, mas seus escores específicos podem comportar-se de modo diferente em amostras pequenas e particulares (Noronha et al., 2015). Por isso, o elevado coeficiente da escala total não compensa a baixa precisão das forças examinadas separadamente. A ausência de associação pode decorrer tanto da inexistência de efeito suficientemente forte quanto da limitada precisão de algumas subescalas. Os dados não permitem apresentar determinada força como fator protetivo ou de risco, mas indicam a necessidade de novos estudos, com amostras maiores e instrumentos capazes de avaliar cada força com maior precisão.

6.4 Justiça como sinal exploratório

Entre as forças avaliadas, justiça apresentou a maior aproximação de uma diferença entre reincidentes e não reincidentes. Os participantes não reincidentes obtiveram média de 10,64, enquanto os reincidentes apresentaram média de 9,23. O teste de Mann–Whitney resultou em $U = 126,0$ e $p = 0,083$. Na regressão logística univariada, a razão de chances foi

de 0,712, com intervalo de confiança de 95% entre 0,484 e 1,045 e $p = 0,083$. Apesar de apontarem na mesma direção, os dois resultados não alcançaram o nível de significância de 5%, e a aproximação desapareceu após o ajuste de Holm para comparações múltiplas. Justiça deve, por essa razão, ser tratada como sinal exploratório, e não como fator protetivo confirmado.

No modelo das forças de caráter, justiça integra a virtude mais ampla da Justiça, juntamente com liderança e trabalho em equipe. Essa dimensão envolve equidade, responsabilidade perante o outro, compromisso com regras coletivas e capacidade de compreender-se como integrante de uma comunidade (Peterson & Seligman, 2004). Diferentemente de forças mais centradas na experiência individual, justiça possui caráter relacional, pois pressupõe que as decisões sejam consideradas a partir de seus efeitos sobre outras pessoas e sobre o grupo. Embora a associação estatística não tenha sido confirmada, a direção observada apresenta pertinência teórica para o estudo da reincidência.

A perspectiva de McNeill (2012) também amplia essa possibilidade de interpretação. Para o autor, o afastamento de trajetórias infracionais envolve processos pessoais, sociais, morais e relacionais de reconstrução da identidade e do pertencimento. Sob essa perspectiva, repertórios relacionados à justiça podem participar da capacidade de reconhecer obrigações recíprocas, assumir responsabilidades, reorganizar a relação com o outro e perceber-se como integrante de uma coletividade. Não se atribui à pontuação nessa força efeito direto sobre a desistência infracional, em verdade, considera-se apenas que equidade e responsabilidade coletiva podem integrar processos mais amplos de reinserção social.

Os resultados qualitativos oferecem um ponto de aproximação temática com essa interpretação. As Classes 1 e 2 concentraram conteúdos relacionados ao ato infracional, às drogas, à violência, aos pares e à trajetória de rua, enquanto as Classes 3 e 4 reuniram termos como futuro, estudar, melhorar, comportamento, conselho, família, apoio e mudança de vida.

A reorganização da trajetória foi narrada em conexão com vínculos, expectativas, responsabilidades e outras formas de participação social. Não se verificou se esses conteúdos ocorreram com maior frequência entre participantes com pontuações elevadas em justiça ou entre os não reincidentes. A análise lexical demonstra somente que convivência, pertencimento e responsabilidade integram o campo de sentidos construído pelos adolescentes.

A interpretação desse sinal encontra limites na baixa consistência interna da força justiça ($\alpha = 0,440$), no intervalo de confiança que incluiu a ausência de efeito, no resultado do ajuste para comparações múltiplas e no reduzido número de participantes não reincidentes. Esses aspectos afastam qualquer afirmação de que justiça reduza as chances de reincidência ou possa ser empregada na classificação de adolescentes. O achado mantém, contudo, interesse teórico ao permitir a formulação de uma hipótese específica: recursos relacionados à equidade, à responsabilidade perante o outro e ao pertencimento comunitário podem integrar processos de reinserção e merecem ser investigados em amostras maiores, com medidas mais precisas e acompanhamento longitudinal. Justiça constitui, nesse estágio, uma hipótese para replicação, e não um fator de proteção demonstrado.

Integração dos resultados quantitativos e qualitativos

A análise qualitativa esclareceu dimensões da experiência socioeducativa que não foram captadas pelos testes quantitativos, sem confirmar a atuação de uma força de caráter específica. A Classe 1 reuniu conteúdos relativos à dinâmica do ato infracional, à violência patrimonial, às vítimas, às armas e à ação em grupo. A Classe 2 concentrou drogas, rua, moradia e socialização infracional. Na Classe 3, destacaram-se mudança, comportamento, estudo, curso, trabalho e futuro, enquanto a Classe 4 foi marcada por família, visita, conselho, apoio e incentivo. Em conjunto, as classes evidenciam a coexistência entre a continuidade da trajetória infracional e as possibilidades de reorganização biográfica.

Fatores de risco e recursos de reorganização, portanto, não constituem polos rígidos ou mutuamente excludentes. Um mesmo adolescente pode narrar o uso de drogas, a violência e o pertencimento a grupos infracionais e, simultaneamente, manifestar o desejo de estudar, trabalhar, escutar a família e mudar de vida. A desistência infracional desenvolve-se de maneira gradual, instável e sujeita a avanços e recuos, razão pela qual a existência de um projeto de futuro não elimina vulnerabilidades materiais ou relacionais (McNeill, 2012).

No processamento do *corpus*, duas modalidades psicológicas apresentaram associações nominais: apreciação da beleza e da excelência baixa com a Classe 2, relacionada às drogas e à trajetória de rua, e amor pelo aprendizado baixo com a Classe 4, vinculada ao suporte familiar. As modalidades reuniam apenas cinco e dois participantes, respectivamente. Além disso, os testes foram realizados sobre segmentos textuais dependentes e não houve ajuste para as múltiplas associações suplementares. Esses resultados não representam relações psicológicas individuais. A ausência de associação de bondade e de reincidência com as classes reforça que proximidades lexicais não devem ser convertidas em fatores de risco ou proteção.

6.5 Expectativas de futuro, família e oportunidades concretas

Em que pese a ausência de medição específica do otimismo disposicional, foi identificado, na análise qualitativa, um campo lexical relacionado a futuro, desejo, aprendizagem, melhora e mudança. Uribe et al. (2021), em revisão sistemática e metanálise, demonstraram associação negativa entre otimismo disposicional e depressão em jovens, com efeito mais forte entre adolescentes. O ponto mais importante para a presente discussão não é propriamente a depressão, mas o lugar ocupado pelas expectativas positivas durante a juventude. Se as expectativas positivas sobre o futuro são relevantes para a saúde mental, a autorregulação e a adaptação na adolescência, elas também podem contribuir para compreender

como os adolescentes constroem, ainda durante a internação, narrativas de afastamento da trajetória infracional.

O otimismo disposicional pode ser compreendido como uma expectativa generalizada de resultados positivos no futuro, articulada à autorregulação, à busca de objetivos e à persistência diante de metas relevantes (Carver et al., 2010; Carver & Scheier, 2001, 2014). Essa base teórica permite interpretar com maior profundidade a Classe 3, na qual os adolescentes falam em terminar os estudos, fazer cursos, trabalhar, melhorar o comportamento e construir uma vida diferente. Não se trata apenas de “ter planos”, mas de elaborar uma orientação prospectiva capaz de atribuir direção às escolhas e aos esforços. A classe demonstra que a reinserção é narrada também pela capacidade de imaginar um futuro possível e de perceber-se como alguém capaz de agir em direção a ele.

A literatura sobre adolescência contribui para essa interpretação ao indicar que expectativas positivas sobre o futuro podem desenvolver-se de modo relevante durante a transição para a vida adulta. Essa perspectiva permite compreender os projetos de mudança identificados nos relatos não como simples produto de uma decisão individual, mas como construções dependentes tanto de características pessoais quanto dos recursos disponíveis no ambiente, especialmente aqueles relacionados à família, aos amigos e às oportunidades concretas de reorganização da vida cotidiana (Iovu et al., 2018; Renaud et al., 2019). No presente estudo, essa leitura dialoga com os achados qualitativos, nos quais a possibilidade de afastamento da trajetória infracional aparece associada ao apoio familiar, ao aconselhamento, à escolarização, ao trabalho e à formulação de projetos futuros.

Assim, ainda que não tenha sido identificada associação entre esses conteúdos e a reincidência, é possível sustentar que as expectativas positivas e a orientação para o futuro constituem recursos psicologicamente relevantes durante a adolescência (Uribe et al., 2021). Esses recursos aparecem indiretamente no campo lexical da reinserção e se aproximam da

proposta da psicologia positiva de reconhecer capacidades, expectativas e possibilidades de desenvolvimento. Essa aproximação não transforma otimismo, esperança, planejamento e forças de caráter em construtos equivalentes, mas permite compreender como diferentes recursos subjetivos podem participar da construção de uma narrativa orientada para a mudança.

Estudos com adolescentes examinaram as expectativas de futuro sob perspectivas distintas, embora não tenham investigado sua relação com a reincidência infracional. Horwitz e outros (2017) investigaram sua relação com sintomas depressivos e comportamento suicida em jovens com elevado risco de suicídio, enquanto Iovu e outros (2018) analisaram como características individuais e relações familiares e de amizade se associam à construção dessas expectativas. Na presente pesquisa, as referências ao estudo, ao trabalho e à mudança de vida mostram que os participantes também narram possibilidades de futuro ao refletir sobre suas trajetórias. Nessas narrativas, a possibilidade de mudança aparece vinculada não apenas à responsabilização pelo ato praticado, mas também à capacidade de imaginar e planejar uma trajetória distinta. Essa leitura sugere que as práticas socioeducativas não se limitem à elaboração do passado infracional: elas também podem favorecer a construção psíquica do futuro, considerando os projetos dos adolescentes e oferecendo condições concretas para que planejem a reorganização de suas vidas. Isso não significa pressupor que a formulação de expectativas positivas, por si só, reduza a reiteração.

6.6 Família, suporte social e vínculos primários

Na Classe 2, os relatos relacionados às drogas, à rua e à socialização infracional aparecem atravessados por moradia instável, conflitos, relações frágeis e contextos familiares vulneráveis. Na Classe 4, por outro lado, a família aparece como presença, visita, conselho, alimento, ligação, apoio e incentivo à mudança. Esse duplo papel impede uma conclusão simplista. A família não constitui, por si só, fator de proteção ou de risco, pois seus efeitos

dependem da qualidade dos vínculos, da continuidade do suporte e do modo como participa da reorganização da trajetória. Também não foi demonstrada, quantitativamente, associação entre suporte familiar e menor reincidência na amostra.

Estudos com pessoas adultas privadas de liberdade examinaram a relação entre visitas familiares e desfechos durante ou após a custódia (Bales & Mears, 2008; De Claire & Dixon, 2017). Entre adolescentes internados, Monahan e outros (2011) investigaram a relação entre visitas dos pais e saúde mental durante a internação. Embora esses estudos não permitam concluir que a presença familiar, por si só, produza mudança de trajetória, eles ajudam a situar a importância dos vínculos mantidos durante a privação de liberdade. É nessa perspectiva que se pode interpretar a Classe 4: visita, conselho, mãe, família, apoio e mudança de vida aparecem nas narrativas como elementos associados ao desejo de reorganização da vida. Para os participantes, a visita e o aconselhamento familiar podem representar apoio e referências para além da trajetória infracional.

Esse ponto também se conecta à psicologia positiva, pois o modelo PERMA inclui os relacionamentos como um dos componentes do bem-estar (Seligman, 2011). Além disso, os relacionamentos primários podem participar da formação de instituições positivas ao oferecerem suporte ao desenvolvimento das virtudes e das emoções benéficas (Scorsolini-Comin & Santos, 2010). Os achados qualitativos dão conteúdo empírico a essa formulação. Nos relatos, a família não aparece apenas como “rede de apoio” em sentido abstrato, mas como a mãe que visita, a avó que aconselha, o irmão que orienta, o parente que leva mantimentos e a pessoa que insiste na possibilidade de mudança de vida.

Também é importante reconhecer os limites desse resultado, uma vez que os vínculos familiares podem coexistir com trajetórias de violência, uso de drogas e reincidência. A presença de familiares não elimina automaticamente as vulnerabilidades, especialmente quando há histórico de conflito, ausência, instabilidade ou exposição a ambientes violentos.

Por isso, a intervenção socioeducativa não deve apenas “chamar a família”, mas avaliar a qualidade dos vínculos, fortalecer aqueles capazes de oferecer suporte e manejar as relações que possam reproduzir instabilidade ou vulnerabilidade. Essa cautela é compatível com a literatura sobre suporte social, que enfatiza a percepção, a estabilidade e a qualidade do apoio, e não somente sua existência formal (Martins et al., 2017; Zimet et al., 1988).

6.7 Drogas, rua e socialização infracional: o risco que não apareceu apenas nos números

Uma aparente tensão dos resultados está no fato de que a categoria “drogas” não apresentou associação quantitativa com a reincidência, enquanto o campo relacionado às drogas ocupou posição central na Classe 2. Essa diferença não deve ser tratada como contradição. A variável quantitativa registrou o enquadramento jurídico-criminológico do ato praticado e apresentou frequência muito baixa, enquanto a análise lexical alcançou um campo mais amplo de experiências relacionadas ao consumo, à venda, à circulação na rua e às relações estabelecidas nesse contexto. Assim, um adolescente poderia não estar formalmente classificado na categoria de ato relacionado a drogas e, ainda assim, relatar que o consumo ou o comércio de substâncias integrou sua trajetória de vida e sua aproximação com práticas infracionais. A presença lexical de termos como maconha, cocaína, vender, consumir, idade, começar e morar demonstra que as drogas funcionam como importante eixo narrativo de entrada, permanência e socialização infracional. Esse resultado não quantifica o efeito do uso de substâncias sobre a reincidência, mas revela que as drogas ocupam posição relevante na forma como os adolescentes organizam e explicam suas trajetórias. Portanto, a baixa frequência da categoria infracional formal não afasta a importância biográfica e social das experiências relacionadas às substâncias.

A revisão sistemática realizada durante a pesquisa revelou que a dependência e o uso de substâncias se destacam entre as condições associadas ao aumento da reincidência. Os

estudos indicaram que o uso ou a dependência de substâncias foi investigado em diferentes trabalhos e, na maioria deles, apareceu associado a maior risco de reincidência, seja pelo maior número de condenações, pela violação de regras de supervisão ou pela elevação do risco em instrumentos de avaliação (Aebi et al., 2021; Carr et al., 2021; Houser et al., 2019; Tuominen et al., 2017; Zgoba et al., 2020). Em população juvenil, Aebi et al. (2021) identificaram aumento expressivo da probabilidade de reincidência quando havia uso de substâncias diferentes do álcool.

Os achados qualitativos do presente estudo são compatíveis com essa literatura, mas acrescentam uma camada importante, pois a droga não aparece apenas como diagnóstico, categoria jurídica ou comportamento individual. Na Classe 2, denominada “Drogas, trajetória de rua e socialização infracional”, as substâncias surgem articuladas a experiências de consumo, venda, moradia instável, circulação na rua, relações com pares e inserção progressiva em práticas infracionais. Nesse sentido, os relatos indicam que o uso e o comércio de drogas não podem ser compreendidos isoladamente, pois se vinculam a condições materiais, redes de pertencimento, formas de reconhecimento e possibilidades percebidas de sobrevivência.

Essa interpretação converge com Quinelatto e Campos (2022), que identificaram, entre adolescentes envolvidos com o tráfico, relações entre vulnerabilidade socioeconômica, ausência de perspectivas futuras, necessidade econômica, pertencimento social e naturalização do tráfico como forma de trabalho e sustento. A entrada nesse contexto não decorre necessariamente de uma única escolha ou característica pessoal, mas pode ser construída em meio às oportunidades disponíveis, às relações estabelecidas e às formas de reconhecimento encontradas pelo adolescente. A centralidade das drogas no *corpus* deve, portanto, ser compreendida como parte de uma trajetória social e biográfica mais ampla.

Também não se deve interpretar essa centralidade como demonstração de baixa bondade ou de ausência de repertórios pró-sociais. Os resultados quantitativos não

confirmaram associação entre bondade, drogas, tipo de ato ou reincidência, além de essa força ter apresentado consistência interna muito baixa na amostra. Vincular diretamente o envolvimento com drogas a um déficit de bondade poderia transformar uma medida psicométrica imprecisa em julgamento moral sobre o adolescente. Essa leitura seria incompatível com a proposta de não reduzir a pessoa ao déficit, à patologia ou ao ato praticado (Morse et al., 2022; Seligman & Csikszentmihalyi, 2000).

Assim, a ausência de associação estatística entre a categoria infracional relacionada a drogas e a reincidência não elimina a relevância clínica e social do uso de substâncias. Apenas impede afirmar que essa variável tenha diferenciado reincidentes e não reincidentes na amostra analisada. A intervenção socioeducativa demanda estratégias que articulem cuidado em saúde mental e atenção ao uso de substâncias com fortalecimento de vínculos, escolarização, qualificação profissional e construção de alternativas concretas de inserção social.

6.8 Implicações para intervenções de psicologia positiva

A metanálise de Sin e Lyubomirsky (2009) examinou resultados de intervenções de psicologia positiva em populações diversas. Em contextos correcionais, Huynh e outros (2015) e Mak e Chan (2018) investigaram intervenções e desfechos psicológicos em adultos. Esse conjunto oferece hipóteses para o contexto socioeducativo, mas não comprova redução da reiteração entre os participantes desta tese. Em estudo sobre supervisão penal, Woldgabreal e outros (2016) examinaram associações de flexibilidade psicológica, autoeficácia, otimismo e esperança com desfechos de supervisão, sem medir as 24 forças de caráter desta tese.

Rodero Valdazo e outros (2021), em estudo narrativo de caso único, examinaram como o afastamento de antigos fatores de risco, a formação de vínculos de apoio, a definição de metas pró-sociais e a reconstrução do autoconceito se articulavam no relato de desistência de uma mulher adulta. Essa perspectiva ajuda a interpretar as Classes 3 e 4 da presente pesquisa, visto

que as referências a estudo, trabalho, apoio familiar e qualidades pessoais compõem uma narrativa na qual os adolescentes projetam possibilidades de vida para além do ato infracional. A concretização desses projetos, contudo, depende de oportunidades reais e não foi acompanhada após a internação, em razão do recorte da pesquisa de origem.

A presente pesquisa não testou uma intervenção nem demonstrou que determinada força de caráter reduza a reincidência. Ainda assim, oferece elementos para pensar possíveis direções para a prática socioeducativa. Os achados qualitativos mostraram que as narrativas de reorganização da trajetória foram construídas em torno de futuro, estudo, trabalho, melhora do comportamento, apoio familiar, aconselhamento e mudança de vida. Dessa forma, a intervenção socioeducativa não deve se limitar à contenção ou à responsabilização formal, mas também favorecer condições para que o adolescente reconheça suas capacidades, elabore metas, reconstrua vínculos e tenha acesso a experiências concretas de estudo, trabalho e pertencimento. A responsabilização continua necessária, mas pode perder eficácia quando não é acompanhada por oportunidades reais de reorganização da vida.

Nesse sentido, uma abordagem baseada em forças não deve transformar determinada força de caráter em prescrição universal nem ser utilizada como instrumento de classificação ou predição. Sua contribuição está no reconhecimento e na mobilização de recursos pessoais compatíveis com as características, necessidades e possibilidades de cada adolescente, favorecendo o desenvolvimento de competências, relações positivas, sentido e formas de participação social diferentes daquelas relacionadas à trajetória infracional (Littman-Ovadia et al., 2017; Peterson & Seligman, 2004; Seligman, 2011). Em contextos correccionais, intervenções estruturadas de psicologia positiva já demonstraram resultados favoráveis sobre esperança, gratidão, satisfação com a vida, percepção das próprias forças e bem-estar, o que indica a possibilidade de sua utilização como complemento às práticas tradicionais de reabilitação (Huynh et al., 2015; Mak & Chan, 2018).

Em jovens, Uribe e outros (2021) encontraram associação entre otimismo disposicional e menos sintomas depressivos. Iovu e outros (2018) e Renaud e outros (2019) examinaram a formação de expectativas futuras durante a adolescência e a transição para a vida adulta. Esses estudos ajudam a interpretar os projetos narrados aqui. No presente estudo, os conteúdos relacionados a terminar os estudos, fazer cursos, trabalhar e construir uma vida diferente indicam que a possibilidade de reinserção é narrada por meio da orientação para o futuro. Isso não significa que a formulação de projetos seja suficiente para evitar a reincidência, mas sugere que a capacidade de imaginar uma trajetória possível pode constituir parte importante do processo de mudança. Para produzir efeitos concretos, entretanto, essa elaboração subjetiva precisa encontrar correspondência em oportunidades reais de escolarização, qualificação profissional, trabalho, convivência familiar e participação comunitária.

Além disso, as intervenções de psicologia positiva, para serem adequadas ao contexto socioeducativo ou prisional, devem dialogar com fatores de risco identificados na literatura, como dependência de substâncias, transtornos concomitantes, vínculos frágeis, baixa escolarização e ausência de oportunidades de trabalho ou estudo. Fahmy e Mitchell (2022) defendem considerar conjuntamente saúde e condições de reinserção de homens adultos, enquanto Weatherburn e outros (2021) encontraram evidência de menor risco de novos delitos associado ao tratamento em uma coorte de réus com psicose. Portanto, fortalecer recursos pessoais não substitui tratamento, escolarização, trabalho, suporte familiar e social ou acompanhamento após o encerramento da medida. Esses elementos devem compor uma política integrada, capaz de articular responsabilização, cuidado, desenvolvimento pessoal e transformação das condições concretas de vida.

As possíveis intervenções decorrentes dessa perspectiva também precisam ser avaliadas por desfechos compatíveis com seus objetivos. Além da reincidência, podem ser considerados engajamento nas atividades socioeducativas, bem-estar, esperança, autoeficácia,

fortalecimento dos vínculos, permanência escolar, inserção profissional e continuidade dos projetos após a internação. Estudos longitudinais poderão verificar se mudanças nesses recursos se mantêm ao longo do tempo e se contribuem para a redução de novas ocorrências infracionais. Assim, a principal implicação prática do estudo não é recomendar uma intervenção fundada em determinada força de caráter, mas sustentar uma prática socioeducativa menos centrada no déficit e mais atenta aos recursos, aos vínculos e às oportunidades necessárias para a construção de uma trajetória diferente.

6.9 Contribuições dos resultados para a compreensão da reincidência

Os achados preservam a pertinência geral do estudo ao demonstrar que a reincidência pode ser investigada a partir de variáveis subjetivas, vínculos primários e aspectos da trajetória infracional. Contudo, também corrigem a expectativa de que seria possível construir, já nesta etapa, um modelo matemático robusto de predição da reincidência com múltiplos preditores. A amostra reduzida, a concentração de reincidentes, a baixa frequência de algumas categorias e a ausência de coeficientes individuais estatisticamente significativos demonstraram que, neste momento, a contribuição mais sólida não está em uma equação preditiva final, mas na construção de uma hipótese interpretativa.

Em conjunto, os resultados deslocam a expectativa de um modelo preditivo para uma interpretação relacional da reincidência. No campo quantitativo, justiça apresentou aproximação de diferença entre grupos, enquanto o ato patrimonial com violência foi a categoria infracional que se aproximou de diferenciar reincidentes e não reincidentes, embora os resultados permaneçam exploratórios. No campo qualitativo, as Classes 3 e 4 mostraram que possibilidades de reorganização da trajetória são narradas em torno de futuro, estudo, trabalho, melhora do comportamento, suporte familiar, aconselhamento e mudança de vida. Esses achados registram recursos subjetivos e relacionais nas narrativas sobre trajetórias, em

diálogo com a literatura sobre otimismo, expectativas futuras, desistência infracional e suporte social. (Carver & Scheier, 2014; Iovu et al., 2018; Renaud et al., 2019; Uribe et al., 2021).

Também se confirma a importância de não separar fatores de risco e recursos de reorganização. A trajetória relacionada às drogas, à rua e à socialização infracional não desaparece porque o adolescente formula um projeto de futuro. Da mesma forma, a presença de vínculo familiar não elimina conflitos, abandono ou instabilidade. Os dados qualitativos mostram coexistência. O participante pode narrar violência, drogas e relações com pares infracionais, mas também manifestar o desejo de estudar, escutar a mãe, trabalhar e mudar de vida. Essa ambivalência pode ser discutida à luz da literatura sobre a desistência como processo gradual e relacional, sem que o presente estudo tenha observado tal processo (McNeill, 2012).

Os dados transversais não permitem estabelecer relações causais entre contextos de vulnerabilidade e recursos de reorganização. A presença de drogas, circulação na rua, vínculos com pares infracionais, violência, fragilidade do suporte e oportunidades restritas pode coexistir com desejo de mudança, projetos de futuro, valorização do estudo, apoio familiar e reconhecimento de capacidades pessoais. Nesse sentido, as narrativas sobre a reiteração podem ser interpretadas em perspectiva relacional, na qual os recursos de reorganização não eliminam automaticamente as vulnerabilidades, mas aparecem associados às possibilidades de mudança imaginadas pelos participantes. A efetividade desses recursos sobre novas ocorrências, entretanto, precisará ser verificada por estudos longitudinais. A integração dos resultados quantitativos e qualitativos permite visualizar que a reincidência infracional não se organiza a partir de um único fator. Os resultados estatísticos não identificaram preditores individuais confirmados, enquanto as narrativas revelaram trajetórias marcadas pela coexistência entre contextos de vulnerabilidade e recursos subjetivos, relacionais e institucionais. A Figura 6 sintetiza os principais elementos identificados no estudo, distinguindo, de um lado, os

contextos relacionados à continuidade da trajetória infracional e, de outro, os recursos e as possibilidades narrados pelos adolescentes como caminhos de reorganização da vida.

Figura 6.

Síntese dos contextos de vulnerabilidade e dos recursos de reorganização identificados nas narrativas dos adolescentes.



Por fim, os resultados recomendam que as pesquisas posteriores avancem com maior atenção à qualidade psicométrica das subescalas, ao tamanho e à distribuição da amostra e à separação entre análises exploratórias e confirmatórias. A baixa consistência interna de diferentes forças exige prudência na interpretação dos escores específicos, inclusive no caso da força justiça, que apresentou o sinal quantitativo mais próximo de uma diferença entre os grupos, mas consistência interna limitada. Estudos posteriores poderão verificar se essa aproximação se mantém em amostras maiores, com acompanhamento longitudinal e medidas complementares de suporte social, otimismo, esperança, bem-estar, saúde mental e condições concretas de reinserção. Essa continuidade é coerente com a proposta original do doutorado, mas exige uma formulação mais parcimoniosa e metodologicamente controlada.

6.10 Limitações e alcance dos achados

A interpretação dos resultados deve considerar, inicialmente, o tamanho e a distribuição da amostra. Participaram do estudo 46 adolescentes, dos quais 35 foram classificados como reincidentes e 11 como não reincidentes. O reduzido número de participantes no grupo de comparação e a elevada proporção de reincidentes diminuíram o poder estatístico, ampliaram os intervalos de confiança e limitaram a estabilidade das regressões multivariadas. Tanto os resultados não significativos quanto aqueles próximos ao nível convencional de 5% precisam, portanto, ser compreendidos à luz dessas condições.

A composição da amostra também delimita o alcance das conclusões, pois todos os participantes estavam em internação socioeducativa. Trata-se de um grupo selecionado por condições de maior gravidade institucional, seja pela natureza do ato praticado, pela reiteração infracional ou pelas demais circunstâncias que justificaram a aplicação da medida. Os achados não podem ser generalizados diretamente para adolescentes em medidas menos gravosas, em meio aberto ou sem histórico de internação. A concentração de atos cometidos com violência ou grave ameaça restringiu, ainda, a capacidade discriminativa das variáveis infracionais, uma vez que poucos participantes se encontravam em categorias de menor gravidade.

A baixa frequência de alguns atos específicos impôs uma dificuldade adicional. O agrupamento em categorias jurídico-criminológicas mais amplas favoreceu a organização dos dados e sua estabilidade descritiva, mas algumas categorias continuaram representadas por poucos casos. Essa distribuição comprometeu a adequação de determinados testes de associação e inviabilizou modelos regressivos mais complexos. Os resultados relativos à natureza dos atos devem ser considerados exploratórios, inclusive o sinal observado para o ato patrimonial com violência, que mais se aproximou de diferenciar reincidentes e não reincidentes, mas não alcançou significância estatística individual.

No plano psicométrico, a elevada consistência interna da escala total de 71 itens ($\alpha =$

0,922) coexistiu com coeficientes mais baixos nas forças específicas, que variaram de 0,107 a 0,727. Justiça, força que apresentou a maior aproximação quantitativa de uma diferença entre os grupos, obteve $\alpha = 0,440$; apreciação da beleza e da excelência apresentou $\alpha = 0,373$; e bondade, $\alpha = 0,167$. Esses coeficientes podem estar relacionados ao reduzido número de itens destinados a cada força e às características específicas da amostra. Ainda assim, a consistência interna da escala total não compensa a baixa precisão de determinadas subescalas, que aumenta o erro de medida e reduz a segurança das interpretações no nível das forças individuais.

O delineamento transversal e retrospectivo impede estabelecer a direção temporal das associações examinadas. A classificação da reincidência representou a trajetória infracional conhecida até o momento da coleta, enquanto as forças de caráter foram avaliadas durante a internação. Não é possível determinar se os escores antecederam a repetição dos atos, foram modificados pelas experiências vividas ou refletiram o estado dos participantes naquele momento. As regressões logísticas examinaram associações estatísticas com o desfecho, mas não constituem validação prospectiva de risco. O termo predição, quando utilizado em sentido estatístico, não corresponde à capacidade validada de prever futuras ocorrências infracionais. Os grupos classificados pelo histórico de reiteração não constituem grupos experimentais ou controle, contudo, a diferença na oportunidade temporal de acumular atos deve ser considerada, mesmo que as médias de idade sejam próximas.

Os resultados qualitativos, por sua vez, identificaram regularidades lexicais, proximidades vocabulares e campos de sentido presentes nas narrativas, sem estabelecer relações causais entre reincidência, vínculos familiares, projetos de futuro, apoio social ou experiências relacionadas às drogas. A Classificação Hierárquica Descendente utiliza segmentos de texto como unidade de análise, permitindo que uma mesma entrevista contribua com diversos segmentos. Como esses segmentos não correspondem a participantes independentes, a presença de determinado conteúdo em uma classe não demonstra que o

adolescente que o mencionou tenha maior ou menor probabilidade de reincidência.

Parte dos dados foi obtida por autorrelato e entrevista, estando sujeita a vieses de memória, desejabilidade social e reconstrução narrativa da própria trajetória. Esse aspecto assume importância no contexto socioeducativo, pois os adolescentes podem organizar seus relatos conforme a situação institucional, a expectativa de avaliação externa ou a tentativa de atribuir sentido retrospectivo ao ato praticado. A análise lexical permite compreender como as experiências foram narradas, mas não verifica a exatidão dos acontecimentos relatados nem acompanha a concretização dos projetos formulados durante a internação. O banco secundário não permitiu medir renda, condições habitacionais ou transtornos psicopatológicos de modo suficiente para ajustar tais dimensões. Consumo de substâncias e participação no comércio de drogas também não podem ser tratados como uma única variável clínica.

A realização de múltiplas comparações aumentou a possibilidade de resultados ocasionais. O ajuste de Holm, aplicado às comparações envolvendo forças e virtudes, não manteve qualquer resultado estatisticamente significativo. Os modelos regressivos também tiveram finalidade exploratória e não foram validados em amostra independente. Embora um deles tenha apresentado significância global, nenhum coeficiente individual atingiu o nível de 5%. Não foi possível, por conseguinte, estabelecer um modelo preditivo final ou apresentar sua capacidade classificatória como evidência validada de previsão da reincidência.

Essas limitações definem o alcance da contribuição, visto que a integração das medidas de forças de caráter com as narrativas descreve a coexistência de vulnerabilidades, recursos subjetivos, vínculos e expectativas durante a internação. No entanto, não demonstra um processo longitudinal de desistência, o efeito protetivo das forças, nem a efetivação de projetos de reinserção. Hipóteses sobre justiça, suporte social e intervenções baseadas em forças exigem amostras maiores e mais equilibradas, medidas válidas para este grupo, acompanhamento longitudinal e validação externa dos modelos.

7 Conclusão

Este estudo investigou a reincidência infracional de adolescentes e jovens adultos em internação socioeducativa a partir das forças de caráter, das características sociodemográficas, da trajetória infracional e das narrativas de vida. Na amostra de 46 participantes, nenhuma força, virtude ou variável sociodemográfica e infracional apresentou associação estatisticamente significativa e estável com a reincidência. Os resultados não sustentam a identificação de um fator protetivo isolado nem a construção de um modelo final de predição. Entre as forças de caráter, justiça apresentou a maior aproximação de uma diferença entre os grupos, com pontuações mais elevadas entre os participantes sem reiteração. O resultado, contudo, permaneceu exploratório, não resistiu ao ajuste para comparações múltiplas e foi obtido por meio de uma subescala com baixa consistência interna. Esse achado não permite apresentar justiça como fator protetivo, mas fundamenta uma hipótese a ser examinada em pesquisas com maior poder estatístico e melhor precisão psicométrica.

A análise qualitativa identificou quatro campos lexicais: dinâmica do ato infracional e violência patrimonial; drogas, trajetória de rua e socialização infracional; projeto de vida, autopercepção e expectativas de reinserção; e suporte familiar, visitas e aconselhamento. Esses campos narrativos situam o ato infracional em trajetórias atravessadas pelo uso de substâncias, pelos pares, pela violência, por conflitos e instabilidade, ao mesmo tempo que comportam vínculos familiares, expectativas de futuro, estudo, trabalho e desejo de mudança. Entre as modalidades psicológicas incluídas na Classificação Hierárquica Descendente, apreciação da beleza e da excelência baixa apresentou associação nominal com a Classe 2, enquanto amor pelo aprendizado baixo se associou nominalmente à Classe 4. Como essas modalidades reuniram poucos participantes e os testes foram realizados sobre segmentos textuais não independentes, tais resultados não constituem diferenças individuais nem evidências de proteção ou risco. Bondade e reincidência, por sua vez, não apresentaram associação

significativa com as classes.

A integração dos resultados sustenta que vulnerabilidades e possibilidades de reorganização coexistem nas trajetórias. Família, aconselhamento, projetos futuros e reconhecimento de capacidades constituem dimensões relevantes da experiência socioeducativa, embora não tenham sido confirmados como fatores protetivos contra a reincidência. Da mesma maneira, drogas, rua, pares e violência ocupam posição central nas narrativas, mas não discriminaram reincidentes e não reincidentes na amostra examinada.

No plano prático, os achados fundamentam uma atuação socioeducativa integrada que articule responsabilização, atenção ao uso de substâncias e à saúde mental, fortalecimento de vínculos, escolarização, qualificação profissional e construção de projetos de vida. A abordagem baseada em forças pode reconhecer capacidades e ampliar repertórios de ação, desde que não seja empregada como instrumento de classificação moral ou previsão da reincidência, tampouco como substituta das intervenções sociais, educacionais e clínicas.

A contribuição central desta tese é mostrar que, nesta amostra de adolescentes e jovens internados, nem as forças de caráter nem as características examinadas discriminaram de modo estável os grupos definidos pelo histórico de reiteração. As narrativas situam vulnerabilidades sociais, vínculos primários, recursos subjetivos e expectativas de futuro em uma mesma experiência socioeducativa. Essa coexistência orienta hipóteses e práticas de cuidado integradas, mas sua relação com o afastamento efetivo da infração requer acompanhamento após a medida e comparação com outros contextos socioeducativos.

Referências

- Aebi, M., Bessler, C., & Steinhausen, H.-C. (2021). A Cumulative Substance Use Score as a Novel Measure to Predict Risk of Criminal Recidivism in Forensic Juvenile Male Outpatients. *Child Psychiatry & Human Development*, 52(1), 30–40. <https://doi.org/10.1007/s10578-020-00986-7>
- Bales, W. D., & Mears, D. P. (2008). Inmate Social Ties and the Transition to Society: Does Visitation Reduce Recidivism? *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 45(3), 287–321. <https://doi.org/10.1177/0022427808317574>
- Batista, H., & Noronha, A. (2021). Personal/character strengths and emotional self-regulation: Associations and evidence of validity. *Psicologia, Saúde & Doença*, 22(01), 37–49. <https://doi.org/10.15309/21psd220105>
- Blaauw, E., Doddema, B., De Vogel, V., & Bogaerts, S. (2020). Recidivism and predictors of recidivism among female high level persistent offenders after a special court order for persistent offenders in the Netherlands. *International Journal of Law and Psychiatry*, 68, 101538. <https://doi.org/10.1016/j.ijlp.2019.101538>
- BRASIL. (1990, 13 de julho). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União.
- Carr, W. A., Baker, A. N., & Cassidy, J. J. (2021). Diagnostic Moderators of the Risk-Recidivism Relationship for Offenders with Mental Illness. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 65(16), 1756–1774. <https://doi.org/10.1177/0306624X20969944>
- Carver, C. S., & Scheier, M. F. (2001). Optimism, pessimism, and self-regulation. Em E. C. Chang (Org.), *Optimism & pessimism: Implications for theory, research, and practice*. (p. 31–51). American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/10385-002>
- Carver, C. S., & Scheier, M. F. (2014). Dispositional optimism. *Trends in Cognitive Sciences*, 18(6), 293–299. <https://doi.org/10.1016/j.tics.2014.02.003>
- Carver, C. S., Scheier, M. F., & Segerstrom, S. C. (2010). Optimism. *Clinical Psychology Review*, 30(7), 879–889. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2010.01.006>
- Clarke, M., Moher, D., Shamseer, L., Ghersi, D., Liberati, A., Petticrew, M., Shekelle, P., & Stewart, L. A. (2015). Preferred reporting items for systematic review and meta-analysis protocols (PRISMA-P) 2015 statement. *Systematic Reviews*, 4(1), 1. <https://doi.org/10.1186/2046-4053-4-1>
- Comartin, E. B., Burgess-Proctor, A., Hicks, M. R., Putans, L., & Kubiak, S. P. (2022). A statewide evaluation of jail-based mental health interventions. *Psychology, Public Policy, and Law*, 28(3), 433–445. <https://doi.org/10.1037/law0000331>
- Costa, A. P. M., & Barros, B. W. (2019). “Traficante não é vagabundo”: Trabalho e tráfico de drogas na perspectiva de adolescentes internados. *Revista Direito e Práxis*, 10(4), 2399–2427. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/36727>

- Dagistan, A. A., Gica, S., Aydin, A., & Cilli, A. S. (2022). Prevalence of probable attention-deficit/hyperactivity disorder in inmates and its relationship with recidivism. *Journal of Forensic Sciences*, 67(1), 289–296. <https://doi.org/10.1111/1556-4029.14894>
- De Claire, K., & Dixon, L. (2017). The Effects of Prison Visits From Family Members on Prisoners' Well-Being, Prison Rule Breaking, and Recidivism: A Review of Research Since 1991. *Trauma, Violence, & Abuse*, 18(2), 185–199. <https://doi.org/10.1177/1524838015603209>
- Fahmy, C., & Mitchell, M. M. (2022). Examining recidivism during reentry: Proposing a holistic model of health and wellbeing. *Journal of Criminal Justice*, 83, 101958. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2022.101958>
- Garritsen, K., Janković, M., Masthoff, E., Caluwé, E. D., & Bogaerts, S. (2022). The Role of Dynamic Risk and Protective Factors in Predicting Violent Recidivism: Intellectual Ability as a Possible Moderator? *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 0306624X2210796. <https://doi.org/10.1177/0306624X221079695>
- Garritty, C., Gartlehner, G., Kamel, C., King, V. J., Nussbaumer-Streit, B., Stevens, A., & Affengruber, L. (2020, março 23). *Cochrane Rapid Reviews. Interim Guidance from the Cochrane Rapid Reviews Methods Group*. https://methods.cochrane.org/rapidreviews/sites/methods.cochrane.org.rapidreviews/files/public/uploads/cochrane_rr_-_guidance-23mar2020-final.pdf
- Harzer, C., & Ruch, W. (2015). The relationships of character strengths with coping, work-related stress, and job satisfaction. *Frontiers in Psychology*, 6. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2015.00165>
- Herzog, R., Álvarez-Pasquin, M. J., Díaz, C., Del Barrio, J. L., Estrada, J. M., & Gil, Á. (2013). Are healthcare workers' intentions to vaccinate related to their knowledge, beliefs and attitudes? A systematic review. *BMC Public Health*, 13(1), 154. <https://doi.org/10.1186/1471-2458-13-154>
- Horwitz, A. G., Berona, J., Czyz, E. K., Yeguez, C. E., & King, C. A. (2017). Positive and Negative Expectations of Hopelessness as Longitudinal Predictors of Depression, Suicidal Ideation, and Suicidal Behavior in High-Risk Adolescents. *Suicide and Life-Threatening Behavior*, 47(2), 168–176. <https://doi.org/10.1111/sltb.12273>
- Houser, K. A., Saum, C. A., & Hiller, M. L. (2019). Mental Health, Substance Abuse, Co-occurring Disorders, and 3-Year Recidivism of Felony Parolees. *Criminal Justice and Behavior*, 46(9), 1237–1254. <https://doi.org/10.1177/0093854819856924>
- Huynh, K. H., Hall, B., Hurst, M. A., & Bikos, L. H. (2015). Evaluation of the Positive Re-Entry in Corrections Program: A Positive Psychology Intervention With Prison Inmates. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 59(9), 1006–1023. <https://doi.org/10.1177/0306624X14523385>
- Iovu, M.-B., Hărăguș, P.-T., & Roth, M. (2018). Constructing future expectations in adolescence: Relation to individual characteristics and ecological assets in family and friends. *International Journal of Adolescence and Youth*, 23(1), 1–10.

<https://doi.org/10.1080/02673843.2016.1247007>

- Jacobs, L. A., Fixler, A., Labrum, T., Givens, A., & Newhill, C. (2021). Risk Factors for Criminal Recidivism Among Persons With Serious Psychiatric Diagnoses: Disentangling What Matters for Whom. *Frontiers in Psychiatry*, 12, 778399. <https://doi.org/10.3389/fpsy.2021.778399>
- King, E. A., Tripodi, S. J., & Veeh, C. A. (2018). The Relationship Between Severe Mental Disorders and Recidivism in a Sample of Women Released from Prison. *Psychiatric Quarterly*, 89(3), 717–731. <https://doi.org/10.1007/s11126-018-9572-9>
- Li, N., Hein, S., Quintana, D., Shelton, M., & Grigorenko, E. L. (2022). Exploring the Effects of Mental Health Needs on Intermittency Among Justice-Involved Youth. *Criminal Justice and Behavior*, 49(8), 1173–1191. <https://doi.org/10.1177/00938548221085496>
- Littman-Ovadia, H., Lavy, S., & Boiman-Meshita, M. (2017). When Theory and Research Collide: Examining Correlates of Signature Strengths Use at Work. *Journal of Happiness Studies*, 18(2), 527–548. <https://doi.org/10.1007/s10902-016-9739-8>
- Logan, M. W., McNeeley, S., & Morgan, M. A. (2021). Not-so-special forces? Revisiting the “veteran effect” in the context of prison research. *Journal of Criminal Justice*, 72, 101762. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2020.101762>
- Mak, V. W. M., & Chan, C. K. Y. (2018). Effects of cognitive-behavioural therapy (CBT) and positive psychological intervention (PPI) on female offenders with psychological distress in Hong Kong: Female offenders with psychological distress. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 28(2), 158–173. <https://doi.org/10.1002/cbm.2047>
- Martins, L. M. D. G., Ferreira, M. C., & Valentini, F. (2017). Propriedades psicométricas da escala multidimensional de suporte social percebido. *Temas em Psicologia*, 25(4), 1873–1883. <https://doi.org/10.9788/TP2017.4-18Pt>
- McNeill, F. (2012). Four forms of ‘offender’ rehabilitation: Towards an interdisciplinary perspective: Forms of offender rehabilitation. *Legal and Criminological Psychology*, 17(1), 18–36. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8333.2011.02039.x>
- Monahan, K. C., Goldweber, A., & Cauffman, E. (2011). The effects of visitation on incarcerated juvenile offenders: How contact with the outside impacts adjustment on the inside. *Law and Human Behavior*, 35(2), 143–151. <https://doi.org/10.1007/s10979-010-9220-x>
- Morse, S. J., Wright, K. A., & Klapow, M. (2022). Correctional rehabilitation and positive psychology: Opportunities and challenges. *Sociology Compass*, 16(3). <https://doi.org/10.1111/soc4.12960>
- Mundia, L., Matzin, R., Mahalle, S., Hamid, M. H. S., & Osman, R. S. (2017). Roles of Psychopathic Personality, Mental Health, and Recidivism in Criminal Behavior: Survey of Brunei Inmates. *Asian Journal of Criminology*, 12(4), 255–280. <https://doi.org/10.1007/s11417-017-9249-6>
- Munro, O. E., & Sellbom, M. (2022). Evaluating borderline personality disorder traits in the

- context of an intimate partner violence intervention programme. *Psychology, Crime & Law*, 28(5), 489–510. <https://doi.org/10.1080/1068316X.2021.1929976>
- Noland, E., & Strandh, M. (2021). Historical, clinical and situational risk factors for post-discharge recidivism in forensic psychiatric patients – A Swedish registry study. *International Journal of Law and Psychiatry*, 79, 101749. <https://doi.org/10.1016/j.ijlp.2021.101749>
- Noronha, A. P. P., Dellazzana-Zanon, L. L., & Zanon, C. (2015). Internal Structure of the Characters Strengths Scale in Brazil. *Psico-USF*, 20(2), 229–235. <https://doi.org/10.1590/1413-82712015200204>
- Noronha, A. P. P., & Zanon, C. (2018). Strengths of Character of Personal Growth: Structure and Relations with the Big Five in the Brazilian Context. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 28(0). <https://doi.org/10.1590/1982-4327e2822>
- Page, M. J., McKenzie, J. E., Bossuyt, P. M., Boutron, I., Hoffmann, T. C., Mulrow, C. D., Shamseer, L., Tetzlaff, J. M., Akl, E. A., Brennan, S. E., Chou, R., Glanville, J., Grimshaw, J. M., Hróbjartsson, A., Lalu, M. M., Li, T., Loder, E. W., Mayo-Wilson, E., McDonald, S., ... Moher, D. (2021). The PRISMA 2020 statement: An updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ*, n71. <https://doi.org/10.1136/bmj.n71>
- Pechorro, P., DeLisi, M., Marôco, J., & Simões, M. R. (2022). Do Self-Reported Psychopathic Traits Moderate the Relations Between Delinquent History Predictors and Recidivism Outcomes in Juvenile Delinquents? *Youth Violence and Juvenile Justice*, 20(4), 312–328. <https://doi.org/10.1177/15412040221100831>
- Peterson, C., & Seligman, M. E. P. (2004). *Character strengths and virtues: A handbook and classification*. American Psychological Association ; Oxford University Press.
- Quinelatto, R. F., & Campos, R. G. (2022). O TRÁFICO DE DROGAS E A MARGINALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES: FRONTEIRAS ENTRE SE TORNAR OU SER TORNADO/A MARGINAL. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 8(6), 1–16. <https://doi.org/10.51891/rease.v8i6.5890>
- Ray, B., & Richardson, N. J. (2017). Traumatic Brain Injury and Recidivism Among Returning Inmates. *Criminal Justice and Behavior*, 44(3), 472–486. <https://doi.org/10.1177/0093854816686631>
- Renaud, J., Barker, E. T., Hendricks, C., Putnick, D. L., & Bornstein, M. H. (2019). The developmental origins and future implications of dispositional optimism in the transition to adulthood. *International Journal of Behavioral Development*, 43(3), 221–230. <https://doi.org/10.1177/0165025418820629>
- Rodero Valdazo, B., Jiménez Ribera, A., & García-Alandete, J. (2021). Factores que influyen en la reincidencia/desistimiento de la carrera delictiva: Estudio de caso único desde una perspectiva narrativa. *Boletín Criminológico*, 28. <https://doi.org/10.24310/Boletin-criminologico.2021.v28i.12378>
- Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. dos. (2010). Psicologia positiva e os instrumentos de avaliação no contexto brasileiro. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(3), 440–448.

<https://doi.org/10.1590/S0102-79722010000300004>

- Seligman, M. E. P. (2011). *Flourish: A visionary new understanding of happiness and well-being* (1. Free Press hardcover ed). Free Press.
- Seligman, M. E. P., & Csikszentmihalyi, M. (2000). Positive psychology: An introduction. *American Psychologist*, 55(1), 5–14. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.55.1.5>
- Sin, N. L., & Lyubomirsky, S. (2009). Enhancing well-being and alleviating depressive symptoms with positive psychology interventions: A practice-friendly meta-analysis. *Journal of Clinical Psychology*, 65(5), 467–487. <https://doi.org/10.1002/jclp.20593>
- Tripodi, S., Pettus-Davis, C., Bender, K., Fitzgerald, M., Renn, T., & Kennedy, S. (2019). Pathways to Recidivism for Women Released From Prison: A Mediated Model of Abuse, Mental Health Issues, and Substance Use. *Criminal Justice and Behavior*, 46(9), 1219–1236. <https://doi.org/10.1177/0093854819867119>
- Tuominen, T., Korhonen, T., Hämäläinen, H., Katajisto, J., Vartiainen, H., Joukamaa, M., Lintonen, T., Wuolijoki, T., Jüriloo, A., & Lauerma, H. (2017). The factors associated with criminal recidivism in Finnish male offenders: Importance of neurocognitive deficits and substance dependence. *Journal of Scandinavian Studies in Criminology and Crime Prevention*, 18(1), 52–67. <https://doi.org/10.1080/14043858.2017.1305037>
- Uribe, F. A. R., De Oliveira, S. B., Junior, A. G., & Da Silva Pedroso, J. (2021). Association between the dispositional optimism and depression in young people: A systematic review and meta-analysis. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 34(1), 37. <https://doi.org/10.1186/s41155-021-00202-y>
- Weatherburn, D., Albalawi, O., Chowdhury, N., Wand, H., Adily, A., Allnutt, S., & Butler, T. (2021). Does mental health treatment reduce recidivism among offenders with a psychotic illness? *Journal of Criminology*, 54(2), 239–258. <https://doi.org/10.1177/0004865821996426>
- Woldgabreal, Y., Day, A., & Ward, T. (2016). Linking Positive Psychology to Offender Supervision Outcomes: The Mediating Role of Psychological Flexibility, General Self-Efficacy, Optimism, and Hope. *Criminal Justice and Behavior*, 43(6), 697–721. <https://doi.org/10.1177/0093854815620816>
- Zgoba, K. M., Reeves, R., Tamburello, A., & DeBilio, L. (2020). Criminal Recidivism in Inmates with Mental Illness and Substance Use Disorders. *The Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law*, 48(2), 209–215. <https://doi.org/10.29158/JAAPL.003913-20>
- Zimet, G. D., Dahlem, N. W., Zimet, S. G., & Farley, G. K. (1988). The Multidimensional Scale of Perceived Social Support. *Journal of Personality Assessment*, 52(1), 30–41. https://doi.org/10.1207/s15327752jpa5201_2

Anexo A.

Dendrograma: Trajetórias Socioeducativas e Reincidência Infracional.

Trajetórias Socioeducativas e Reincidência Infracional 554/554 UCE - 100%			
Classe 1 Dinâmica do ato infracional e violência patrimonial 144/554 UCE - 25,99%		Classe 2 Drogas, trajetória de rua e socialização infracional 189/554 UCE - 34,12%	
X ²	Palavra	X ²	Palavra
78,53	assalto	82,25	ano
42,31	roubo	46,34	maconha
34,28	vítima	45,12	começar
29,51	arma	37,21	droga
29,06	participar	25,74	morar
26,63	grupo	25,71	cocaína
25,94	moto	18,27	entrar
23,26	passagem	17,67	consequinte
20,97	planejar	17,19	vender
20,97	parceiro	15,68	abrigo
20,89	apreender	13,69	consumir
20,26	roubar	13,45	vida
20,19	semana	11,89	idade
18,77	ato	11,71	tráfico
17,27	ato_infracional	11,12	irmão
17,27	assassinar	10,55	agredir
16,45	pessoa	10,38	forma
16,00	cometer	10,33	namorado
15,31	cometido	9,74	substância
14,63	policial	9,74	conflituoso
Modalidades suplementares (associações nominais)		Modalidades suplementares (associações nominais)	
9,72	Masculino	6,47	Ensino Médio
8,45	Crime patrimonial com violência	4,24	Apreciação da beleza e da excelência baixa
5,37	Ensino Fundamental		
Classe 3 Projeto de vida, autopercepção e reinserção 139/554 UCE - 25,09%		Classe 4 Suporte familiar, visitas e aconselhamento 82/554 UCE - 14,8%	
X ²	Palavra	X ²	Palavra
49,65	futuro	123,54	conselho
47,61	característica	99,12	visitar
43,09	bom	93,27	mãe
40,29	positivo	76,63	mantimento
38,20	pretender	63,14	visitar
32,00	comportamento	55,51	vir
28,93	curso	47,07	irmão
28,09	melhorar	42,94	pai
27,31	desejar	41,89	trazer
27,31	aprender	34,33	conversar
25,87	expressar	34,02	visita
24,99	querer	33,39	dar
24,73	negativo	29,86	mudar_de_vida
24,24	monitor	28,97	padrasto
24,24	controlar	28,77	ligação
22,64	gostar	28,27	ouvir
20,56	dentro	24,50	velho
18,95	muito	24,48	família
18,11	estressar	23,33	aconselhar
17,63	estudar	23,16	comida
Modalidades suplementares (associações nominais)		Modalidades suplementares (associações nominais)	
4,31	Feminino	7,60	Amor pelo aprendizado baixo

Anexo B.

Resultados dos artigos selecionados na revisão.

Autor(es), ano e país	Design	Amostras	Achados		Viés
			Resultados Primários	Medidas de associação	
Logan et al. (2021), USA	Transversal	1.346 adultos. Veteranos 50%, Não veteranos 50%. Idade entre 20 e 83 anos (M = 42,4, IQR =12,75)	Não há diferença significativa entre veteranos e não veteranos quanto ao comportamento após a prisão, sendo mais relevantes o TC e TEPT. Foi realizada Regressão de Cox que indicou que aqueles com TC tiveram 40% de risco de uma nova prisão, um risco de 43% maior de uma nova condenação e 53% de revogação de liberdade condicional. Aqueles com TEPT tiveram 42% de risco de revogação da condicional. Enquanto aqueles com outras doenças mentais apresentam um risco menor de novo encarceramento.	Regressão de Cox - TC: Nova Prisão HR = 1,40, SE = 0,14, $p < 0,05$; Recondenação HR = 1,43, SE = 0,15, $p < 0,05$; Revogação HR = 1,53, SE = 0,17, $p < 0,05$. Regressão de Cox - TEPT: Revogação HR = 1,42, SE = 0,16, $p < 0,05$. Regressão de Cox - Outras doenças mentais: Nova Prisão HR = 0,69, SE = 0,17, $p < 0,05$.	Baixo
Pechorro et al. (2022), Portugal	Transversal	214 adolescentes. Homem 100%. Português 84%. (M = 16,4; SD = 1,3).	A análise dos resultados da aplicação da escala APSD para identificação de traços de psicopatia, demonstra que a psicopatia é preditiva da reincidência geral.	Matriz de correlação reincidência: ASPD Total 0,16, $p < 0,05$; ASPD Insensibilidade 0,21, $p < 0,01$; ASPD Impulsividade 0,15, $p < 0,05$; ASPD Narcisismo 0,04 $p > 0,05$.	Médio
Munro & Sellbom, (2022), USA	Transversal	531 adultos. Homem 100%. Idade entre 18 e 98 anos (M = 33,62, SD = 8,73). Afro-americanos 54,5%, Brancos 38%, Hispânicos 6,3%, Outras etnias 1,2%.	Regressão logística indicou maior chance de reincidência através de uma nova prisão ou de qualquer reincidência de pessoas diagnosticada com Borderline através do MMPI-2-RF.	Reincidência x MMPI-2-RF Nova Prisão: $\chi^2 = 17,49$, $p < 0,001$, OR = 1,03, $p < 0,05$; Qualquer reincidência: $\chi^2 = 17,09$, $p < 0,001$, OR = 1,06, $p < 0,01$.	Médio
Tripodi et al. (2019), USA	Transversal	230 adultos. Mulheres 100%. Idade M = 37,7, SD 9,9. Brancos 54%, Afro-americanos 40%, Hispânicos 2,6%, Nativo americanos 1,7%, asiáticos menos de 0,5%.	A matriz de correlação não apresentou resultados significativos entre distúrbios mentais e reincidência, contudo, o modelo que examina os efeitos indiretos do trauma infantil no re-incarceramento por meio do uso de substâncias, saúde mental e violência entre parceiros íntimos, apontou que a depressão é significativa no re-incarceramento.	Relação entre depressão e re-incarceramento: $\beta = 0,513$, $p < 0,05$; CFI = 0,957; TLI = 0,935, RMSEA = 0,05, $R^2 = 0,24$, $p = 0,073$.	Baixo
Tuominen et al. (2017), Finlândia	Transversal	72 adultos. Homens (100%). Idade entre 19 e 61 anos (M = 32,2, SD = 9,1).	Participantes diagnosticados com dependência de substâncias apresentaram maior déficit cognitivo e maior número de condenações.	$F = 11,65$, $p < 0,01$, $n^2p = 0,30$.	Médio
Fahmy e Mitchell (2022), USA	Transversal	742 adultos. Homens 100%. Idade entre 18 e 73 anos (M = 40,15, SD = 12,17). Tempo de prisão entre 0 e 18 anos (M = 0,7, SD = 1,34).	A regressão logística previu que a população que participa do programa <i>LoneStar</i> , quando diagnosticada com depressão, com TEPT ou DS, possuem chance inferior de uma nova prisão do que aqueles que não participam do programa.	Depressão: $b = -0,28$; SE = 0,15; $p < 0,06$; $\beta = -0,10$; Ajuste $r = 0,07$; TEPT: $b = -0,13$; SE = 0,21; $p < 0,54$; $\beta = -0,02$; Ajuste $r = 0,07$; DS: $b = -0,04$; SE = 0,1; $p < 0,67$; $\beta = -0,02$; Ajuste $r = 0,07$.	Baixo

Autor(es), ano e país	Design	Amostras	Achados		Viés
			Resultados Primários	Medidas de associação	
Garritsen et al. (2022), Holanda	Transversal	315 adultos pacientes psiquiátricos forense. Homens 100%. Idade entre 17 e 66 anos (M = 31,8, SD = 8,69). Alemães 95,2%, outras nacionalidades 2,9% mais de uma nacionalidade 1,9%.	Foi realizada uma regressão logística para prever a probabilidade de reincidência violenta dos participantes, que constatou que sintomas psicóticos são um fator de risco que aumenta a reincidência violenta.	Sintomas Psicóticos x reincidência: $b = -0,82$; SE = 0,53, OR = 0,120, Exp(b) = 0,44 (95% CI for Exp(b) = 0,16-1,24);	Baixo
Weatherbur n et al. (2021), Austrália	Transversal	7.743 adultos com diagnóstico de psicose. Homens 72,85%, Mulheres 27,13, não sabe 0,01%. Em tratamento 25,78%, Sem tratamento 74,22%. Distúrbios de humor 10,28%, Esquizofrenia 69,11%, Dependência de substâncias 20,61%.	Foi realizada regressão logística para identificar o risco de reincidência em relação ao caso base, que seria de um homem, não indígena, diagnosticado com esquizofrenia acusado de crime de violência. Verificou-se que o risco de reincidência daqueles que recebem tratamento é inferior daqueles que não recebem tratamento, em relação aos diagnosticados com psicose afetiva, esquizofrenia e dependência de substâncias (DS). O efeito do tratamento é uma redução média de 13,7% no risco estimado de reincidência.	Gráfico com a probabilidade de reincidência criminal em relação doenças mentais diagnosticadas (psicose afetiva, esquizofrenia e DS), para os dois grupos (com e sem tratamento).	Médio
Carr et al. (2021), USA	Transversal	178 Adultos. Homem 81%, Mulheres 19%. Idade entre 18 e 62 anos (M = 35,88, SD = 10,22). Afro-americanos 60,3%, Caucasianos 21,8%, Hispânicos 15,1%, Outros 2,8%.	Foi realizado rank bivariado de correlação entre as subescalas do instrumento LSI-R e o qui-quadrado dos diagnósticos psiquiátricos. Presos administrativamente e criminalmente tiveram mais chances de reincidência a qualquer momento se sofriam de Transtorno de Personalidade, enquanto aqueles que sofrem com dependência de substâncias tinham chances superiores de reincidência por prisão administrativa no período de 1 ano após a liberação. Houve, também, uma análise de regressão de Cox, que demonstrou que há efeito moderador de um diagnóstico de transtorno de personalidade e dependência de substâncias (DS) em alta pontuação total no instrumento de risco de reincidência (LSI-R). Cada aumento de pontuação no LSI-R, para quem sofre com DS aumenta em 8% o risco de nova prisão, para quem sofre com transtorno de personalidade o aumento é de 15%.	Transtorno de Personalidade Prisão: Até 1 ano após a liberação: $\chi^2 = 1,49$ ($p > 0.05$); Qualquer tempo: $\chi^2 = 5,19$ ($p < 0.05$); Prisão administrativa: Até 1 ano após a liberação: $\chi^2 = 1,38$ ($p > 0.05$); Qualquer tempo: $\chi^2 = 4,73$ ($p < 0,05$); Dependência de Substâncias Prisão: Até 1 ano após a liberação: $\chi^2 = 6,64$ ($p < 0,01$); Qualquer tempo: $\chi^2 = 2,81$ ($p > 0,05$); Prisão administrativa: Até 1 ano após a liberação: $\chi^2 = 2,01$ ($p > 0.05$); Qualquer tempo: $\chi^2 = 0,72$ ($p > 0,05$); LSI-R x Transtorno de personalidade Prisão administrativa: $\beta = 0,14$ (SE = 0,07), Wald = 4,25, $p = 0.039$, Exp(b) = 1,15 (95% CI for Exp(b) = .01-1.32); LSI-R x Dependência de Substância Prisão: $\beta = -0,08$ (SE = 0,04), Wald = 4,43, $p = 0,035$, Exp(b) = 0,92 (95% CI for Exp(b) = 0,85-0,99);	Baixo

Autor(es), ano e país	Design	Amostras	Achados		Viés
			Resultados Primários	Medidas de associação	
Li et al. (2022), USA	Longitudinal	28.255 adolescentes. Homens 75,5%, Mulheres 24,5%. Pretos 44%, Hispânicos 41,2%, Brancos 14,8%. Jovens reincarcerados 38,72%.	Foi aplicado o MAYSI-2, e em seus resultados foi aplicada uma extensão da Regressão de Cox e verificou-se que há aumento do risco de reincarceramento quando a pessoa sofre de dependência de substância e tem comportamento Zangado-Irritável, contudo, aqueles que os resultados foram de comportamento Depressivo-Ansioso e Sintomas Somáticos, ajudaram a diminuir o risco de reincarceramento.	Álcool/Usos de drogas: HR = 1,07, $p < 0,001$ (CI 95% 1,07-1,08); Zangado-Irritável: HR = 1,04, $p < 0,001$ (CI 95% 1,03-1,04); Depressivo-Ansioso: HR = 0,98, $p < 0,001$ (CI 95% 0,97-0,99); Sintomas Somáticos: HR = 0,96, $p < 0,001$ (CI 95% 0,95-0,97);	Baixo
Dagistan et al. (2022), Turquia	Transversal	356 adultos. Idade entre 18 e 60 anos (M = 30,9, SD 9,3). Presos com TDAH 34,55%, Presos sem TDAH 65,45%.	A regressão linear verificou que a presença do diagnóstico de TDAH afeta a quantidade de crimes anteriores cometidos.	Regressão linear: B = 0,739, SE = 0,331, $\beta = 0,118$ (95% CI for β 0,087-1,390), $p = 0,026$.	Médio
Aebi et al. (2021), Suíça	Transversal	142 adolescentes. Homens 100%. Idade entre 14 e 21 anos (M = 16,8, SD = 1,4).	A Regressão de Cox entre o uso de várias substâncias e o tempo para reincidência, verificou que as chances para quem é diagnosticado com Dependência de Substâncias (DS), com uso de drogas diferentes de álcool, aumenta em mais de 3,3 vezes a reincidência criminal juvenil, independente do modelo adotado para a regressão.	Regressão de Cox oSUD: Modelo Univariado: OR = 3,46 (95% CI 2,03-5,89), $p < 0,001$; Modelo multivariado 1: OR = 3,46 (95% CI 1,97-6,08), $p < 0,001$; Modelo multivariado 2: OR = 3,30 (95% CI 1,76-6,19), $p < 0,001$.	Médio
Noland e Strandh (2021), Suécia	Longitudinal	1.150 adultos Homens 82%, Mulheres 18%.	Foram realizadas duas Regressões de Cox. A primeira análise foi realizada com todas as variáveis, sendo a variável dependente a reincidência durante o período de acompanhamento da pesquisa. A segunda regressão formulou 4 modelos, contudo, só o modelo 3 e 4 relacionaram Psicose e Transtorno de Personalidade com reincidência. Em todos os modelos, só foi significativo o diagnóstico somente com Psicose, que aumenta o risco de reincidência.	Psicose/Transtorno de Personalidade (TP): Com Psicose, sem TP: HR = 1,73 (95% CI 1,14–2,64) Sig. = 0,01; Model 3 (N = 1108): Com Psicose, sem TP: HR = 1,80 (95% CI 1,15-2,81), $p = 0,01$; Model 4 (N=1099) Com Psicose, sem TP: HR = 1,66 (95% CI 1,06-2,61), $p = 0,03$.	Baixo
Comartin et al. (2022), USA	Longitudinal	1.183 adultos. Homens 69,1%, Mulheres 30,9%. Idade 17 e 71 anos (M = 37, SD 11,7). Brancos 52,2%, Outros 47,8%. Região metropolitana 65,9%, Urbana 17,1%, rural 17%.	A regressão logística constatou que o único fator que impactou a reincidência e que era consistente em todos os municípios analisados, foi o diagnóstico com distúrbios mentais concomitantes (DMC), o qual aumentou o risco de reincidência.	Reincidência x DMC $\beta = 0,788$, SE = 0,171 AOR = 2,198, $p < 0,001$, (95% CI 1,571-3,076).	Médio

Autor(es), ano e país	Design	Amostras	Achados		Viés
			Resultados Primários	Medidas de associação	
Houser et al. (2019), USA	Transversal	4.381 adultos. Homens 96,2%, Mulheres 3,8%. Idade M = 34,3, SD 9,2. Brancos 9,7%, Afro-americanos 74,8%, hispânicos 15%.	A regressão logística apresentou como resultados significantes que o uso sozinho de substâncias ou atrelado com distúrbios mentais concomitantes aumentam a chance de reincidência geral e violação técnica da condicional. O diagnóstico mental, quando desatrelado de uso de substâncias, apresentou um aumento de chance de cometer um novo crime de 66%, e quando atrelado a outras doenças concomitantes aumentou as chances de cometer um novo crime em 97%.	Só doença mental x Novo Crime: B = 0,51, $p < 0,01$, OR = 1,66 (95% CI 1,23-2,22); DMC x Novo Crime: B = 0,68, $p < 0,001$, OR = 1,97 (95% CI 1,52-2,56); Só Dependência de Substâncias x Violação Técnica: B = -0,27, $p < 0,01$, OR = 0,76 (95% CI 0,65-0,89); DMC x Violação Técnica: B = -0,40, $p < 0,001$, OR = 0,67 (95% CI 0,56-0,81); Só Dependência de Substâncias x Reincidência: B = -0,27, $p < 0,01$, OR = 0,76 (95% CI 0,65-0,90); DMC x Reincidência: B = -0,39, $p < 0,001$, OR = 0,68 (95% CI 0,56-0,82).	Médio
Jacobs et al. (2021), USA	Transversal	4.809 adultos em liberdade condicional entre 2009 e 2015. Homens 86,46%, Mulheres 13,54%. Pretos 43,83%, Brancos 25,46%, outras etnias 26,10%, não informado 4,62%. Idade M = 35,89, SD = 12,00. Sem TPG 90,19%, com TPG 9,81%, só com TPG 4,78%, distúrbios concomitantes 5,03%.	As regressões lineares identificaram que aqueles diagnosticados apenas com transtornos psiquiátricos graves (TPG), possuem maior risco de reincidência quando são isolados socialmente, baixa experiência profissional e baixa escolaridade. Ainda identificou que pessoas com TPG e DMC, são afetadas por quase todas as variáveis analisadas, exceto quanto a criminalidade familiar e situação financeira, e que vários destes fatores auxiliam o aumento da reincidência criminal, principalmente o abuso de substâncias, o isolamento social e a instabilidade residencial.	Isolamento Social: B = 1,32, SE = 0,19 (95% CI 0,95-1,69), $p < 0,01$; Experiência Profissional/escolaridade: B = 1,09, SE = 0,19 (95% CI 0,73-1,46), $p < 0,01$; Dependência de substâncias: B = 1,68, SE = 0,18 (95% CI 1,32-2,04), $p < 0,01$; Instabilidade de residência: B = 1,66, SE = 0,18 (95% CI 1,29-2,02), $p < 0,01$; Isolamento Social: B = 1,64, SE = 0,19 (95% CI 1,28-2,01), $p < 0,01$.	Baixo
Mundia et al. (2017), Brunei	Transversal	64 adultos nas prisões de Brunei. Homens 91%, Mulheres 9%. Idade entre 18 e 40 anos.	Foi realizada uma Regressão logística binária entre dados sociodemográficos, criminalidade, psicopatia, e saúde mental em relação a reincidência, que constatou que depressivos possuem chances elevadíssimas de reincidência, apesar de sua baixa significância foi a que mais se aproximou de $p < 0,05$, as demais doenças mentais tiveram $p > 0,10$.	Depressão: B = 4,777, SEest = 2,649, Wald $X^2 = 3,252$, df = 1, Sig. = 0,071, OR = 118,790 (95% CI 0,660-21.365,609)	Médio
Blaauw et al. (2020), Holanda	Transversal	74 adultos. Mulheres 100%. Idade entre 24 e 64 anos (M = 40,8, SD = 6,9).	Regressão logística entre dados demográficos, ofensa relatada, indicadores psiquiátricos e a reincidência geral no ano seguinte após a libertação, identificou que a única variável significativa para a amostra foi o diagnóstico de transtorno de personalidade antissocial, que aumenta a chance de reincidência geral.	Transtorno de personalidade antissocial: B = -1,38, SE = 0,66, Wald = 4,33, $p = 0,04$, OR = 0,25, $\chi^2(10) = 9,36$, Nagelkerke $R^2 = 0,17$.	Médio
King et al. (2018), USA	Transversal	2.331 adultos. Mulheres 100%. Idade M = 42,8 anos, SD = 8,1. Brancos 43,8%, Pretos 52,9%, Outras etnias 3,3%.	A regressão logística identificou como significativa que mulheres que são dependentes de substâncias (DS) possuem mais chance de reincidirem. Apesar de identificar que mulheres diagnosticadas com TPG terem mais chance de reincidência, este resultado não foi significativo.	Regressão Linear: DS: B = 0,78, SE = 0,12, Wald $X^2 = 40,71$, df = 1, $p < 0,01$, OR = 2,18 (95% CI 1,72-2,77) TPG: B = 0,19, SE = 0,12, Wald $X^2 = 2,55$, df = 1, $p < 0,11$, OR = 1,2 (95% CI 0,96-1,51)	Médio

Autor(es), ano e país	Design	Amostras	Achados		Viés
			Resultados Primários	Medidas de associação	
Ray & Richardson (2017), USA	Transversal	151 adultos. Homens 100%. Idade entre 18 e 60 anos (M = 31,2, SD = 10). Pretos 60,26%, Brancos 36,42%, Hispânicos 3,31%.	A regressão de Cox identificou que mulheres diagnosticadas com TPG apresentavam um risco maior de retornar à prisão nos 8 anos seguintes a libertação, do que seus pares sem um transtorno mental grave.	Regressão de Cox TPG: B = -0,16, SE = 0,08, Wald $X^2 = 19,62$, df = 1. $p = 0,05$, HR = 0,86 (95% CI 0,73-1,00)	Médio
			Nenhum dos modelos identificou como estatisticamente relevante o diagnóstico psiquiátrico como variável que influencie o risco de reincidência.	Regressão de Cox: B = -0,31, SE = 0,32, Exp(B) = 0,74 (CI 95% 0,39-1,39), $p \geq 0,05$.	
Zgoba et al. (2020), USA	Transversal	9.669 adultos. Homens 93%, Mulheres 7%. Idade M = 35. Pretos 56,5%, Brancos 28,5%, Hispânicos 14,6%, Outras etnias 0,5%.	Foi verificada a proporção de reincidência por diagnóstico. O abuso de substâncias, sozinho ou atrelado ao MHSNR superou 50% da amostra. Pessoas com diagnóstico de distúrbio psicótico são 48,65% dos reincidentes, enquanto pessoas com distúrbios de humor são 55,47% dos reincidentes. Indivíduos com transtornos por dependência de substâncias tiveram maior probabilidade de reincidência do que aqueles não dependentes ou apenas com transtornos mentais.	Proporção de dependência de substâncias com MHSNR: 55,20%, Número de novas prisões 1,47 (SD = 2,09); Proporção de dependência de substâncias sem MHSNR: 58,46%, Número de novas prisões: 1,52 (SD = 2,08); Dependência de substâncias: 56,83%, Número de novas prisões: 1,50 (SD = 2,09); Sem dependência de substâncias e sem MHSNR: 48,72%, Número de novas prisões: 1,13 (SD = 1,77); MHSNR e sem dependência de substâncias: 42,05%, Número de novas prisões: 0,92 (SD = 1,48); Distúrbio Psicótico: 48,65%, Número de novas prisões: 1,29 (SD = 2,18); Distúrbios de humor: 55,47%, Número de novas prisões: 1,43 (SD = 1,88) $F = 27,14$, df = 3, $p < 0,001$.	Baixo

Notas: LSI-R: *Level of Service Inventory-Revised*; TC: Traumatismo craniano; TEPT: Transtorno de estresse pós-traumático; APSD: *Antisocial Process Screening Device—Self-Report*; MMPI-2-RF: *Minnesota Multiphasic Personality Inventory-2-Restructured Form*; DS: Dependência de Substâncias; oSUDs: Outras dependências de substâncias (que não envolvem tabaco ou álcool); TDAH: Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade; DP: Distúrbios de Personalidade; DMC: Distúrbios Mentais Concomitantes; TPG: Transtornos Psiquiátricos Graves; MHSNR: *Mental Health Special Needs Roster*; M: Média; IQR: Intervalo Interquartil; CFI: *Comparative fit index*; TLI: *Tucker–Lewis index*; RMSEA: *Root Mean Square of Approximation*; β : *beta coeficiente*; SE: *Standard Error*; CI: Intervalo de Confiança; OR: *Odds Ratio*; HR: *Hazard Ratio*; AOR: *Adjusted odds ratio*; SD: Desvio Padrão; df: Grau de liberdade da amostra; Sig.: Significância.